



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL- UTIC
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

RAIMUNDA ROSILENE DE FRANÇA PINHEIRO

EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO
CONTINUADA DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS
ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE ENVIRA-AMAZONAS-BRASIL

**Assunção – Paraguai
2019**

RAIMUNDA ROSILENE DE FRANÇA PINHEIRO

EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO
CONTINUADA DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS
ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE ENVIRA-AMAZONAS-BRASIL

Tese apresentada à Faculdade de Pós-graduação da
Universidade Tecnológica Intercontinental como requisito
básico para a obter o Título de Doutora em Ciências da
Educação.

Tutor: Estanislao Barrientos Gimenez

**Assunção – Paraguai
2019**

DIREITO DO AUTOR

A abaixo-assinada Raimunda Rosilene de França Pinheiro com o RG nº 1129223-7 AM, autora do trabalho de pesquisa intitulada Efetivação do projeto político pedagógico na formação continuada docente da educação básica nas escolas estaduais no município de Envira-am, afirma que voluntariamente dá de forma gratuita e em um puro e simples, irrestrita, irrevogável para a Universidade Tecnológica Intercontinental de copyright como patrimônio que pertence autor sobre a obra de referência. Como dito anteriormente, essa atribuição dá a UTIC a capacidade de comunicar o trabalho, divulgar, publicar e reproduzir mídias analógicas ou digitais na oportunidade que o considere apto. A UTIC deve indicar que a autoria ou a criação da obra pertence a mim e irá se referir ao tutor e as pessoas que colaboraram nesta pesquisa.

Na cidade de Assunção, Paraguai 10 de janeiro de 2019.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO TUTOR

O Prof. Dr. Estanislao Barrientos com a indentificação n^o, Tutor da pesquisa intitulada *Efetivação do projeto político pedagógico na formação continuada docente da educação básica nas escolas estaduais no município de Envira-am – 2018*, elaborada pela aluna Raimunda Rosilene de França Pinheiro com identificação 1129223-7, para obter o título de Doutora em Ciências da Educação, considera que esse trabalho atende às exigências da Faculdade de Pós-Graduação da Universidade de Tecnologia Intercontinental e pode ser sujeita a avaliação e apresenta-se aos professores que forem nomeados para o compor a Mesa de Examinadores.

Na cidade de Assunção, - Paraguai 10 de janeiro de 2019.

Tutor Dr. Estanislao Barrientos Gimenez

TERMO DE APROVAÇÃO

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA
FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS
ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE ENVIRA-AM.

Raimunda Rosilene de França Pinheiro

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Universidade
Tecnológica Intercontinental – UTIC.

Tutor Dr. Estanislao Barrientos Gimenez

Mesa Examinadora: _____

Aprovada na data: _____

DEDICATÓRIA

A minha família abençoada, aos meus filhos César Augusto Pinheiro Gomes e João Wanderley da Silva Neto, que de sua maneira soube compreender meus momentos distantes para estudar.

As amigas de estudo que foram muitas, estando ombro a ombro na luta e rindo bastante das oportunidades de cada momento de alegria ou tristeza compartilhado em Assunção no Paraguai.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus que criou todas as coisas, que me escolheu e me amou ainda no ventre da minha mãe, a Ele toda honra e toda glória.

À minha mãe Leonice Rodrigues de França que me criou com todo amor e carinho. Desde cedo se preocupou em me colocar na escola para que eu concluísse meus estudos e tivesse uma profissão.

Àquelas pessoas que de forma especial e carinhosamente me deram coragem, para prosseguir mesmo quando as circunstâncias diziam não, elas acreditaram que eu seria capaz de concluir mais esse desafio.

Ao meu tutor, Prof. Dr. Tutor Estanislao Barrientos Gimenez, pelo compromisso assumido, responsabilidade, e compreensão empregada durante a orientação. Pelo excelente profissional que é me fazendo acreditar que sou capaz de fazer o melhor.

À Banca julgadora, pelas interlocuções críticas fundamentais, cujas contribuições teórico/metodológicas reforçaram e redefiniram rumos do processo de produção científica desse trabalho.

Às escolas pesquisadas, palco de vida e excelente ambiente de pesquisa, aos gestores, pedagogos e professores que me concederam a participação como respondentes da minha pesquisa.

E, com muito carinho, agradeço aos meus filhos Neto e César, a espera, mesmo pelas perguntas “*já acabou o trabalho mãe?*”. Pronto, acabei.

Se este trabalho significou para meus filhos menos horas de atenção e paciência mais curta, penso que também deverá servir de exemplo. Exemplo de perseverança, estudos e, principalmente, exemplo da importância que se deve dar à conclusão de nossas metas.

A todos dedico o resultado do trabalho.

EPÍGRAFE

“Quem não se rende a tentação do ninho jamais aprende voar.
Quem não se aventura pelos mares verá o casco de seu barco
apodrecer em pleno cais.
Quem não ousar na vida profissionalmente ficará
superado porque não foi capaz de dialogar com as
mudanças que o tempo ofereceu”

Hamilton Werneck

FICHA CATALOGRÁFICA

Pinheiro, Raimunda Rosilene de França. EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE ENVIRA-AM. [manuscrito] / Raimunda Rosilene de França Pinheiro. 127 fls.

Tese de Doutorado em Ciência da Educação – Universidad Tecnológica Intercontinental- UTIC, 2019.

“Orientação: Prof. Tutor Dr. Estanislao Barrientos Gimenez”.

1. Efetivação. 2. Formação continuada. 3. Projeto Político-Pedagógico I. Título.

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE ENVIRA-AM.

Autora: Raimunda Rosilene de França Pinheiro

Tutor: Dr. Estanislao Barrientos

RESUMO

Esta investigação trata sobre a Efetivação do Projeto Político Pedagógico na formação continuada docente. As dimensões pesquisadas foram Projeto – Político – Pedagógico. Buscou-se responder o seguinte objetivo analisar se Há Efetivação do Projeto Político-Pedagógico na formação continuada docente na educação básica das escolas estaduais do Município de Envira-Am. O enfoque de pesquisa adotado neste trabalho é de abordagem quali-quantitativa. A técnica utilizada foi a observação e análise de documentos. Como instrumento se aplicou um questionário dicotômico. O desenho de investigação foi não experimental. A população da pesquisa atingiu 100 pessoas com amostra de 95 pessoas, entre 87 professores, 04 pedagogos e 04 gestores. A pesquisa aconteceu no período de 26 de setembro à 27 de dezembro de 2018. Após aplicação dos questionários foram realizadas observações nas escolas para averiguar os dados já coletados. O resultado final mostrou que a dimensão **Projeto** no instrumento de coleta, sendo que do total de entrevistados, 72% responderam “sim” a essas perguntas, revelando que não há unanimidade acerca da efetividade da vertente *Projeto* nas escolas pesquisadas. Na dimensão **Político** evidenciou-se que as respostas das pessoas sujeitam-se ao respectivo local de trabalho, realçando a divergência existente entre os estabelecimentos de ensino no que diz respeito à escola que estão trabalhando. E a última Dimensão a **Pedagógica** as escolas realizam um modelo de gestão democrático e participativo, item PDG01, ao apresentar avaliação positiva superior à média geral, mas o conselho de classe não está completamente envolvido nas conversas informais sobre ensino e aprendizagem dos alunos, PLC07, e, além disso, não há participação efetiva dos respondentes na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, por tanto as escolas apresentaram diferentes realidades em relação à efetividade de seus Projetos Políticos-Pedagógicos, destacando-se em todas as dimensões e, por consequência, sobressaindo-se também no contexto geral, a escola “D”, apresentando uma média de avaliações positivas 27% superior às médias das escolas “A”, “B” e “C”. Os valores calculados foram de 89% de respostas “sim” para a escola “D”, enquanto a escola “A” registrou apenas 67%, a pior avaliação de todas, já a escola “B” ficou com uma média de 71% e a escola “C” de 72%. Dessa forma, a análise dos dados permite sugerir que a escola “D” possa servir como modelo de trabalho em relação às atividades e ações concernentes à efetivação de um Projeto Político-Pedagógico.

Palavras chaves: Efetivação, Projeto Político-Pedagógico. Formação continuada.

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE ENVIRA-AM.

Autora: Raimunda Rosilene de França Pinheiro

Tutor: Dr. Estanislao Barrientos

RESUMEN

Esta investigación trata sobre la Efectividad del Proyecto Político Pedagógico en la formación continuada docente. Las dimensiones investigadas fueron Proyecto - Político - Pedagógico. Se buscó responder el siguiente objetivo analizar si hay Efectividad del Proyecto Político-Pedagógico en la formación continuada docente en la educación básica de las escuelas estatales del Municipio de Envira-Am. El enfoque de investigación adoptado en este trabajo es de abordaje cualitativo cuantitativo. La técnica utilizada fue la observación y análisis de los documentos. Como instrumento se aplicó un cuestionario dicotómico. El diseño de investigación no fue experimental. La población de la encuesta alcanzó a 100 personas con una muestra de 95 personas, entre 87 profesores, 04 pedagogos y 04 gestores. La encuesta se realizó en el período del 26 de septiembre al 27 de diciembre de 2018. Después de la aplicación de los cuestionarios se realizaron observaciones en las escuelas para averiguar los datos ya recolectados. El resultado final mostró que la dimensión **Proyecto** en el instrumento de recolección, siendo que del total de entrevistados, el 72% respondió "sí" a esas preguntas, revelando que no hay unanimidad acerca de la efectividad de la vertiente Proyecto en las escuelas encuestadas. En la dimensión **Política** se evidenció que las respuestas de las personas se sujetan al respectivo lugar de trabajo, resaltando la divergencia existente entre los establecimientos de enseñanza en lo que se refiere a la escuela que están trabajando. Y la última Dimensión a **Pedagogía** las escuelas realizan un modelo de gestión democrático y participativo, ítem PDG01, al presentar una evaluación positiva superior a la media general, pero el consejo de clase no está completamente involucrado en las conversaciones informales sobre enseñanza y aprendizaje de los alumnos, PLC07, y, además, no hay participación efectiva de los respondedores en la elaboración del Proyecto Político-Pedagógico, por tanto las escuelas presentaron diferentes realidades en relación a la efectividad de sus Proyectos Políticos-Pedagógicos, que se destacan en todas las dimensiones y, por consiguiente, sobresaliendo también en el contexto general, la escuela "D", presentando una media de evaluaciones positivas un 27% superior a las medias de las escuelas "A", "B" y "C". Los valores calculados fueron del 89% de respuestas "sí" para la escuela "D", mientras que la escuela "A" registró sólo el 67%, la peor evaluación de todas, ya la escuela "B" se quedó con una media del 71% y la escuela "C" del 72%. De esta forma, el análisis de los datos permite sugerir que la escuela "D" pueda servir como modelo de trabajo en relación a las actividades y acciones concernientes a la efectivización de un Proyecto Político-Pedagógico.

Palabras clave: Efectuación. Proyecto Político-Pedagógico. Formación continua.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Respostas aos itens da dimensão Projeto
**Erro! Indicador não definido.**

GRÁFICO 2. Percentual de respostas “sim” para os itens da dimensão Projeto
**Erro! Indicador não definido.**

GRÁFICO 3. Comparação das respostas por escola em relação à dimensão Projeto.....
Erro! Indicador não definido.

GRÁFICO 4. Respostas aos itens da dimensão Política **Erro! Indicador não definido.**

GRÁFICO 5. Percentual de respostas “sim” para os itens da dimensão Política .**Erro! Indicador não definido.**

GRÁFICO 6. Comparação das respostas por escola em relação à dimensão Política**Erro! Indicador não definido.**

GRÁFICO 7. Respostas aos itens da dimensão Pedagógica**Erro! Indicador não definido.**

GRÁFICO 8. Percentual de respostas “sim” para os itens da dimensão Pedagógica.....85

GRÁFICO 9. Comparação das respostas por escola em relação à dimensão Pedagógica.....

GRÁFICO 10. Percentual de respostas “sim” para todos os itens

GRÁFICO 11. Comparação das respostas por escola em relação a todas dimensões.....

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Lista de Itens E siglas das
dimensões.....**Erro! Indicador não definido.**05

QUADRO 02 - Definição e operacionalização da
variável.....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.06

QUADRO 03 População e amostra
.....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Frequências dos itens da dimensão	
projeto.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.05
TABELA 02	- Teste qui-quadrado para a dimensão
Projeto.....	Erro! Indicador não definido.06
TABELA 03 - Frequências dos itens da dimensão	
política.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
TABELA 04	- Teste qui-quadrado para a dimensão política.....
	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
TABELA 05	- Frequências dos itens da dimensão pedagógica.....
	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
TABELA 06	- Teste qui-quadrado para a dimensão Pedagógica.....
TABELA 07	- Resultados da Correlação de Pearson estatisticamente.....106

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1-** Municípios que aderiram novas turmas do PARFOR em 2018.....**Erro! Indicador não definido.**05
- FIGURA 2:** Ações Dos Conteúdos Dos Projetos**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**06
- FIGURA 3:** Ações Desenvolvidas Nas Escolas **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
- FIGURA 4:** Escola C**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
- FIGURA 5:** Ações Dos Projetos.....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
- FIGURA 6:** Ações Políticas Pedagógicas.....106
- FIGURA 7:** Ações Pedagógicas.....106
- FIGURA 8:** Escolas Estaduais do Município de Envira-Am.....

LISTA DE ABREVIATÖES

APMCs – Associação de Pais, Mestres e Comunitários
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA - American Psychological Association
CEE/AM – Conselho Estadual de Educação do Amazonas
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
HTP - Tempo Horário Pedagógico
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAM- Instituto Federal do Amazonas
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE – Programa de Desenvolvimento da Escola
PEE/AM – Plano Estadual de Educação do Amazonas
PARFOR - Programa de Formação de Professores
PPP - Projeto Político-Pedagógico
PSS - Processo Seletivo Contínuo
PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.
SEDUC – Secretaria de Estado da Educação
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UTIC: Universidad Tecnológica Intercontinental

QUADRO 01
LISTA DE ITENS E SIGLAS

Dimensão	Item	Sigla
Projeto	Você tem conhecimento se a escola tem Projeto Político-Pedagógico	PJT01
Projeto	Você tem Plano de ação	PJT02
Projeto	Existem ações concretas que estejam inseridos os conteúdos dos projetos desenvolvidos para a formação continuada dos professores	PJT03
Projeto	Você participou da construção Projeto Político-Pedagógico da escola	PJT04
Projeto	A comunidade escolar principalmente os pais participaram da elaboração do projeto político-pedagógico	PJT05
Projeto	Os pais são convidados para as reuniões de tomadas de decisões	PJT06
Projeto	Os pais são participativos na escola	PJT07
Projeto	Com relação aos recursos financeiros administrados pela escola, você convoca os membros do conselho para discutir sobre as prioridades do gasto do dinheiro	PJT08
Projeto	Existem critérios para priorização na utilização dos recursos financeiros	PJT09
Projeto	A comunidade escolar participa na definição da utilização dos recursos	PJT10
Projeto	Existe um plano de aplicação dos recursos	PJT11
Projeto	O conselho escolar é chamado para decidir junto à direção sobre as prioridades de gastos dos recursos financeiros	PJT12
Projeto	A escola se mantém com o quadro de funcionários, como pedagogos, professores e outros, tornando uma equipe multidisciplinar	PJT13
Projeto	A escola tem mobiliários suficientes para atender as necessidades	PJT14
Político	Os objetivos da escola estão bem definidos	PLC01
Político	O governo oferece cursos de formação continuada dos professores	PLC02

Político	A escola proporciona momentos para estudo e discussão sobre as legislações que são necessárias para a Efetivação do Projeto Político Pedagógico	PLC03
Político	Existem ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos na formação continuada dos professores	PLC04
Político	As normas da escola são divulgadas no ato da matrícula	PLC05
Político	A escola tem Regimento Interno	PLC06
Político	Com relação ao item Cidadãos críticos: Nas conversas informais sobre ensino e aprendizagem dos alunos são resolvidos no conselho de classe	PLC07
Pedagógico	O modelo de gestão desenvolvido na escola é democrático e participativo	PDG01
Pedagógico	A escola que é desenvolvido projeto político pedagógico é considerada democrática e participativa	PDG02
Pedagógico	Os professores têm autonomia na escolha dos conteúdos e métodos de ensino	PDG03
Pedagógico	Os professores têm liberdade na escolha dos recursos bibliográficos	PDG04
Pedagógico	Os professores têm disponibilidade de tempo pedagógico (HTP) para planejar suas atividades	PDG05
Pedagógico	Existe algum plano de ação educacional que colabore com a gestão escolar quanto ao cumprimento do HTP	PDG06
Pedagógico	A escola que tem um plano de ação para o cumprimento do HTP é considerada democrática e participativa	PDG07
Pedagógico	A equipe de gestão da escola realiza planejamento de formação continuada de professores	PDG08
Pedagógico	Existem conteúdos pedagógicos desenvolvidos como atividades de formação continuada dos professores	PDG09
Pedagógico	Existem algumas temáticas debatidas nas escolas como objeto de ensino aprendizagem aos docentes	PDG10
Pedagógico	Existem algumas temáticas debatidas nas escolas como objeto de ensino aprendizagem aos discentes	PDG11
Pedagógico	A escola realiza atividades individualizadas para alunos com baixo rendimento escolar	PDG12
Pedagógico	As técnicas de avaliação variam de acordo com os objetivos específicos de cada ano e dos diferentes conteúdos programáticos	PDG13
Pedagógico	Os professores utilizam as formas de avaliação diagnóstica, contínua e formativa	PDG14
Pedagógico	A escola tem conselho de classe formalizado para debater questões referente a reprovação dos alunos	PDG15

SUMÁRIO

DIREITO DO AUTOR.....	4
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO TUTOR.....	5
TERMO DE APROVAÇÃO.....	6
DEDICATÓRIA.....	7
AGRADECIMENTOS.....	8
EPÍGRAFE.....	
RESUMO.....	11
RESUMEN.....	12
INTRODUÇÃO.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPÍTULO I: MARCO INTRODUTÓRIO.....	2
1.1 INTRODUÇÃO.....	23
1.2 DESCRIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	24
1.3 FORMULAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PROBLEMA.....	24
1.3.1 <i>Problema Geral</i>	26
1.3.2 <i>Problemas Específicos</i>	27
1.4 OBJETIVOS.....	27
1.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	27
1.4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	27
1.5 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO.....	30
CAPÍTULO II: MARCO REFERENCIAL.....	32

2.1	Definição de termos chave.....	33	
	2.1.1 <i>Efetivação.....</i>		33
	2.1.2 <i>Projeto Político-Pedagógico.....</i>		
	2.1.3 <i>Formação Continuada dos Docentes.....</i>		Erro! Indicador não definido.
	2.2. ANTECEDENTES DA INVESTIGAÇÃO.....		34
	2.3 BASES LEGAIS.....		32
	2.3.1 Projeto		33
	2.3.2 Diagnóstico da escola.....		35
	2.3.3 Contextualização da Escola.....		Erro! Indicador não definido.
	2.4 POLÍTICO - ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos.....		
	2.4.1 Espaço de Formação Continuada, responsabilidades e Cidadão Críticos		
	2.5 PEDAGÓGICAS.....		
	2.5.1 Gestão democrática.....		
	2.6 BASE TEÓRICAS:		64
	2.6.1 A Definição do Projeto Político-Pedagógico.....		30
	2.6.2 DIMENSÕES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....		27
	2.6.3		<i>Dimensão</i>
	Projeto.....	Erro!	Indicador não
	definido.		
	2.6.4 <i>Dimensão Político.....</i>		35
	2.6.5 <i>Dimensão Pedagógico.....</i>		36
	2.6.6 <i>CAMINHOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES.....</i>		37
	2.6.7 <i>PARFOR - Programa de Formação dos docentes.....</i>		38
	2.6.8 <i>Formas de Avaliação.....</i>		38
	2.6.9 <i>Avaliação Diagnóstica.....</i>		38
	2.6.10 <i>Avaliação Contínua.....</i>		38
	2.6.11 <i>Avaliação Formativa.....</i>		38
	2.6.12 <i>Avaliação frente as aprendizagens.....</i>		39
	2.6.13 <i>Promoção de alunos e reprovação.....</i>		40
	2.7. ANÁLISES DAS OBSERVAÇÕES DAS AÇÕES CONCRETAS DOS PROJETOS E CONTEÚDOS POLÍTICOS DA ESCOLAS.....		41
	2.5.1 Diagnóstico da escola.....		42
	2.5.2 Contextualização da Escola.....		Erro! Indicador não definido.
	2.5.3 Contexto Sócio-econômico e cultural da Escola.....		Erro! Indicador não definido.
	2.5.4 Caracterização da escola		Erro! Indicador não definido.
	2.5.5 Recursos Financeiros, Humanos e Materiais		
		Erro! Indicador não definido.
	2.7 Definição e Operacionalização da variável.....		42
	CAPITULO III- MARCO METODOLÓGICO		ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

3.1	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS	
3.1.1	ENFOQUE DA PESQUISA	
3.1.2	<i>Nível de pesquisa</i>	
3.1.3	<i>Desenho da pesquisa</i>	
3.2	POPULAÇÃO AMOSTRA E AMOSTRAGEM	93
3.2.1	<i>População</i>	93
3.2.2	<i>Amostra</i>	
3.2.2.2	<i>Amostragem</i>	Erro! Indicador não definido.
3.3	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	
3.3.1	<i>Instrumento da coleta de dados</i>	
3.3.2	<i>Procedimento de coleta de dados</i>	97
3.4	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.5	PROCEDIMENTOS PARA A APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS.	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.6	ÉTICA	

CAPÍTULO IV: MARCO ANALÍTICO ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

4.1	ANÁLISE ESPECÍFICA DOS DADOS POR DIMENSÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.1.1	<i>Dimensão 1: As ações concretas e os conteúdos dos projetos desenvolvidos</i>	Erro! Indicador não definido.
4.1.2	<i>Dimensão 2: As ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos</i>	Erro! Indicador não definido.
4.1.2	<i>Dimensão 3: conteúdos pedagógicos desenvolvidos</i>	Erro! Indicador não definido.
4.2	RESULTADOS	
	GERAIS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

CAPÍTULO V: MARCO CONCLUSIVO ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

5.1	CONCLUSÕES	137
5.1.1	<i>Conclusão específica</i>	138
5.1.1.1	<i>Primeira conclusão específica</i>	138
5.1.1.2	<i>Segunda conclusão específica</i>	138
5.1.1.3	<i>Terceira conclusão específica</i>	139
5.1.2	<i>Conclusão geral</i>	139
5.2.1	<i>No que se refere as ações concretas e os conteúdos dos projetos desenvolvidos</i>	
5.2.2	<i>No que diz respeito as ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos</i>	141
5.2.3	<i>Em relação aos conteúdos pedagógicos desenvolvidos recomenda-se</i>	141

REFERENCIAS ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

ANEXO 1. CARTA DE APRESENTAÇÃO ÀS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ENVIRA-AMAZONAS-BRASIL
.....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

ANEXO 2. QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

CAPÍTULO I: MARCO INTRODUTÓRIO

1.1 Introdução

No cenário educacional contemporânea a escola é vista como uma organização social, cultural e humana, quando existe uma gestão democrática pautada nos princípios da educação. Para isso, o Projeto Político-Pedagógico é visto como uma ação indispensável, bem mais que um cumprimento de uma técnica, mas sim como uma ação emancipatória que implica na ruptura de paradigmas tradicionais e ao mesmo tempo nos leva a refletir sobre sua importância.

Neste contexto, cabe a todos que fazem parte do processo educativo, buscar mecanismos de mudança frente às novas perspectivas educacionais, para uma efetivação do projeto político-pedagógico nas escolas, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Partindo desse princípio, a escola precisa rever sua missão, sua identidade em fim seus caminhos para ensinar com qualidade. Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar.

Para realizar esta pesquisa, houve consulta bibliográfica de especialistas da área da educação que foram essenciais para entender se Há efetivação do Projeto Político-Pedagógico como medida interventiva para a formação docente continuada da Educação Básica nas Escolas Estaduais do Município de Envira-Am. Podemos citar os aportes legais de 1985 e da Constituinte em 1986 a Resolução CEB/CNE nº 4 de 13/07/2010, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Os autores como, Veiga, Gadotti, Carvalho, Chalita e Eyng entre outros.

Ao fazer uma análise da efetivação do Projeto Político Pedagógico, recorro a bibliografia que considera o Projeto Político-Pedagógico,

[...] a “carteira de identidade” da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. (CARVAHO, 2004)

Nesse contexto o projeto escolar por se tratar de não ser só um documento formal da escola, mas um efetivo instrumento indispensável para o bom andamento das ações, por tanto, o documento de identidade da escola.

O tema é relevante como aporte teórico-prático, integrador, acerca daquilo que, as políticas públicas definem enquanto necessário para a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e sua real valorização no conjunto de encaminhamentos, não só individuais, mas também coletivos enquanto formação continuada de professores.

Para isso, é importante a integração de todos os atores do ambiente escolar, que estejam comprometidos com a construção do projeto político-pedagógico, só assim acontece a uma gestão democrática e participativa.

1.2 DESCRIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA

A tese em questão direciona sua investigação se Há Efetivação do Projeto Político-Pedagógico, como medida interventiva para a formação docente continuada da educação básica das escolas estaduais do Município de Envira-Am. Com o intuito de analisar, conhecer as ações concretas e os conteúdos dos

projetos, conteúdos políticos e pedagógico desenvolvidos para a formação continuada dos professores, surge minha inquietação, no qual a pergunta principal.

Sabe-se que essas ações devem ser contempladas no projeto-político pedagógico são financiadas pelas prerrogativas teóricas legais. Todavia, aquilo que chega a ser efetivado enquanto projeto de formação nem sempre abrange toda a necessidade prática local, constituindo, identidade pelas necessidades micro específica. Contudo, é nesse ponto que insistimos ser o estudo e a estruturação coletiva e colaborativa do projeto, como instituído em Lei, um caminho viável para a realização de uma formação de professores que focalizada no cumprimento e acompanhamento permanente dos trabalhos realizados na escola, para ver se eles estão de acordo com o projeto elaborado e cumprindo as metas propostas. Essa avaliação constante deve ser feita nas reuniões pedagógicas, onde a equipe docente e os gestores discutem o andamento das atividades escolares.

1.3 FORMULAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PROBLEMA

Como professora desde 1994 e diante das discussões e da contextualização no âmbito escolar, sobre as ações que deveriam acontecer para melhoria do ensino-aprendizagem de todos que fazem parte do processo, é que surge a inquietação da necessidade de construirmos um projeto político-pedagógico que represente mais que o cumprimento de uma exigência legal, mas que se constitui um retrato fiel da identidade da escola. Partindo de sua elaboração, assim como sua caracterização enquanto tema de estudo para a formação continuada de professores, é que surge a pergunta principal: Há Efetivação do Projeto Político-Pedagógico, como medida interventiva para a formação docente continuada da educação básica a das escolas estaduais do Município de Envira-Am? Com isso, vale ressaltar que sua efetivação torna-se um novo paradigma neste contexto social, cultural, pois trata-se de discussões que contribuem para um novo debate mediante o contexto científico.

Assim, a questão problema acima permite desenhar questões menores que perpassam e nos inquietam a fim de possibilitar responder esta questão ao final da pesquisa científica as quais chamamos de problemas específicos.

Isto inclui vários elementos como componentes constitutivos desses problemas que são: Efetivação, Projeto Político-Pedagógico, Formação continuada e Gestão democrática.

Efetivação - Efetivação-Ação ou efeito de efetivar, de produzir efeitos: efetivação de resultados. Ato de tornar permanente, estável. É sinônimo de implementação, realização; Implementação é ação ou efeito de implementar; ato de colocar em execução ou em prática; realização, efetivação ou execução de um projeto, uma tarefa etc: a implementação do projeto deverá demorar alguns meses. Execução-ação de executar, de fazer com que um projeto seja realizado; realização, aplicação, efetivação.

Execução é sinônimo de: realização, finalização, efetivação, cumprimento. Realização-Satisfação; cumprimento do seu objetivo ou meta de vida; o que se consegue através de muito esforço: realização pessoal, profissional. O que se consegue colocar em prática; o que é realizável.

Projeto Político-Pedagógico - o Projeto Político-Pedagógico relaciona-se à organização do trabalho pedagógico da escola, indicando uma direção, explicitando os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola. O **projeto** reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo, como a contextualização da escola, missão, clientela, dados de aprendizagem, relação família comunidade, recursos financeiros, humanos e materiais; **Político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir, como, no Espaço de formação continuada, responsabilidades, cidadãos críticos e ética e no **Pedagógico**, porque define ações e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem, indicando a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias.

Por tanto, a escola deverá ter autonomia de forma democrática, com a participação de todos os atores envolvidos em suas ações educacionais, partindo de suas características próprias, com o seu cotidiano e o seu tempo-espaço.

Para ser autônoma, a escola não pode depender somente dos órgãos centrais e intermediários que definem a política da qual ela não passa de executora. Ela concebe sua proposta pedagógica ou projeto pedagógico e tem autonomia para executá-lo e avaliá-lo e avaliar uma nova atitude de liderança, no sentido de refletir sobre as funções sociopolíticas e culturais da escola. (VEIGA, 2003)

Lembramos que, a escola autônoma, não é uma escola sem regra ou sem controle, que uma escola cidadã, necessita compreender que a sua autonomia se limita a estabelecer as regras pelas quais ela será gerida.

1.3.1 Problema geral

Convivendo com a rotina diante da Educação Básica das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio do Município de Envira-Am formulamos a seguinte pergunta:

- Há efetivação do Projeto Político Pedagógico como medida interventiva para a formação docente continuada da Educação Básica nas Escolas Estaduais do Município de Envira-Am?

1.3.2 Problemas específicos

Diante do exposto geral surgem os seguintes específicos:

- Quais as ações concretas e os conteúdos dos *projetos* desenvolvidos para a formação contínua dos professores da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am?
- Quais ações concretas e conteúdos *políticos* desenvolvidos na formação contínua dos professores de da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am?
- Quais conteúdos *pedagógicos* desenvolvidos nas atividades de formação continuada dos professores da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am?

1.4 OBJETIVOS

Neste tópico se apresentam os objetivos delineados a partir dos problemas formulados sobre a Efetivação do Projeto Político-Pedagógico como medida interventiva para a formação docente continuada da Educação Básica nas Escolas Estaduais do Município de Envira-Am.

1.4.1 Objetivo geral

- Analisar a efetivação do Projeto Político Pedagógico na formação continuada docente na educação básica nas escolas estaduais do Município de Envira-Am.

1.4.2 Objetivos específicos

- Apresentar as ações concretas e os conteúdos dos projetos desenvolvido para a formação contínua dos professores da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am.
- Conhecer as ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos na formação contínua dos professores de da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am.
- Descrever os conteúdos pedagógicos desenvolvidos nas atividades de formação continuada dos professores da Educação Básica das Escolas Estaduais do Município de Envira-Am.

1.5 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO

Na acepção etimológica, o vocábulo “projeto” vem do latim “projectu”, particípio passado do verbo “projicere”, que tem a significação de lançar para adiante. Ao edificarmos o projeto da escola, temos a finalidade de realizar, abarcando o possível. É prever um tempo futuro diferente do presente.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam-se visíveis, os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores.”
GADOTTI (1994)

Com isso, todo projeto deve ser vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o ensino aprendizagem dos alunos, e não ser apenas algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas.

Por tanto, a importância de estarmos desenvolvendo este trabalho é devido à necessidade de fazer um trabalho de grande êxito para o Município, contribuindo na melhoria da nossa Educação.

Nas últimas décadas, a preocupação com a formação dos educadores que atuarão na educação básica tem sido um dos principais pontos de discussão no campo educacional. Essa preocupação acentuou-se a partir dos anos 90, quando a LDB, em seu Título IV, trata a formação dos profissionais da educação, afirmando em seu artigo 62 que: “Diz a referida lei que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, [...] admitida, como formação mínima [...]”. Assim, a formação inicial passa a ocupar lugar de destaque nos projetos educacionais, sendo um fator importante para o exercício da docência, uma vez que na formação o educador amplia sua visão sobre a atividade educacional, passando a vê-la como resultado de um aprendizado teórico. Todavia, faz-se imprescindível a realização de estudos e pesquisas investigativas focados na percepção e concepções que têm os professores, pedagogos e gestores sobre a *Efetivação do Projeto Político-Pedagógico na Formação Continuada docente da Educação Básica das escolas estaduais no Município de Envira-AM*. Partindo dessas percepções entende-se se há efetivação do projeto político-pedagógico nas escolas desta pesquisa.

A pesquisa pretende analisar em seus diferentes aspectos a efetivação do Projeto Político-Pedagógico na formação continuada docente, pretende-se pensar em uma proposta de intervenção que contemple formação continuada docente, trazer um modelo de construção do projeto político-pedagógico como proposta de estudo para a formação continuada docente.

Considerando-se a necessidade de implantação e ampliação desta proposta para escolas da educação básica, por força das leis que embasam este trabalho, espera-se que as propostas e experiências existentes sejam tomadas como modelo para outras escolas do estado.

Portanto, no aspecto metodológico os resultados desta pesquisa oferecerão informações da realidade, como subsídio para a construção de propostas inovadoras para a educação básica, seus resultados contribuirão para fortalecer a efetivação do projeto político-pedagógico das escolas, estabelecida

entre o currículo, os espaços e os tempos pedagógicos, enquanto norteadores e viabilizadores das práticas educativas eficazes e equânimes vivenciadas na educação básica. Por tanto, a formação continuada deverá ocupar lugar de destaque na construção do projeto político pedagógico, sendo um fator importante para o exercício da docência, uma vez que na formação o educador amplia sua visão sobre a atividade educacional, passando a vê-la como resultado de um aprendizado teórico.

Esta pesquisa se considerou relevante por três razões relacionadas com o que irá contribuir a pesquisa para a ciência da educação no marco dos seus limites: uma teórica, outra metodológica e a última prática.

No que se referem aos aspectos teóricos os resultados desta pesquisa ofereceram caminhos para analisar as respostas dos respondentes afim apresentar as ações concretas dos conteúdos dos projetos, conhecer as ações concretas e conteúdos políticos e pedagógico, para daí chegar a uma conclusão se há realmente uma efetivação do projeto político-pedagógico nas escolas pesquisadas.

No que diz respeito ao aspecto metodológico os resultados desta pesquisa ofereceram estratégias e procedimentos de pesquisa validados pela experiência investigativa que podem ser aplicados em outros contextos.

No aspecto prático os resultados desta pesquisa contribuíram para a elaboração de sugestões que possam fortalecer a efetivação do Projeto Político-Pedagógico. Acredita-se que é preciso que a escola repense urgentemente o seu papel em busca de formar cidadãos críticos, participativos e atuantes, orgulhosos de seu saber e respeito ao próximo.

CAPÍTULO II: MARCO REFERENCIAL

A discussão sobre a efetivação do Projeto Político-Pedagógico exige uma reflexão acerca da concepção de educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que implica refletir sobre o homem a ser formado.

A educação sofre influência de condicionantes históricos, sociais, econômicos e culturais. Com isso, percebe-se que a função social vem variando ao longo do tempo mantendo-se elementos comuns ao processo de transmissão de conhecimentos e formas de agir na sociedade. A educação corresponde, portanto, à concepção sobre o tipo de pessoa que se quer formar na sociedade. Existem inúmeras conceituações de educação e, praticamente nenhuma consegue abranger a complexidade e extensão de todo o fenômeno educativo. Sobre o conceito de educação:

A educação é um processo que visa orientar o educando para um estado de maturidade que o capacite a encontrar-se conscientemente com a realidade, para nela, atuar de maneira eficiente e responsável, a fim de serem atendidas necessidades e aspirações pessoais e coletivas. (NÉRICI, 1986).

Dessa forma, a educação é vista como um processo que abrange a capacidade que o indivíduo tem de manter as relações grupais, atuar, agir com respeito, conscientemente na realidade que os cercam. Como também um ser pensante capaz de refletir integralmente.

Portanto, como é vista a educação, a realidade influencia muito na construção do Projeto Político-Pedagógico representa um planejamento das ações educacionais de forma que todo o trabalho pedagógico seja coerente com uma opção, um compromisso político. Ele não é apenas uma coleção de projetos elaborados pela SEDUC (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO), desenvolvidos por área ou por professores, e nem mesmo um plano elaborado pelo um grupo para ser seguido por todos. O processo de construção do projeto-político pedagógico deverá ser feito coletivamente pelos membros da comunidade escolar, terá que refletir a cultura, convicções e conhecimentos da comunidade escolar e essa reflexão e discussão contribuirão para a construção da gestão

coletiva. Sendo assim, nele reflete a ação pedagógica do cotidiano escolar, e nessa ação pedagógica reflete a prática docente e sua formação. É neste sentido que este trabalho de pesquisa busca pensar em uma proposta de intervenção voltada para à escola, buscando sempre uma qualificação, uma formação continuada em que esse professor melhore sua prática docente e seu conhecimento profissional, levando em consideração sua trajetória como educador/pedagogo capaz de construir sua identidade profissional docente. Portanto, é através do Projeto Político-Pedagógico que os projetos e conteúdos serão ensinados, levando em consideração a realidade de sua comunidade.

2.1 Definição de termos chave

Nesse tópico apresenta-se a definição dos principais termos da investigação: Efetivação, Projeto Político-Pedagógico e Formação de Professores.

2.1.1 Efetivação

Entende-se por efetivação Efetivação-Ação ou efeito de efetivar, de produzir efeitos: efetivação de resultados. Ato de tornar permanente, estável. É sinônimo de implementação, realização; Implementação é ação ou efeito de implementar; ato de colocar em execução ou em prática; realização, efetivação ou execução de um projeto, uma tarefa etc. a implementação do projeto deverá demorar alguns meses. Execução-ação de executar, de fazer com que um projeto seja realizado; realização, aplicação, efetivação.

Execução é sinônimo de realização, finalização, efetivação, cumprimento. Realização-Satisfação; cumprimento do seu objetivo ou meta de vida; o que se consegue através de muito esforço: realização pessoal, profissional. O que se consegue colocar em prática; o que é realizável [...] efetivação, execução, satisfação.

2.1.2 Projeto Político-Pedagógico

A Lei 9.394/96 regulamenta a gestão democrática e determina a necessidade de que todas as escolas construam o seu Projeto Político-

Pedagógico. A Lei em seu artigo 12, inciso I, prevê o compromisso da instituição escolar na elaboração e execução da sua proposta pedagógica; destaca no inciso VII o dever da escola informar aos pais sobre a execução de sua proposta pedagógica e no artigo 14 pressupõe a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Ainda sobre o Projeto Político-Pedagógico:

[...] o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns, definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos.(VEIGA, 2003)

Envolver a comunidade nesse trabalho e compartilhar a responsabilidade de definir os rumos da escola é um desafio e tanto. escola ganha uma identidade clara, e a equipe, segurança para tomar decisões.

2.1.3 Formação Continuada dos Docentes

Atualmente a Lei 9394/96, especifica que a formação continuada, deve ser oferecida aos profissionais da educação dos diversos níveis de ação. No Título VI, artigo 61, inciso I, com a seguinte redação: “a formação de profissionais da educação [...] terá como fundamentos: a associação entre teoria e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço” (BRASIL, 1996).

Para VEIGA (2011), o projeto é pedagógico, pois é responsável pela formação do cidadão, onde a escola é responsável por definir ações educativas cumprindo seus propósitos de ter um cidadão responsável crítico, criativo e comprometido.

2.2 Antecedentes teóricos e legais

Em levantamento prévio sobre pesquisas e estudos acadêmicos a respeito dessa temática, se evidenciaram estudos já realizados por acadêmicos

e/ou Academias sobre projeto político pedagógico, mas não especificamente sobre a Efetivação do Projeto Político-Pedagógico na formação continuada docente da educação básica nas escolas estaduais no município de Envira-AM. Existe uma variedade de pesquisas e estudos relacionados ao projeto político pedagógico e formação continuada dos professores. Nas escolas pesquisadas nada foi encontrado de antecedentes em trabalhos científicos e acadêmicos sobre o tema, visto que há uma carência de cunho teórico e prático nas instituições de ensino da cidade de Envira-Am.

No ano 2002, VEIGA, Ilma P. A.; RESENDE, Lúcia M. G. (Orgs). Investigou sobre Escola: Espaço do Projeto Político- Pedagógico. 6 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

Em 1994. Gadotti nos leva a refletir sobre essa postura quando trata do projeto político pedagógico, como projeto político-pedagógico na escola: na perspectiva de uma educação para a cidadania.

Em 1995. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org) Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas SP: Papyrus, 1995). A mesma autora em 2001 em sua 5º ed. A perspectiva para reflexão em torno do projeto Político–Pedagógico.

Historicamente vários estudos vêm sendo realizados a partir da ideia do projeto pedagógico que foi incluída na constituição de 1988 e regulamentada alguns anos depois. O art.205 da Carta Magna brasileira quando afirma: “*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”, e com isto vindo a consolidar o fundamento filosófico do seu art. 1º que assim preconiza: “*A Republica Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:*

.....

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana

.....

A partir de 1985 e da Constituinte em 1986 avanços vem acontecendo na educação. Na **Lei 5692/71**, no bojo da Reforma do Ensino de 1º e 2º grau. Conforme documentos legais, com base no o disposto na alínea "c" do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995, nos artigos 36, 36-A, 36-B, 36-C, 36-D, 37, 39, 40, 41 e 42 da Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pela Lei nº 11.741/2008, bem como no Decreto nº 5.154/2004, a lei Nº 6.755, de 29 DE janeiro de 2009, Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada. O parecer CNE/CEB nº 7/2010, definem a Resolução CEB/CNE nº 4 de 13/07/2010, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Ainda a Lei 13.0005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação, PNE (Plano Nacional de Educação) 2014-2024 é bastante ambicioso no que diz respeito à ampliação do acesso e à melhoria da qualidade da educação no nível básico e superior, bem como à valorização dos profissionais da educação, dedicando quatro de suas vinte metas especificamente aos profissionais da educação básica, as metas 15 e 16 abordam o tema da formação inicial e continuada.

Os antecedentes aqui apresentados relacionam-se com o tema. Os mesmos ajudaram na construção da parte teórica da pesquisa. Observam-se algumas semelhanças com a pesquisa, porém o que a pesquisa se propos foi analisar a efetivação do Projeto Político Pedagógico na formação continuada docente na educação básica nas escolas estaduais do Município de Envira-Am.

Recomenda-se que este seja um novo paradigma no ensino e que a escola pautar-se mais na práxis educativa, pois a práxis articulada em sua dialética fornece os meios necessários para se estabelecer e compreender as relações entre o indivíduo e a totalidade. A categoria práxis materializa-se no pensamento pedagógico emancipatório. E o educador brasileiro, o pernambucano Paulo Freire através de suas descobertas do mundo será um dos teóricos da educação que

entenderá o lugar da práxis na construção de uma pedagogia dos oprimidos e de uma pedagogia libertadora.

2. 3 Bases legais:

A Lei 5692/71, no bojo da Reforma do Ensino de 1º e 2º grau, a política de formação docente trouxe um acentuado processo de caracterização voltada para as questões práticas da condução e universalização do ensino para o progresso socioeconômico brasileiro. Não havia uma preocupação com a formação docente.

A partir de 1985 e da Constituinte em 1986 o processo de redemocratização do Estado Brasileiro, assegurou a qualificação da formação de uma sociedade cidadã edificada em leis que previam refletir todos os setores da sociedade civil, debatendo os princípios básicos de uma educação nacional que pusesse fim aos problemas históricos que assolavam a qualidade educacional.

Historicamente, vários avanços vem acontecendo na educação, conforme documentos legais, com base no o disposto na alínea "c" do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995, a Lei nº 9.394/1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 7/2010, definem a Resolução CEB/CNE nº 4 de 13/07/2010, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que tem como objetivos:

I - sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

Esta resolução vem corroborar com a Educação Básica, com objetivos fundamentais para o ensino de qualidade, assegurando como elementos constitutivos para a operacionalização destas Diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.

No cap. I art. 43, desta resolução, o projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social em seus parágrafos:

§ 1º A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.

§ 2º Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação - nacional, estadual, municipal -, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.

§ 3º A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.

Art. 44. *O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:*

I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - o perfil real dos sujeitos - crianças, jovens e adultos - que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimento-cultura-professor-estudante e instituição escolar;

IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII - o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

[...]

X - a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional.

2.3.1 DIMENSÃO PROJETO - São as ações concretas e os conteúdos dos projetos desenvolvidos.

2.3.2 Diagnóstico - Contextualização

- **Contexto Sócio-econômico e cultural**
- **Caracterização**
- **Clientela:** nº de alunos considerando todos os dados.
- Plano de ação dos projetos
- Comunidade Escolar

VII - integração dos profissionais da educação, dos estudantes, das famílias, dos agentes da comunidade interessados na educação;

✓ **Recursos Financeiros**

Plano de aplicação dos recursos

✓ **Humanos**

IV - pessoal de apoio técnico e administrativo que responda às exigências do que se estabelece no projeto político-pedagógico.

[...]

Em se tratar do Trabalho em equipe desta dimensão, podemos ainda nesta resolução de que tratamos que:

§ 1º O planejamento das ações coletivas exercidas pela escola supõe que os sujeitos tenham clareza quanto:

I - aos princípios e às finalidades da educação, além do reconhecimento e da análise dos dados indicados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou outros indicadores, que o complementem ou substituam;

II - à relevância de um projeto político-pedagógico concebido e assumido colegiadamente pela comunidade educacional, respeitadas as múltiplas diversidades e a pluralidade cultural;

III - à riqueza da valorização das diferenças manifestadas pelos sujeitos do processo educativo, em seus diversos segmentos, respeitados o tempo e o contexto sociocultural;

2.3 Recursos materiais

Constituem em instrumentos importante para o desenvolvimento da tarefa educativa, uma vez que são um meio que auxiliam todas as ações que serão desenvolvidas nas escolas, como, tv, data show, aparelho de som, dvd, colchonetes, computadores, fantoches, biblioteca, videoteca, brinquedoteca, mobiliário, espelhos, brinquedos, livros, lápis, intas, pincéis, papéis, tesouras, cola, massa de modelar, quadros-brancos, entre outros.

2.4 DIMENSÃO POLÍTICO- ações concretas e conteúdos *políticos* desenvolvidos, como estudos das Leis, decretos que formam o cidadão,

conhecimento da LDB, entre outros.

Ainda na mesma resolução, o inciso VIII, trata da valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência, remuneração compatível com a jornada de trabalho definida no projeto político-pedagógico;

São os encontros pedagógicos para discutir sobre os conteúdos políticos que fazem parte do projeto político pedagógico, as leis os decretos que tratam das mudanças na educação.

Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica no art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 211, *caput* e § 1º, da Constituição, no art. 3º, *caput*, incisos VII e IX, e art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, no art. 2º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e considera metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, fica instituída a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, com a finalidade de fixar seus princípios e objetivos, e de organizar seus programas e ações, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, e com os planos decenais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.4.1 Espaço de formação continuada, Responsabilidades e Cidadãos críticos

II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

CAPÍTULO IV O PROFESSOR E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Art. 56. *A tarefa de cuidar e educar, que a fundamentação da ação docente e os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação instauram, reflete-se na eleição de um ou outro método de*

aprendizagem, a partir do qual é determinado o perfil de docente para a Educação Básica, em atendimento às dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas.

§ 1º Para a formação inicial e continuada, as escolas de formação dos profissionais da educação, sejam gestores, professores ou especialistas, deverão incluir em seus currículos e programas:

a) o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

b) a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

c) a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino;

d) a temática da gestão democrática, dando ênfase à construção do projeto político-pedagógico, mediante trabalho coletivo de que todos os que compõem a comunidade escolar são responsáveis.

Art. 57. *Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.*

§ 1º A valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as funções do professor.

§ 2º Os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, vinculados às orientações destas Diretrizes, devem prepará-los para o desempenho de suas atribuições, considerando necessário:

a) lém de um conjunto de habilidades cognitivas, saber pesquisar, orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento coletivamente;

b) trabalhar cooperativamente em equipe;

c) compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa;

d) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias.

Art. 58. *A formação inicial, nos cursos de licenciatura, não esgota o desenvolvimento dos conhecimentos, saberes e habilidades referidas, razão pela*

qual um programa de formação continuada dos profissionais da educação será contemplado no projeto político-pedagógico.

Art. 59. *Os sistemas educativos devem instituir orientações para que o projeto de formação dos profissionais preveja:*

a) a consolidação da identidade dos profissionais da educação, nas suas relações com a escola e com o estudante;

b) a criação de incentivos para o resgate da imagem social do professor, assim como da autonomia docente tanto individual como coletiva;

c) a definição de indicadores de qualidade social da educação escolar, a fim de que as agências formadoras de profissionais da educação revejam os projetos dos cursos de formação inicial e continuada de docentes, de modo que correspondam às exigências de um projeto de Nação [...]

Conforme a resoluções, ressaltamos que é um ato constitucional a valorização dos professores e, especialmente, a necessidade de cursos de formação inicial e continuada. Podemos ainda acompanhar o **decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016**. Que trata da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, que vem definir os objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica:

I - instituir o Programa Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, o qual deverá articular ações das instituições de ensino superior vinculadas aos sistemas federal, estaduais e distrital de educação, por meio da colaboração entre o Ministério da Educação, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - induzir avanços na qualidade da educação básica e ampliar as oportunidades de formação dos profissionais para o atendimento das políticas deste nível educacional em todas as suas etapas e modalidades, e garantir a apropriação progressiva da cultura, dos valores e do conhecimento, com a aprendizagem adequada à etapa ou à modalidade cursada pelos estudantes;

III - identificar, com base em planejamento estratégico nacional, e suprir, em regime de colaboração, a necessidade das redes e dos sistemas de ensino por formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica, de forma a assegurar a oferta em quantidade e nas localidades necessárias;

IV - promover a integração da educação básica com a formação inicial e continuada, consideradas as características culturais, sociais e regionais em cada unidade federativa;

V - apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada em exercício para profissionais da educação básica pelas instituições de ensino superior em diferentes redes e sistemas de ensino, conforme estabelecido pela Meta 15 do PNE;

VI - promover a formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo;

[...]

VIII - assegurar que os cursos de licenciatura contemplem carga horária de formação geral, formação na área do saber e formação pedagógica específica, de forma a garantir o campo de prática inclusive por meio de residência pedagógica; e

IX - promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais da educação básica, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos.

Portanto, é através de *Palestras, Seminários simpósios, Audiência Pública e encontros Pedagógicos* que acontecem as ações enfocadas nestes incisos.

Um item importante a se tratar no conjunto de ações que envolve a efetivação do projeto político-pedagógico é a *Ética*, entendendo um trabalho compartilhado na convivência e nas relações interpessoais dos docentes. A ética nos PCN's é um tema transversal o qual deve envolver aspectos que contemplem a justiça, a cidadania e a solidariedade, o respeito mútuo e o diálogo. Por tanto, é por meio do PPP que a escola deixa explícito o trabalho com a transversalidade, com a ética e com a cidadania.

Regimento interno, como documentos relevante para que aconteça a efetivação do projeto político-pedagógico

Art. 45. *O regimento escolar, discutido e aprovado pela comunidade escolar e conhecido por todos, constitui-se em um dos instrumentos de execução do projeto político-pedagógico, com transparência e responsabilidade.*

Parágrafo único. O regimento escolar trata da natureza e da finalidade da instituição, da relação da gestão democrática com os órgãos colegiados, das atribuições de seus órgãos e sujeitos, das suas normas pedagógicas, incluindo os critérios de acesso, promoção, mobilidade do estudante, dos direitos e deveres dos seus sujeitos: estudantes, professores, técnicos e funcionários, gestores, famílias, representação estudantil e função das suas instâncias colegiadas.

2.5 DIMENSÃO PEDAGÓGICO - conteúdos *pedagógicos* desenvolvidos.

2.5.1 Gestão democrática

Essa concepção é reforçada pela LDB, nº 9.394/1996, que traz considerações importantes para a efetivação desse princípio democrático do ensino público. O artigo 14 ratifica:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

Nesse direcionamento, tem-se a gestão democrática, o contexto e os fundamentos que levaram à criação do Projeto Político Pedagógico, confirmando o texto constitucional em seu artigo 206, item VI, que enfatiza o seguinte princípio: “gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

Na mesma resolução do CEB/CNE nº 04 de 13.07.2010 inciso VIII – a gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos

respectivos sistemas de ensino;

Com relação ao Plano de ação da gestão e demais da equipe; Autonomia; Recursos bibliográficos o Cap III da gestão democrática e Organização da Escola em seu artigo:

Art. 54. É pressuposto da organização do trabalho pedagógico e da gestão da escola conceber a organização e a gestão das pessoas, do espaço, dos processos e procedimentos que viabilizam o trabalho expresso no projeto político-pedagógico e em planos da escola, em que se conformam as condições de trabalho definidas pelas instâncias colegiadas.

[...]

§ 2º É obrigatória a gestão democrática no ensino público e prevista, em geral, para todas as instituições de ensino, o que implica decisões coletivas que pressupõem a participação da comunidade escolar na gestão da escola e a observância dos princípios e finalidades da educação.

§ 3º No exercício da gestão democrática, a escola deve se empenhar para constituir-se em espaço das diferenças e da pluralidade, inscrita na diversidade do processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, cuja meta é a de se fundamentar em princípio educativo emancipador, expresso na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

VEIGA (2011) destaca quando fala do projeto político-pedagógico que trata o compromisso com a valorização da escola como um todo e dos seus educadores como profissionais e agentes de mudanças, além da visão sociopolítica da educação voltada para a emancipação humana. A autora coloca alguns eixos temáticos importantes para a organização e a construção do coletivo, da gestão da escola, relação de poder e autonomia e entre fatores importantes para um bom desenvolvimento e desempenho da escola.

Sobre a relação entre gestão e escola Veiga diz:

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pelas práticas pedagógicas. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores. (VEIGA, 2011)

Resgatar a escola como um espaço aberto para dialogar, debater e refletir. Para a autora a escola é um lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Nessa perspectiva, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que lhe deem as condições necessárias para levá-la adiante. Para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino.

Portanto, como bem afirma (Gadotti 1998)

O Projeto Político Pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade, e cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais.

Quando a escola se organiza a partir de princípios democráticos ela legitima uma educação também democrática, ao possibilitar que todos que a compõe estejam inseridos nesse contexto participando e atuando criticamente em busca de um futuro melhor.

2.5.2 Gestão de currículo

Os Referenciais Curriculares para a Formação de Professores, da Secretaria de Educação Fundamental, do Ministério da Educação (1999), sugeriram aos cursos brasileiros de formação de professores, garantia de cinco âmbitos de conhecimentos com igual importância: conhecimento sobre crianças, jovens e adultos; conhecimento sobre a dimensão cultural, social e política da educação; conhecimento da Cultura geral e profissional; conhecimento

pedagógico; conhecimento experiencial contextualizado em situações educacionais. Esses saberes profissionais apresentados no referido documento, embora tenham sido mencionados separadamente, estão intimamente ligados; não têm vida própria e se inter-relacionam dentro da atuação dos professores, não se vinculando a nenhuma disciplina ou área exclusiva.

Art. 3º *As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as etapas e modalidades da Educação Básica devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.*

[...]

IV - inter-relação entre organização do currículo, do trabalho pedagógico e da jornada de trabalho do professor, tendo como objetivo a aprendizagem do estudante;

§ 1º O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais.

São muitas as propostas e possibilidades de se constituir e distinguir o conhecimento profissional a ser adquirido pelo professor, para que ele atue eficazmente.

2.5.3 Formação continuada de professores

O DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009, Fica instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

Parágrafo único. O disposto no caput será realizado na forma dos arts. 61 a 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e abrangerá as diferentes modalidades da educação básica;

Art. 2º São princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - a formação docente para todas as etapas da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas;

II - a formação dos profissionais do magistério como compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação, as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e à distância;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento da escola e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial dos profissionais do magistério;

VII - a importância do projeto formativo nas instituições de ensino superior que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar;

VIII - a importância do docente no processo educativo da escola e de sua valorização profissional, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à jornada única, à progressão na carreira, à formação continuada, à dedicação exclusiva ao magistério, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho;

IX - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, buscando a redução das desigualdades sociais e regionais;

X - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de ensino;

XI - a formação continuada entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e considerar os diferentes saberes e a experiência docente; e XII - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a informações, vivência e atualização culturais.

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - promover a melhoria da qualidade da educação básica pública;

II - apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de educação superior;

III - promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério em instituições públicas de educação superior;

IV - identificar e suprir a necessidade das redes e sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais do magistério;

V - promover a valorização do docente, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira;

VI - ampliar o número de docentes atuantes na educação básica pública que tenham sido licenciados em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial;

VII - ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social;

VIII - promover a formação de professores na perspectiva da educação integral, dos direitos humanos, da sustentabilidade ambiental e das relações étnico-raciais, com vistas à construção de ambiente escolar inclusivo e cooperativo;

IX - promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais do magistério, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos; e

X - promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais.

No Art. 4º A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica cumprirá seus objetivos por meio da criação dos Fóruns

Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e por meio de ações e programas específicos do Ministério da Educação.

§ 1º O regime de colaboração será concretizado por meio de planos estratégicos formulados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, a serem instituídos em cada Estado e no Distrito Federal, e neles terão assento garantido:

I - o Secretário de Educação do Estado ou do Distrito Federal e mais um membro indicado pelo Governo do Estado ou do Distrito Federal;

II - um representante do Ministério da Educação;

III - dois representantes dos Secretários Municipais de Educação indicados pela respectiva seção regional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

IV - o dirigente máximo de cada instituição pública de educação superior com sede no Estado ou no Distrito Federal, ou seu representante;

V - um representante dos profissionais do magistério indicado pela seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;

VI - um representante do Conselho Estadual de Educação;

VII - um representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME; e

VIII - um representante do Fórum das Licenciaturas das Instituições de Educação Superior Públicas, quando houver.

§ 2º A participação nos Fóruns dar-se-á por adesão dos órgãos, instituições ou entidades referidos no § 1º.

§ 3º A falta da adesão a que refere o § 2º não impede o funcionamento dos fóruns.

§ 4º Poderão integrar os fóruns representantes de outros órgãos, instituições ou entidades locais que solicitarem formalmente sua adesão.

§ 5º Os Fóruns serão presididos pelos Secretários de Educação dos Estados ou do Distrito Federal, cabendo ao plenário dos colegiados indicar substitutos, no caso de ausência ou na falta de adesão de ente da federação.

§ 6º O Fórum acompanhará a execução do plano estratégico e promoverá sua revisão periódica.

§ 7º O Fórum deverá elaborar suas normas internas de funcionamento, conforme diretrizes nacionais a serem fixados pelo Ministério da Educação, e reunir-se-á, no mínimo semestralmente, em sessões ordinárias, e sempre que necessário, em sessões extraordinárias, mediante convocação do presidente.

Art. 5º O plano estratégico a que se refere o § 1º do art. 4º deverá contemplar:

I - diagnóstico e identificação das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento das instituições públicas de educação superior envolvidas;

II - definição de ações a serem desenvolvidas para o atendimento das necessidades de formação inicial e continuada, nos diferentes níveis e modalidades de ensino; e

III - atribuições e responsabilidades de cada partícipe, com especificação dos compromissos assumidos, inclusive financeiros.

§ 1º O diagnóstico das necessidades de profissionais do magistério basear-se-á nos dados do censo escolar da educação básica, de que trata o art. 2º do Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008, e discriminará:

I - os cursos de formação inicial;

II - os cursos e atividades de formação continuada;

III - a quantidade, o regime de trabalho, o campo ou a área de atuação dos profissionais do magistério a serem atendidos; e

IV - outros dados relevantes que complementem a demanda formulada.

§ 2º O planejamento e a organização do atendimento das necessidades de formação de profissionais do magistério deverão considerar os dados do censo

da educação superior, de que trata o art. 3º do Decreto nº 6.425, de 2008, de forma a promover a plena utilização da capacidade instalada das instituições públicas de educação superior.

Art. 6º O Ministério da Educação analisará e aprovará os planos estratégicos apresentados e atuará na forma do art. 9º, considerando as etapas, modalidades, tipo de estabelecimento de ensino, bem como a distribuição regional e demográfica do contingente de profissionais do magistério a ser atendido.

Art. 7º O atendimento à necessidade por formação inicial de profissionais do magistério, na forma do art. 9º, dar-se-á:

I - pela ampliação das matrículas oferecidas em cursos de licenciatura e pedagogia pelas instituições públicas de educação superior; e

II - por meio de apoio técnico ou financeiro para atendimento das necessidades específicas, identificadas na forma dos art. 5º.

Parágrafo único. A formação inicial de profissionais do magistério dará preferência à modalidade presencial.

Art. 8º O atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério dar-se-á pela indução da oferta de cursos e atividades formativas por instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das unidades escolares e das redes e sistemas de ensino.

§ 1º A formação continuada dos profissionais do magistério dar-se-á por meio de cursos presenciais ou cursos à distância.

§ 2º As necessidades de formação continuada de profissionais do magistério serão atendidas por atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado.

§ 3º Os cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização serão fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, deverão ser homologados por seu Conselho Técnico-Científico da Educação Básica e serão ofertados por instituições públicas de educação

superior, preferencialmente por aquelas envolvidas no plano estratégico de que tratam os arts. 4º e 5º.

§ 4º Os cursos de formação continuada homologados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da CAPES integrarão o acervo de cursos e tecnologias educacionais do Ministério da Educação.

§ 5º Caso a necessidade por formação continuada não possa ser atendida por cursos já homologados na forma do § 4º, a CAPES deverá promover o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos específicos, em articulação com as instituições públicas de educação superior.

§ 6º A CAPES disporá sobre requisitos, condições de participação e critérios de seleção de instituições e de projetos pedagógicos específicos a serem apoiados.

Art. 9º O Ministério da Educação apoiará as ações de formação inicial e continuada de profissionais do magistério ofertadas ao amparo deste Decreto, mediante:

I - concessão de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa para professores, na forma da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, bem como auxílio a projetos relativos às ações referidas no caput ; e

II - apoio financeiro aos Estados, Distrito Federal, Municípios e às instituições públicas para implementação de programas, projetos e cursos de formação.

Art. 10. A CAPES incentivará a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica, mediante fomento a programas de iniciação à docência e concessão de bolsas a estudantes matriculados em cursos de licenciatura de graduação plena nas instituições de educação superior.

§ 1º Os programas de iniciação à docência deverão prever:

I - a articulação entre as instituições de educação superior e os sistemas e as redes de educação básica; e

II - a colaboração dos estudantes nas atividades de ensinoaprendizagem da escola pública.

§ 2º Os programas de iniciação à docência somente poderão contemplar cursos de licenciatura com avaliação positiva conduzida pelo Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Art 11. A CAPES fomentará, ainda:

I - projetos pedagógicos que visem a promover novos desenhos curriculares ou percursos formativos destinados aos profissionais do magistério;

II - projetos pedagógicos que visem a promover desenhos curriculares próprios à formação de profissionais do magistério para atendimento da educação do campo, dos povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;

III - oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica, que sejam:

- a) graduados não licenciados;*
- b) licenciados em área diversa da atuação docente; e*
- c) de nível médio, na modalidade Normal;*

IV - projetos de revisão da estrutura acadêmica e curricular dos cursos de licenciatura;

V - pesquisas destinadas ao mapeamento, aprofundamento e consolidação dos estudos sobre perfil, demanda e processos de formação de profissionais do magistério;

VI - programas de apoio a projetos educacionais e de pesquisa propostos por instituições e por profissionais do magistério das escolas públicas que contribuam para sua formação continuada e para a melhoria da escola; e

VII - programas que promovam a articulação das ações de formação continuada com espaços de educação não-formal e com outras iniciativas educacionais e culturais.

Art. 12. O Ministério da Educação, ao implementar a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, deverá assegurar sua coerência com os processos de avaliação da educação básica e superior, os programas de livro didático, os programas de desenvolvimento da educação, além dos currículos da educação básica e as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de licenciatura e pedagogia.

Art. 13. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, à CAPES e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar o apoio financeiro da União com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho, bem como os limites de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Ainda nesta resolução 13.07.20010 há de se focar nas metas que asseguram a formação continuada:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do [art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

III - orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam.

V - preparação dos profissionais da educação, gestores, professores, especialistas, técnicos, monitores e outros;

Tempo Pedagógico – item que trata da jornada de trabalho dos docentes, A Lei nº 11.738/08 definiu no seu § 4º do artigo 2º que o período para atividade extraclasse deve corresponder a 1/3 da jornada, determinação essa que foi mantida pelo Supremo Tribunal Federal, na ADIN 4167. Estabelece-se, assim, relação à constitucionalidade do § 4º do artigo 2º da Lei Federal nº 11.738/2008 (BRASIL, 2012).

Reconhecer que a Lei Federal 11.738/2008 é uma contribuição ao processo de valorização dos profissionais do magistério e de melhoria da qualidade de ensino e, como tal, não pode ser ignorada ou descumprida pelos entes federados.

Relações interpessoais, não podemos pensar em PPP, sem considerarmos as relações interpessoais, esta temática é decisiva tanto para uma boa gestão como para o envolvimento dos atores para um efetivo PPP. Para isso precisa que todos tenham um equilíbrio emocional para conduzir as ações.

[...] o professor, para bem exercer as funções do magistério, deve ter um bom equilíbrio emocional [...]. uma boa formação profissional por si só não garante a eficiência do processo de aprendizagem, visto que a qualidade do relacionamento equipe diretiva-professor-aluno é que norteia esse processo.

Nesse sentido, o ppp é fruto das interações no âmbito escolar construída através das boas relações entre os docentes.

Dessa forma, vem tratando a resolução aqui estudada, em seu art. 55:

A gestão democrática constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação conjunta que busca criar e

recriar o trabalho da e na escola mediante:

[...]

IV - a construção de relações interpessoais solidárias, geridas de tal modo que os professores se sintam estimulados a conhecer melhor os seus pares (colegas de trabalho, estudantes, famílias), a expor as suas ideias, a traduzir as suas dificuldades e expectativas pessoais e profissionais;

Ensino Aprendizagens

III - foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes;

III - definição de uma relação adequada entre o número de alunos por turma e por professor, que assegure aprendizagens relevantes;

Recursos didáticos é um item que tem espaço fundamental na priorização de ações do PPP, a LDB e os PCNs vem tratar da necessidade da utilização dos materiais e dos equipamentos didáticos.

Formas de Avaliação

A avaliação é algo que não podemos desvincular da prática educativa, ela é muito importante tão quanto o processo ensino aprendizagem, pois um está intimamente ligado ao outro. No processo da avaliação deve-se existir a integração das diversas dimensões da realidade a qual está sendo avaliada, levando em consideração as coerências conceituais, epistemológicas com o objetivo de alcançar os diversos instrumentos e modalidades.

Art. 10. *A exigência legal de definição de padrões mínimos de qualidade da educação traduz a necessidade de reconhecer que a sua avaliação associa-se à ação planejada, coletivamente, pelos sujeitos da escola.*

CAPÍTULO II AVALIAÇÃO

Art. 46. *A avaliação no ambiente educacional compreende 3 (três) dimensões básicas:*

I - avaliação da aprendizagem;

[...]

Seção I

Avaliação da aprendizagem

Art. 47. *A avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político.*

§ 1º *A validade da avaliação, na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual.*

[...]

§ 4º *A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de caráter formativo predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas duas etapas.*

Promoção de alunos

Seção II **Promoção, aceleração de estudos e classificação**

Art. 48. *A promoção e a classificação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio podem ser utilizadas em qualquer ano, série, ciclo, módulo ou outra unidade de percurso adotada, exceto na primeira do Ensino Fundamental, alicerçando-se na orientação de que a avaliação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:*

I - avaliação contínua e cumulativa do desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

II - possibilidade de aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar;

III - possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

IV - aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

V - oferta obrigatória de apoio pedagógico destinado à recuperação contínua e concomitante de aprendizagem de estudantes com déficit de rendimento escolar, a ser previsto no regimento escolar.

Art. 49. *A aceleração de estudos destina-se a estudantes com atraso escolar, àqueles que, por algum motivo, encontram-se em descompasso de idade, por razões como ingresso tardio, retenção, dificuldades no processo de ensino-aprendizagem ou outras.*

Art. 50. *A progressão pode ser regular ou parcial, sendo que esta deve preservar a sequência do currículo e observar as normas do respectivo sistema de ensino, requerendo o redesenho da organização das ações pedagógicas, com*

previsão de horário de trabalho e espaço de atuação para professor e estudante, com conjunto próprio de recursos didático-pedagógicos.

Art. 51. *As escolas que utilizam organização por série podem adotar, no Ensino Fundamental, sem prejuízo da avaliação do processo ensino-aprendizagem, diversas formas de progressão, inclusive a de progressão continuada, jamais entendida como promoção automática, o que supõe tratar o conhecimento como processo e vivência que não se harmoniza com a ideia de interrupção, mas sim de construção, em que o estudante, enquanto sujeito da ação, está em processo contínuo de formação, construindo significados.*

[...]

Conselho de classe – atividades que deverá acontecer periodicamente, de acordo com Dalben:

[...] o conselho de classe, como instância na organização do trabalho escolar, tem uma razão de ser analisada à luz de suas origens. Tem-se como pressuposto que houve um processo histórico do qual resultou o tipo de relação atual, com base no qual os elementos dessa organização tem-se articulado. Portanto, o repensar a organização do trabalho escolar é condição principal para a análise dos problemas vivenciados no interior da escola, que coletivamente se buscará alternativas para que conduzam ao sucesso do aluno no ensino aprendizagem [...] (DALBEN; 2004).

Nesse sentido, no âmbito escolar, o Conselho de Classe são importantes estratégias, busca de alternativas para os problemas no ensino aprendizagem, construindo juntos propostas que permitam, a todos, agirem em conjunto, primando por uma mudança educacional.

Nas escolas pesquisadas foi possível observar um documento para acompanhamento do conselho de classe, no caso um formulário conforme anexo.

O Conselho de Classe deve desempenhar um papel no sentido de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola. É órgão colegiado, constituído por representantes de professores, pais ou

responsável legal, alunos, demais funcionários da unidade escolar e a direção da escola. Têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, gerando uma nova forma de gestão, onde as decisões são integradas e coletivas.

Reprovação de alunos

Paro 2001, aborda a reprovação escolar denominando de:

“condicionante sociocultural”, a todo tipo de influência no modo de agir e comportar-se do indivíduo resultante de sua interação cultural com a sociedade em que vive. Isto supõe que, na produção social de sua existência, cada indivíduo constrói sua personalidade assimilando os significados culturais (historicamente produzidos) disponíveis no meio social em que se desenvolve. Tais significados, é bem verdade, não se imprimem de maneira homogênea em todos os indivíduos, posto que cada pessoa, a partir de suas potencialidades biológicas, tem uma biografia única marcada por seus condicionantes específicos que lhe conferem uma individualidade.

Diante disso, acontece a reprovação que causa o abandono, isso reflete quando o aluno que desistiu naquele ano, enquanto a evasão reflete um aluno que sequer se matriculou.

Ainda Paro sugeri,

a implementação de políticas com o propósito de eliminar a reprovação, introduzidas, obviamente, de forma democrática e acompanhadas de processos de conscientização a respeito de sua justiça e necessidade. Mas é imperioso também prever algum tipo de iniciativa que enseje aos atores envolvidos, especialmente educadores, refletirem sobre crenças e *modificarem* hábitos e condutas incrustados há muito na maneira de ser e de agir de cada um.

A reprovação vem sendo apontada por estudos recentes como uma questão problemática, com efeitos bastante negativos e que deve ser encarada como um último recurso.

Outro componente cultural, incorporado pela socialização primária, que parece promover condutas favoráveis à reprovação escolar, é o sentimento de competitividade, cultivado desde a mais tenra idade numa sociedade cuja estrutura econômica se fundamenta na realização do lucro privado.

Então o autor fala desse sentimento de competitividade como uma manifestação cultural.

2.6 BASE TEÓRICAS

2.6.1 A Definição do Projeto Político-Pedagógico

Acompanhando as transformações ocorridas no cenário mundial, o Estado brasileiro, tem tomado medidas de ordem legal objetivando a atualização das políticas educacionais a fim de possibilitar mudanças na realidade do ensino nacional. Dentre essas medidas, tem-se o estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que têm como um dos seus objetivos estimular a reflexão crítica dos participantes dos processos de formulação, execução e avaliação do projeto político pedagógico das escolas de educação básica. Estabelecido pela atual legislação brasileira, o Projeto Político-Pedagógico deve contemplar a questão da qualidade de ensino, em todas as suas dimensões, ordenando institucionalmente o trabalho escolar em suas especificidades, níveis e modalidades. Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico exige em sua construção a participação de todos os agentes do processo educativo: professores, funcionários, pais e alunos.

O Projeto Político Pedagógico constitui-se em processo participativo de decisões para instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições no interior da escola;

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (VEIGA, 2002)

Na perspectiva da citação acima, o Projeto Político-Pedagógico de uma escola deve priorizar o planejamento participativo, é um instrumento de luta, é uma forma de relacionar-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização.

Gadotti (1994) nos leva a refletir sobre essa postura quando aponta:

Todo projeto pressupõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ações possíveis, comprometendo seus atores e autores.

Portanto, O Projeto Político-Pedagógico é um documento que deve ser elaborado por cada instituição de ensino para orientar os trabalhos durante um ano letivo. Precisa ter o caráter de um documento formal, mas também deve ser acessível a todos os integrantes da comunidade escolar.

A construção de um Projeto Político-Pedagógico se dá pela reflexão no primeiro momento sob um olhar diagnóstico da escola e sua comunidade. Logo, evidencia-se uma visão mais ampla das escolas como um espaço político democratizado do saber e formação integrada dos cidadãos na realidade da sociedade que esta inserida.

Para Veiga (2001) o projeto pedagógico deve apresentar as seguintes características:

- a) ser processo participativo de decisões;
- b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos, as contradições;
- c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;

- d) conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão.
- f) nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- g) ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- h) ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- i) ser construído continuamente, pois como produto, é também processo.

Assim sendo, o Projeto Político Pedagógico principia-se com uma ideologia e percorre os caminhos passo a passo até converter-se em realidade. Possui características, instrumentos e elementos essenciais, diferentes em sua dimensão do planejamento pedagógico, uma vez que, se trata de um conjunto de diretrizes e princípios que norteiam a elaboração e a execução dos diversos planejamentos produzidos no universo escolar.

Este Instrumento é fruto da interação entre suas objetividades e prioridades estabelecidos através das reflexões, ações necessárias a reconstrução de uma nova realidade tendo como característica elementar a de um trabalho comprometido de todos inseridos e envolvidos no processo como professores, equipe técnica, famílias e comunidade de modo geral.

2.6.2 As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico é dividido em três dimensões que são: projeto político e pedagógico. Estas dimensões indicam um direcionamento para seguir, é flexível para se adaptar as necessidades de aprendizagem dos alunos.

2.6.3 Dimensão projeto

Reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. Segundo os especialistas o Projeto Político pedagógico deve contemplar os seguintes pontos: missão, clientela, dados sobre a aprendizagem, relação família comunidade, recursos financeiros, humanos e materiais., onde serão levantados o patrimônio material da escola e suas condições de uso, avaliação de desempenho dos funcionários, atribuições atribuída por função, existência e condição de funcionamento da APP, Conselho de Professores, tipo de gestão adotada, plano de trabalho dos seguimentos e avaliação da Instituição; os

recursos administrado pela escola, forma de utilização (descentralizada), critérios para priorização na aquisição dos materiais, plano de aplicação o que possibilita a concretização da proposta educativa da escola, através da gestão financeira e patrimônio da escola, com a comunidade participa desta aplicação.

Ainda de acordo com Veiga (2002) “a construção do referido projeto é uma etapa de substancial importância no desenvolvimento de uma instituição de ensino que almeja uma educação eficiente e de qualidade”. Corroborando com a ideia da autora essa elaboração obriga uma profunda reflexão no que concernem suas finalidades, seu papel, operacionalização e ações a serem implementadas e desenvolvidas com todos envolvidos no processo educativo.

Como a própria etimologia da palavra nos explica que Projeto significa projetar, lançar para frente, avançar nas perspectivas de um documento clarificador da ação educativa revelando a identidade da escola, promovendo a vivência e convivência com a democracia necessária como resultada de um compromisso assumido coletivamente. Neste sentido, a clareza da finalidade social da escola possibilita à comunidade escolar definir, também com mais pertinência, critérios e projetar sua ação em termos do que deseja alcançar.

2.6.4 Dimensão política

Se refere a visão de sociedade e de homem. O projeto político da escola é político porque todo projeto pedagógico da escola, é político, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político com os interesses reais e coletivos da população majoritária, é político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Veiga, “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”. Saviani (apud VEIGA, 2011). Para VEIGA (2011), todo projeto pedagógico é político, pois se articula com o compromisso social político, com interesses reais e coletivos da população escolar.

Ao definir a visão de mundo, de sociedade, de homem que a escola, (gestores, professores, profissionais da escola, pais, famílias, comunidade) deseja para as crianças e jovens, diante de inúmeras opções, a escola faz suas escolhas, o que representa um posicionamento político, por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos,

que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

Esta dimensão política, contempla também o aspecto epistemológico, pois alimenta uma visão de homem e conhecimento de mundo. Eyng (2007) destaca como,

Os princípios epistemológicos explicitam a linha teórica adotada, que busca dar conta da compreensão da realidade em que *vivemos* e *atuamos*. Todo projeto educativo que busca ser transformador em sua prática pedagógica, evitando a alienação e fragmentação do conhecimento e do processo formativo, precisa ter clareza do referencial teórico no qual se baseia.

Por tanto, uma vez que o projeto institucional se faz político, ele também se torna epistemológico, visto que a autonomia de fomentar uma visão de ser humano, mundo e conhecimento específico do contexto em que a escola se situa, oferece condições para se constituir novos saberes, próprio da ação pedagógica, que ensina.

2.6.5 Dimensão pedagógica

Diz respeito ao trabalho da escola como um todo, principalmente, em relação ao processo de ensino- aprendizagem. Envolve o planejamento das atividades realizadas em sala e fora dela (abordagem curricular, processo avaliativo, acompanhamento do desempenho dos alunos, projetos de intervenção e planos de ensino e de aula). Nesta dimensão obedece as leis, portarias decretos e normativas, que regulam todas as questões do ensino/aprendizagem e questões da prática escolar; as leis que regem os recursos que chegam na escola; as normas de funcionamento da escola como Regimento Escolar e outros;

É pedagógico, porque define ações e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem, indicando a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias. Define também, ações educativas da escola para atingir seus objetivos, por exemplo, gestão do currículo, tempo

pedagógico, equipes docentes, formação continuada, recursos didáticos, e desenvolvimento de projetos educativos. níveis e modalidade de ensino, sua forma de organização, sistema de avaliação e recuperação, proposta curricular(em elaboração), serviço de apoio pedagógico, atividades coletivas, projetos desenvolvidos, sistema de promoção e desempenho acadêmico.

Por tanto, estas dimensões devem ser compreendidas de forma articulada e integrada, pois são permeadas pelo aspecto social, econômico, cultural e as características da comunidade da qual a escola faz parte.

Neste sentido, o projeto político-pedagógico representa a possibilidade de explicitar o reconhecimento da identidade da escola e de todos quantos dela participam, por isso e por outras características o projeto político tem por finalidade estabelecer o rumo da comunidade escolar, delineando seus princípios, suas diretrizes e propostas de ação para melhor organizar e significar as atividades desenvolvidas na escola.

No caminho de uma nova educação com qualidade é necessário que o planejamento da Instituição explicita suas diretrizes, seus princípios e os fundamentos que irão direcionar as ações, as metas e o procedimento dos trabalhos a serem realizados.

Para isso, ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Efetiva-se através da elaboração de mecanismos para a participação da comunidade local e escolar na construção do projeto político pedagógico e também implementa as relações da escola com o sistema de ensino e a sociedade.

Portanto, a construção do projeto político-pedagógico da escola exige a definição de princípios, objetivos, estratégias e, acima de tudo, um trabalho coletivo para a sua operacionalização. Numa perspectiva crítica e democrática, proporciona a melhoria da organização pedagógica, administrativa e financeira da escola, bem como o estabelecimento de novas relações pessoais e interpessoais na instituição; o redimensionamento da prática pedagógica dos professores e formação continuada do quadro docente. Sua implementação ou seja *efetivação* é

uma das condições para que se afirme a identidade da escola como espaço necessário à construção do conhecimento e da cidadania. Sabe-se que o currículo é parte integrante desse processo e deve contemplar a formação de identidade cultural. Nessa perspectiva, o currículo deverá ter como diretriz privilegiar os processos de subjetivação coletiva e o saber sistematizado.

É um processo de consolidação da democracia e da autonomia da escola, com vistas à construção de sua identidade. É uma ação intencional, com um compromisso definido coletivamente, que reflete a realidade, busca a superação do presente e aponta as possibilidades para o futuro. É um documento que não se reduz à dimensão didático-pedagógica. Com isso, o projeto político-pedagógico se constitui como a definição de princípios e diretrizes que projetam o vir a ser da escola.

O Projeto Político-Pedagógico relaciona-se à organização do trabalho pedagógico da escola, indicando uma direção, explicitando os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola, o projeto político-pedagógico de uma escola não é uma formalidade, mas um guia de trabalho para todos os envolvidos na dinâmica institucional. Nesta perspectiva, a tarefa da equipe pedagógica é especializar-se na redação de projetos e regimentos, a fim de prescindir do auxílio de um profissional externo.

O Projeto Político-Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que representa o ideário de uma instituição de ensino, tendo como característica a participação coletiva, ou seja, de todos os sujeitos da escola nas etapas de elaboração, execução e avaliação.

Conforme (CHALITA, 2001), “qualquer projeto educacional sério depende da participação familiar em alguns momentos, apenas incentivo: outros de participação afetiva no aprendizado”. (...) E por melhor que seja a escola, por mais preparados que estejam os professores, nunca suprirá a carência deixada por uma família ausente. E da família a parte mais significativa pela educação dessa criança. Para o autor a família tem a responsabilidade de: “formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. A família é um espaço em que as máscaras devem dar lugar à face transparente, sem disfarces. O diálogo não tem preço”.

2.6.6 Caminhos Da Formação Continuada Dos Docentes

Caminhando aos avanços da formação continuada dos docentes, conforme documentos legais, com base no o disposto na alínea "c" do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995, nos artigos 36, 36-A, 36-B, 36-C, 36-D, 37, 39, 40, 41 e 42 da Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pela Lei nº 11.741/2008, bem como no Decreto nº 5.154/2004, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 7/2010, definem a Resolução CEB/CNE nº 4 de 13/07/2010, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que tem como objetivos:

No tocante a formação continuada dos professores da Educação Básica no Brasil, ainda é palco de discussões na atualidade, uma vez que em sua construção histórica durante muito tempo, não era reconhecida como um aspecto relevante para o desenvolvimento de uma sociedade. A **Lei 9394/96**, que no Título VI, artigos 61 e 67, especifica que a formação continuada, deve ser oferecida aos profissionais da educação dos diversos níveis de ação. Nesse sentido, a formação continuada no espaço da escola, aparece no artigo 61, inciso I, com a seguinte redação: “a formação de profissionais da educação [...] terá como fundamentos: a associação entre teoria e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço” (BRASIL, 1996, p. 82), deixando vago, como é notório, os instrumentos que devem ser usados para esse fim, isto é, para a formação continuada do professor no contexto da escola, o que ao nosso ver reforça a necessidade de um Projeto Político-Pedagógico que garanta, pela reflexão permanente da comunidade escolar, uma ação micro coerente as necessidade da escola no seu espaço e tempo específico.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologia de educação à distância. § 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará

preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação à distância (BRASIL, 1996).

Saviani (2009) apresenta em uma Revista Brasileira de Educação a discussão de que a Formação de Professores já era um aspecto social de relevância preconizado por Comenius já no século XVII, século este chamado século das Luzes, no contexto brasileiro essa não era uma preocupação evidenciada, até porque aos filhos dos nobres, em um primeiro momento não passavam pelo processo de formação mais avançada no Brasil. Os herdeiros das famílias abastadas eram enviados para Europa, a fim de receber uma educação voltada, sobretudo, para ocupar os lugares já assumidos por seus antecessores.

Saviani (2009) também traz para o debate que podemos distinguir os seguintes períodos na história da formação de professores no Brasil:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006) (SAVIANI, 2009)

Com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em 2002, esta passou a estabelecer outro olhar para a formação de Professores no Brasil, todavia ainda com uma visão reducionista das especificidades de formação para cada área de estudo.

Libâneo e Pimenta (1999) destacam que “atualmente, a atuação do Ministério da Educação e do CNE na regulamentação da LDB no 9.394/96 tem

provocado a mobilização dos educadores de todos os níveis de ensino para rediscutir a formação de profissionais da educação”.

O movimento desses educadores tem demonstrado que é preciso considerar, de acordo com Libâneo e Pimenta (1999) que:

- Não bastam iniciativas de formulação de reformas curriculares, princípios norteadores de formação, novas competências profissionais, novos eixos curriculares, base comum nacional etc.
- Faz-se necessária e urgente a definição explícita de uma estrutura organizacional para um sistema nacional de formação de profissionais da educação.

Esses apontamentos incidem diretamente na práxis do professor, seja ele, de qualquer campo disciplinar. Aquilo que se mostra ausente na formação do professor, seja do ponto de vista pedagógico ou do ponto de vista da especificidade do campo disciplinar reflete o potencial de atuação docente com vista às práxis, que deve ser desenvolvida reconhecendo que:

[...] o professor é um profissional do humano que: ajuda o desenvolvimento pessoal/intersubjetivo do aluno; um facilitador do acesso do aluno ao conhecimento (informador informado); um ser de cultura que domina de forma profunda sua área de especialidade (científica e pedagógica/educacional) e seus aportes para compreender o mundo; um analista crítico da sociedade, portanto, que nela intervém com sua atividade profissional; um membro de uma comunidade de profissionais, portanto, científica (que produz conhecimento sobre sua área) e social (LIBÂNEO e PIMENTA, 2006)

Nas últimas décadas, a preocupação com a formação dos educadores que atuarão na educação básica tem sido um dos principais pontos de discussão no campo educacional. Essa preocupação acentuou-se a partir dos anos 90, quando a LDB, em seu Título IV, trata a formação dos profissionais da educação, afirmando em seu artigo 62 que:

Diz a referida lei que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries de ensino fundamental, oferecida em ensino médio, na modalidade normal.

Assim, a formação inicial passa a ocupar lugar de destaque nos projetos educacionais, sendo um fator importante para o exercício da docência, uma vez

que na formação o educador amplia sua visão sobre a atividade educacional, passando a vê-la como resultado de um aprendizado teórico.

Neste sentido, Carvalho (2007) afirma que os professores que não receberam formação diretiva para atuar na docência ficam a margem das informações, fato que infere limitações da realidade da práxis pedagógica e os reflexos no processo de ensino e aprendizagem.

Vale destacar que:

A formação inicial, embora não seja o único vetor de uma profissionalização progressiva do ofício do professor, continua sendo um dos propulsores que permitem elevar o nível de competência dos profissionais. Além de aumentar seus saberes e seu *savoir-faire*, ela também pode transformar sua identidade, sua relação com o saber, com a aprendizagem, com os programas; sua visão da cooperação e da autoridade, seu senso ético. (PERRENOUD, 2002)

Dessa forma, é importante que a formação inicial dos professores seja voltada para a reflexão, visto que em sua rotina diária em sala de aula, precisa ter uma postura crítica mediante as determinadas situações. Ainda de acordo com o autor em tela:

Um profissional reflexivo nunca deixa de se “surpreender”, tece vínculos entre o que observa e seus marcos conceituais, sua reflexão apoia-se em leituras, saberes acadêmicos ou profissionais construídos por pesquisadores ou profissionais. Assim, seus conhecimentos, fundados nas ciências da educação, oferecem subsídios importantes para a reflexão. (PERRENOUD, 2002)

Diante disso, a formação possui a função de desenvolver nos professores a capacidade de poder conviver em contextos diferentes e interagir com os mesmos, compreendendo e atuando de forma mais efetiva sobre os dilemas enfrentados no seu cotidiano. Assim,

O papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análises para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais, e desses mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. Daí é fundamental o permanente exercício da crítica das condições materiais nas quais o ensino ocorre (PIMENTA, 2005).

2.6.7 PARFOR- Programa de Formação Docente

Para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 é implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. Neste sentido, o PARFOR objetiva:

Induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País. (BRASIL, 2015).

O Parfor, na modalidade presencial, é um Programa, que determina que, a oferta emergencial de cursos de licenciatura e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de Educação Básica, que sejam graduados não licenciados, licenciados em área diversa da atuação docente e de nível médio na modalidade Normal. Assim, o Parfor Presencial se torna um Programa emergencial, justamente para atender à legislação que exige formação superior para os professores que já atuam na rede pública de Educação Básica. Como também, dar cumprimento aos objetivos da Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, tendo dentre outras atribuições, a responsabilidade da elaboração dos planos estratégicos, aprovação das prioridades e metas dos programas de formação inicial e continuada para profissionais do magistério, e demais questões pertinentes ao bom funcionamento dos programas. No 1º Encontro Nacional do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), no evento que aconteceu na sede da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em Brasília, o ministro da Educação afirmou que a formação inicial é um direito de todos os professores que atuam ou pretendem atuar nas escolas públicas do país e deve ser financiada pelo poder público brasileiro.

O Parfor foi lançado em maio de 2009, com a meta de formar cerca de 330 mil professores que exercem a profissão sem formação adequada. O plano é gerido pela Capes, em parceria com as secretarias de educação dos estados e dos municípios e as instituições públicas de ensino superior. O Programa oferece

cursos de graduação para educadores em exercício no magistério público que ainda não têm curso superior, para quem possui graduação, mas leciona em área diferente daquela de sua formação, e ainda para os que possuem bacharelado sem licenciatura.

A preocupação do Brasil com a Formação de Professores permitiu assim, políticas educacionais mais abrangentes e que pudesse garantir de fato, a formação superior.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor se insere na primeira linha citada. É uma ação emergencial que visa estimular a formação em nível superior de professores em exercício nas redes públicas de educação básica, proporcionando-lhes oportunidades de acesso à qualificação profissional exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (BRASIL, 2009).

A Capes também é a responsável pelo financiamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das atividades acadêmico-pedagógicas e ao pagamento de bolsas para os professores que ministram aulas nas turmas especiais implementadas.

Além do apoio financeiro, a Capes tem como atribuições:

Promover o processo de articulação entre as secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e as IES na organização da oferta e implementação dos cursos; analisar, homologar e publicar, na Plataforma Freire, o quadro de oferta de cursos e vagas; transferir os recursos às IES, nos termos da legislação federal pertinente; efetuar, diretamente aos beneficiários, o pagamento das bolsas concedidas no âmbito do Parfor Presencial; acompanhar a execução e prestação de contas do objeto pactuado nos instrumentos de repasse de recursos formalizados entre a Capes e as IES (BRASIL, 2009).

No Amazonas, o Parfor teve sua implementação em dezembro de 2009, ao dar início à formação na modalidade presencial, ocorrendo no período de férias dos professores-alunos. Inicialmente, as Instituições de Ensino Superior responsáveis para trabalhar com turmas do Programa foram a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Posteriormente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) também aderiu ao Programa.

No Município de Envira foram ofertados 07 cursos com início em 2010 e término previsto para 2019. Os cursos de Licenciatura foram Matemática, Geografia, Letras, Ciências biológicas, 02 turmas de pedagogia e artes visuais que ainda está em curso.

FIGURA – 01

Municípios que aderiram novas turmas do PARFOR em 2018.

CLASSIFICADOS EDITAL PARFOR_28AGOSTO2018 (3).pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

CLASSIFICADOS E... CLASSIFICADOS E... x Fazer login

66,1%

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PRFOR - Coordenação Geral

UFAM

Concurso: Processo Seletivo Simplificado para o Programa de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR/2018

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS, CONFORME ESTABELECIDO NO ITEM 5 DO EDITAL Nº 069/2018, DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

QUADRO I - RESUMO DO QUANTITATIVO DE VAGAS OFERTADAS/CLASSIFICADOS.

Nº	LICENCIATURA OFERECIDA			MUNICÍPIO DE REALIZAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE VAGAS OFERTADAS	QUANTITATIVO DE INSCRITOS	QUANTITATIVO DE CLASSIFICADO	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
	CÓDIGO DO CURSO	CURSO	MODALIDADE					
1.	PA431	GEOGRAFIA	LICENCIATURA	UIRINI	55	74	53	1,34
2.	PA433	HISTÓRIA	LICENCIATURA	SANTO ANTONIO DO IÇA	58	71	58	1,22
3.	PA434	HISTÓRIA	LICENCIATURA	HUMAITÁ	55	61	37	1,10
4.	PA432	LETRAS - LÍNGUA E LITERATURA INGLESA	LICENCIATURA	BORBA	55	72	51	1,30
5.	PA429	LETRAS - LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESA	LICENCIATURA	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	55	80	46	1,45
6.	PA430	LETRAS - LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESA	LICENCIATURA	TONATINS	55	79	55	1,43
7.	PA243	MATEMÁTICA	LICENCIATURA	ITACOATIARA	53	72	39	1,35
8.	PA422	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	ALVARAÈS	55	137	55	2,49
9.	PA421	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	BARREIRINHA	55	226	55	4,1
10.	PA427	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	BENJAMIN CONSTANT	55	71	30	1,29
11.	PA428	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	BORBA	61	60	47	0,98
12.	PA424	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	PONTE BOA	55	131	55	2,38
13.	PA425	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	ITAMARATI	55	97	55	1,76
14.	PA426	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	JURUÁ	58	93	58	1,60
15.	PA423	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	URUCARÁ	60	136	60	2,26

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Manaus, 30 de agosto de 2018

Em situação: 2 - classificado; 3 - Aprovado; 4 - Indeferidos; 5 - Eliminado por falta.

Exportar PDF

Adobe Export PDF

Converta online arquivos PDF em Word ou Excel

Selecionar arquivo PDF

CLASSIFICADOS E...OSTO2018 (3).pdfX

Converter em

Microsoft Word (*.docx)

Idioma do documento:
Português Alterar

Converter

Criar PDF

Armazene e compartilhe arquivos na Document Cloud

Saiba mais

21:41
21/12/2018

Fonte: site UFAM

A tabela acima demonstra o atual situação sobre o cursos oferecidos pelo governo (PARFOR) no ano de 2018. É possível observar que não houve oferta neste período da pesquisa, contudo não há um efetivo do projeto político-pedagógico nas escolas do municipio de Envira.

Desta forma, o PARFOR surgiu para assegurar aos profissionais da educação uma melhor formação na medida em que possibilita o acesso dos mesmos a qualificação profissional, e assim, elevar o nível do ensino aprendizagem da educação básica pública no Brasil.

2.6.8 Formas de Avaliação

A escola que hoje queremos, dentro da pedagogia preocupada com a transformação, discute-se a necessidade de subverter as avaliações, abandonando a busca de defeitos para tentar encontrar a criança concreta, enquanto ser histórico. Escola pode ser entendida também como um mecanismo de socialização e de inserção social levando o sujeito ao caminho para construção de sua consciência crítica e ética. E não mais com a conservação, repensa o processo de sala de aula.

A forma como a pessoa vai ser avaliada desenvolve a noção de responsabilidade e uma atitude crítica, ou seja, avaliar não significa julgar, nem classificar e sim diagnosticar e fazer as intervenções. Assim, a prática pedagógica e a prática de avaliação deverão superar a forma como mecanismo. Adquirindo habilidades para transformar esses conteúdos no contexto social. Partindo desses pressupostos, para que o aluno construa o seu conhecimento, a sua autonomia, é necessário que ele esteja inserido em um ambiente em que haja intervenções pedagógicas, em que o autoritarismo do adulto seja minimizado e onde os indivíduos que se relacionam consideram-se iguais, respeitando-se reciprocamente. Importante ainda dizer que o aluno deve ter oportunidade de participar da elaboração das regras, dos limites, dos critérios de avaliação, das tomadas de decisão, além de assumir pequenas responsabilidades.

A prática pedagógica e a prática de avaliação deverão superar a forma como mecanismo, estabelecendo uma nova perspectiva para o processo de aprendizagem e de avaliação educacional, marcado pela autonomia do educando e pela participação do aluno na sociedade de forma democrática.

Na perspectiva dessa escola inovadora, teremos, na sala de aula, um professor mediador entre o sujeito e o objeto do conhecimento, trabalhando de forma que, a partir dos conteúdos, dos conhecimentos apropriados pelos alunos, eles possam compreender a realidade, atuar na sociedade em que vivem e transformá-la. Assim, o conhecimento para o professor deixa de ter um caráter estático e passa a ter um caráter significativo para o aluno.

Por conta de uma série de reformas e mudanças que ocorreram na educação nos últimos anos, os sistemas de ensino têm produzido maior flexibilização e autonomia nas escolas, até mesmo em relação ao desempenho dos alunos.

Cabe à escola definir o seu projeto educativo, considerando todos os aspectos, sem criar um descompasso entre o que se pensa e diz e o que se tem feito, ou seja, o seu projeto deve ser coerente, claro, participativo, e estar em sintonia com os grupos envolvidos com a escola, ou seja, com a comunidade, alunos, professores bem como estar ligado aos diversos tipos de avaliação.

A avaliação que beneficia o aprendizado para os alunos deve ser contínua e ininterrupta que é o caso da avaliação formativa citada acima em outro tópico.

O uso da avaliação formativa é uma ferramenta poderosa para aprimorar o aprendizado do aluno, mas ela não ocorre no vácuo. Para isso é preciso saber os componentes necessários para se fazer uma avaliação bem sucedida.

O professor deve fazer o acompanhamento dos alunos em sala de aula ao longo do desenvolvimento do seu trabalho visando sempre a progressão dos alunos. Neste caso esta avaliação tem for finalidade acompanhar os processos de aprendizagem escolar, compreender como eles estão se concretizando, oferecer informações importantes para o desenvolvimento do ensino na sala de aula diariamente, fazendo sempre planejamento das atividades de ambas as partes para que se saiba como está o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Devemos avaliar e planejar, os objetivos da prática docente, em termos de competências, habilidades e atitudes a ser desenvolver o processo de avaliação. O professor deve conhecer os seus alunos, seus avanços e dificuldades bem como passar para o aluno que ele deve aprender a se avaliar e descobrir o que é preciso mudar para garantir um melhor desempenho.

É muito comum encontrarmos profissionais tendo um discurso e outra prática, o docente deve se mostrar atualizado, inovador e não apenas passar

somente teste e provas qualificando a avaliação somativa, é uma das formas de avaliação que a seguir será explicada.

É importante que os alunos reflitam sobre seus relacionamentos, de forma a alterar as regras quando necessário, para que todos alcancem os objetivos estabelecidos coletivamente estando em seu sistema democrático com livre expressão.

Os alunos poderão avaliar os métodos e dinâmicas do ensino do docente, pois o professor tendo o papel de mediador entre o sujeito e o objeto do conhecimento deverá levar em consideração a realidade institucional bem como a do discente. Cabe também à escola assumir o seu papel de formar o cidadão intelectual, moral, crítico para que alcance uma posição social como ser pensante na sociedade em que o cerca.

Segundo a LBD (Lei nº 9394/96) sejam observados os critérios de avaliação contínua e cumulativa da atuação do educando, com prioridades dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (Art. 24, V-a).

O docente deve integrar vários tipos de avaliação nas atividades diárias da sala de aula atendendo as normas curriculares, baseado no planejamento da ação docente para que se possam produzir mudanças profundas no papel dos alunos como aprendizes e no papel dos professores no desenvolvimento sócio educativo dos mesmos.

O aprender ocorre a cada dia com as competências escolares nunca terminamos de aprender a ler ou a escrever por isso vivemos em um processo de aprendizado.

A avaliação não é apenas uma prática escolar, é uma atividade neutra ou meramente técnica, e sim uma atividade dimensionada, de ciências e de educação, que irá traduzir a prática pedagógica. Na condição de avaliador, o Professor irá interpretar e atribuir sentidos e significados à avaliação escolar.

Existem algumas modalidades de avaliação para satisfazer as necessidades de ensino dos professores e de aprendizado dos alunos, que

podem ser aplicadas nos diversos âmbitos escolares. São elas a avaliação diagnóstica, avaliação contínua e avaliação formativa entre outras. Que tem como objetivo a verificação da aprendizagem significativa, o aproveitamento e o desempenho do educando, aferindo as mudanças de comportamento do aluno e a apuração do rendimento escolar para fins de promoção.

2.6.9 Avaliação Diagnóstica

Ela deve acontecer no início do ano letivo normalmente se faz quando o aluno chega à escola, para observar e conhecer características relevantes do aluno. Implica no levantamento de informações disponíveis, sua análise e tomada de decisões, assim ficando mais fácil de alcançar os objetivos planejados e realizar as atividades propostas. Quando se vai levantar estas informações é importante definir o que se quer saber e porque assim saberemos qual a atitude tomar diante de tal informações.

2.6.10 Avaliação Contínua

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 24, item “a” A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; vem enfatizar o aspecto contínuo, necessário para transformar as práticas avaliativas numa proposta emancipadora, com a expressão prática “contínua” da avaliação.

Avaliação contínua pressupõe domínio do fazer pedagógico, clareza do conhecimento essencial a ser ensinado. Avaliar continuamente é trabalho do dia a dia na sala de aula, mas muitas oportunidades que levam os alunos a se exporem e não limitá-los a responderem algumas questões de uma prova ou a entrega de um trabalho escrito de qualidade questionável. Portanto, os artigos 12, 13 e 14 são relevantes para avaliação contínua. Nesta forma de avaliação, verificamos se a aprendizagem se efetivou, e proporcionamos a recuperação paralela de estudos, para acréscimo ou apropriação efetiva do conhecimento ensinado.

Em fim, a avaliação escolar é legalmente considerada contínua, mas na prática ainda está presa a um sistema de provas, privilegiando as notas em detrimento da apropriação dos conteúdos, ou seja, do conhecimento real.

2.6.11 Avaliação Formativa

Informa o professor e o aluno sobre os resultados da aprendizagem no desenvolvimento das atividades escolares. Será utilizada ao longo do ano letivo e demonstra como os alunos vão se modificando em direção aos objetivos, pode ser feita de forma contínua e informal na sala de aula ou quando surgir as oportunidades.

2.6.12 Avaliações frente à aprendizagem

O sistema escolar tem duas importantes vertentes, são elas: a social e a individual. A primeira espera que o educando que passou pelo sistema será um cidadão confiável, pois foi avaliado por um sistema educacional ressaltando os seus valores e aprendizado. Devem-se levar em consideração alguns cuidados ao avaliar o educando para que não ocorra de forma pessoal e sim processual.

Diante de todas as considerações apresentadas acerca do papel e da importância da avaliação no processo educativo, destacamos que a avaliação deve ser conscientemente vinculada à concepção de mundo, de sociedade e de ensino que queremos, permeando toda a prática pedagógica e as decisões metodológicas. Sendo assim, a avaliação não deve representar o fim do processo de aprendizagem, nem tampouco a escolha inconsciente de instrumentos avaliativos, mas, sim, a escolha de um caminho a percorrer na busca de uma escola necessária.

A avaliação educacional, em geral, e a avaliação de aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins, em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam. Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica. (LUCKESI, 1995).

A prática de avaliação da aprendizagem que vem sendo desenvolvida nas nossas instituições de ensino nos remete a uma posição de poucos avanços. Não tem sido utilizada como elemento que auxilie no processo ensino aprendizagem, perdendo-se em mensurar e quantificar o saber, deixando de identificar e

estimular os potenciais individuais e coletivos. Também neste caso, a avaliação escolar deve estar ligada a construção de interesses da população, de valores que venham acrescentar aos alunos. E não apenas como forma de medir ou calcular um valor numérico. Assim cabe ao docente estimular a construção destes interesses e o significado de coletividade

A avaliação tem a função de classificação sempre se referindo aos padrões sociais aceitáveis para a sociedade. Se tratando de avaliação no sistema educacional não podemos deixar de esclarecer que através da avaliação do aluno automaticamente o professor está sendo avaliado trazendo reflexões dos seus métodos e projetos.

O objetivo fundamental da avaliação sendo ela interna e constante no sistema educacional ela não poderá vir pronta tem que se adaptar e se adequar a realidade comunitária e do individuo. Sua importância se dá devido ao crescimento globalizado e suas exigências mercadológicas de formação de profissionais abem e com a uma variedade em conhecimento e competências nessa perspectiva a avaliação deverá articular conceito como eficiência qualidade, desempenho e como prestação de conta ao sistema educacional e social.

Os vários tipos de diversidades da avaliação vêm sofrendo influencia da evolução histórica, teóricas e educacionais. É o caso da avaliação mediadora que ultrapassa limites investigativos fundamentais para a educação, abrindo possibilidades de reajustes nos planejamentos internos de acordo com o projeto político-pedagógico, respeitando a coletividade bem como a realidades dos educando e comunidade escolar trabalhando dentro da perspectiva dos resultados anuais.

No que se trata do processo educativo do aluno, Hoffmann (2002) traz a seguinte indagação:

O processo avaliativo não deve estar centrado no entendimento imediato pelo aluno das noções em estudo, ou no entendimento de todos em tempos equivalentes. Essencialmente, porque não há paradas ou retrocessos nos caminhos da aprendizagem. Todos os aprendizes estarão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor precisará abranger a

diversidade de traçados, provocando-os a prosseguir sempre.
(HOFFMAN, 2002)

É necessário exigir dos educadores o cuidado ao lidar com o espaço escolar e levar o aluno a assumir seu compromisso e ao mesmo tempo ter ciência da sua evolução. Devem ocorrer mudanças no processo de ensino aprendizagem x avaliação, a sociedade também apresenta alguns tipos de resistência com relação a mudanças que possam vir a acontecer nas instituições de ensino.

A avaliação educacional deve estar sempre voltada para a realidade do educando como um todo, dando oportunidades para os envolvidos no processo mostrarem suas habilidades e competências trazidas de sua cultura pois o dever de educar engloba não só o sistema educacional mas também o ambiente familiar e o social.

Para muitos ainda somente através de notas é que se faz possível analisar o aprendizado ou não do aluno. É necessário que as instituições comecem a transformação no que diz respeito a avaliação quantitativa.

O conceito de avaliação é comumente relacionado a mudanças no comportamento do ser humano, sendo assim avaliação educacional vem fortalecer e visualizar o aspecto quantitativo e qualitativo do sujeito como aluno.

Os instrumentais da avaliação são determinados pelos projetos curriculares mas na verdade deveriam ser adaptados para a comunidade onde a instituição está inserida. No processo da avaliação deve-se levar em consideração o ambiente no qual o individuo está inserido, os seus princípios e a estruturação da família, pois tudo isso gera um bom desempenho escolar do educando ou conseqüentemente poderá na evasão ou repetência escolar. O educando precisa aprender e não serem submissos aqueles que são responsáveis pelo seu processo educativo.

Em uma instituição de ensino não pode ter apenas um modelo como única forma de se avaliar, não se pode ratificar o conceito de idealizar o individuo.

Hoje na era da globalização, conseguir inserir-se na sociedade sem o nível de educação exigido pelas empresas que hoje movimentam o país é algo

que envolve a avaliação. Todas as pessoas devem ter o mínimo de competência, qualificações com comprovações documentais.

O trabalho da avaliação ajuda no rendimento escolar ou pode ser usado como ferramenta para exclusão institucional e/ou social. É esperado desta forma que as escolas reformulem seus conceitos e filosofias enquanto instituição formadora de cidadãos críticos e éticos para a contribuição de uma sociedade igualitária.

Dada a importância da influência familiar na escola usada como importante estratégia de superação das dificuldades de aprendizagem, quanto mais cedo se identifica e resolve o problema em muito facilitará o processo de ensino aprendizagem na vida acadêmica da criança. Pois a família não reconhece e nem pode identificar sozinha essa dificuldade. Nos dias atuais a responsabilidade educativa é delegada total a instituição de ensino.

Existem questões que podem provocar mal estar nas pessoas interessadas no crescimento intelectual das crianças ao tomar conhecimento das dificuldades intelectuais dos educando.

Os educadores deverão buscar e cultivar o hábito de sempre buscar no caos das atitudes de nossos alunos um reconhecimento, uma virtude dentro da avaliação integral das crianças. A criança tem a necessidade de estímulo por parte familiar e institucional, pois são os dois ambientes de maior influência na vida e no crescimento intelectual.

No decorrer do processo de formação acadêmica e posteriormente nos cursos de capacitação e pós-graduação vivenciamos abordagens metodológicas e adaptações feitas por professores e com os alunos que apresentam algum tipo de dificuldade ou deficiência de aprendizagem. O que tem demonstrado uma grande lacuna na educação, aonde os professores vêm fazendo tentativas para alcançar os objetivos pretendidos frente a avaliação. Os educadores vem mudando sistematicamente sua forma de avaliação. Mas ainda falta muito para integração desses alunos com suas dificuldades de aprendizagem, seja pela falta de suporte pedagógico ou por apoio dos pais e gestores. No geral esses educando com essas características, ficam a margens da educação.

É necessário que os professores, junto à equipe pedagógica, possam direcionar a aprendizagem desses estudantes. De maneira que esta aprendizagem permeie um constante processo de investigação, de observação e significação para estes estudantes tenha ***promoção e não reprovação***.

2.6 DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA VARIÁVEL

VARIÁVEL: Efetivação do Projeto Político Pedagógico na Formação Continuada docente da Educação Básica nas Escolas Estaduais no Município de Envira-AM.

QUADRO 02

CONCEITUAÇÃO	DIMENSÕES	INDICADORES	ÍTEMS	INSTRUMENTOS
<p>Efetivação - Ação ou efeito de efetivar, de produzir efeitos: efetivação de resultados. Ato de tornar permanente, estável. Sinônimo de Implementação é ação ou efeito de implementar. www.dicio.com.br/efetivacao/</p>	<p>1 PROJETO - São as ações concretas e os conteúdos dos projetos desenvolvidos.</p>	<p>1.1 DiagnósticoContextualização 1.1.1 Histórico 1.1.2 Contexto Sócio-econômico e cultural 1.2 Caracterização</p> <ul style="list-style-type: none"> • Clientela: nº de alunos considerando todos os dados. <p>✓ Recursos Financeiros ✓ Humanos ✓ Materiais</p>	<p>Plano de ação dos projetos</p> <p>Trabalho em equipe</p> <p>Comunidade Escolar</p> <p>Plano de aplicação dos recursos</p>	<p>Observação</p> <p>Análise de documentos e questionário dicotômico.</p>
	<p>2 POLÍTICO- ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos Leis, decretos e resoluções... • Espaço de formação continuada • Responsabilidades • Cidadãos críticos • Ética 	<p>Palestras, Seminários simpósios, Audiência Pública e outras</p> <p>Encontro Pedagógico</p> <p>Regimento interno</p>	
	<p>3 PEDAGÓGICO - conteúdos pedagógicos desenvolvidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão democrática • Gestão de currículo • Formação continuada de professores • Tempo Pedagógico • Relações interpessoais 	<p>Plano de ação da gestão e demais da equipe.</p> <p>Autonomia</p> <p>Recursos bibliográficos</p> <p>HTP (Tempo de trabalho Pedagógico)</p>	

		<ul style="list-style-type: none">• Ensino Aprendizagens• Recursos didáticos• Formas de Avaliação• Promoção de alunos• Reprovação de alunos.	Conteúdos pedagógicos Temáticas (docentes e discentes) Conselho de classe	
--	--	---	---	--

CAPITULO III- MARCO METODOLÓGICO

Neste capítulo busca-se apresentar os procedimentos de pesquisa adotados nesta investigação, apresentando o tipo e método de estudo, os instrumentos de coleta de dados e a análise dos mesmos. Assim como dados da amostra estudada. A formatação da tese segue as orientações das normas (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas), Parte II (APA – American Psychological Association), além evidentemente de manuais da própria Universidad Tecnológica Intercontinental - UTIC.

3.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS

A pesquisa busca-se alcançar os procedimentos de pesquisa adotados nesta investigação, apresentando tipo e método de estudo, os instrumentos de coleta de dados e análises dos mesmos, como também os dados da amostra estudada. Incluiu-se a determinação das principais características metodológicas; a população, amostra e amostragem; as técnicas e instrumentos para coleta análise e interpretação de dados, e os principais resultados.

O estudo realizado concentra-se em analisar se Há efetivação do projeto político-pedagógico na formação continuada docente da educação básica nas escolas estaduais no município de Envira-AM.

3.1 Enfoque da pesquisa

A partir das discussões acima se permite então construir um desenho metodológico para esta investigação científica onde esta assume um **Enfoque Quali-quantitativo de Investigação**.

3.1.2 Nível da pesquisa

O nível de pesquisa abordado neste trabalho será de profundidade descritiva, buscam descrever situações. Estão direcionados a determinar como são ou como se manifestam as variáveis em uma determinada situação. Procuram descrever os fenômenos em estudo.

É **DESCRITIVA**, pois como afirma Cervo (2007) observa-se, registra-se, analisa-se, correlaciona-se fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

Triviños (2012) afirma que os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar.

É **EXPLICATIVA**, pois vai além da descrição de conceitos e/ou comportamentos. Preocupa-se em responder as causas dos acontecimentos, dos fenômenos que se manifestam sejam estes físicos ou sociais que como afirma Sampiere *et al.* (2006) seu interesse está em responder por que ocorre um fenômeno e em quais condições ou porque duas ou mais variáveis estão relacionadas.

Sampiere *et al.* (2006) corrobora dizendo que não há sobreposição, ou seja, é descritiva e ao mesmo tempo explica sem perder a essência de cada tipo de pesquisa, mas que se relacionam proporcionando de fato entender as entrelinhas das vozes dadas por todos os sujeitos na pesquisa.

Segundo os autores citado, a investigação descritiva *busca especificar propiedades, características y rasgos importantes de cualquier fenómeno que se analice. Describe tendencias de un grupo o población.* (Hernández Sampieri y otros, 2010). A pesquisa descritiva é aquela que expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. A pesquisa de campo realizada no local onde ocorre ou ocorreu fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Segundo Vergara (2000), pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observações.

Trivinos (2012, p. 110) afirma que os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar. Para esta pesquisa o desejo do pesquisador adentra no mundo da formação docente a partir das contribuições do projeto político pedagógico percebendo as possibilidades e os limites intervenção deste documento na educação básica.

Com isso, buscou-se analisar se há Efetivação do Projeto Político-Pedagógico, como medida interventiva para a formação docente continuada da educação básica a das escolas estaduais do município de Envira-Am, Apresentar as ações concretas e os conteúdos dos projetos desenvolvido; Conhecer as ações concretas e conteúdos políticos e descrever os conteúdos pedagógicos

desenvolvidos nas atividades. Este tipo de pesquisa procura especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta à análise. Eles medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado. (HERNÁNDEZ SAMPIERI y outros, 2010).

3.1.3 Desenho de Investigação

A presente pesquisa seguirá o desenho não-experimental, ou seja, se desenvolverá sem a manipulação de variáveis de forma a observar os acontecimentos em ambiente natural e depois analisá-los. O pesquisador não manipulou a variável. Desde a perspectiva de temporalidade será seccional, tendo em vista que foi feita uma coleta de dados num momento.

Segundo Sampiere *et al.* (2006) pesquisa não experimental é:

É uma pesquisa sistemática e empírica na qual as variáveis independentes não são manipuladas porque já ocorreram. As inferências sobre as relações entre variáveis se realizam sem intervenção ou influência direta e, essas relações são observadas tal como se deram em seu contexto natural.

Ainda em se tratando de pesquisa não experimental Sampiere *et al.* (2006) contribui afirmando que é na pesquisa não experimental que, *Estamos mais perto de variáveis hipoteticamente “reais” e, como consequência, temos maior validade externa (possibilidade de generalizar os resultados a outros indivíduos e situações cotidianas).*

Por tanto este estudo será descrevendo a variável que se apresenta nas entrelinhas do objeto de estudo aqui proposto e analisando esta no contexto do espaço educativo, a escola.

Sampiere *et al.* (2006) diz que precisamos definir se nos interessa ou não delimitar a população de se isso seja feito antes de coletar dados. Também deixa claro que em muitos estudos se baseiam em amostras que não descrevem o suficiente as características de uma população ou retiram a amostra de maneira

automática, e acabam por fazer generalizações imprudentes. Neste sentido esta população constitui a 100% do universo da Equipe de Gestão das escolas da educação básica.

3.1.4 População amostra e amostragem

A investigação é de abordagem quantitativa. Sua amostra é um subgrupo da população definida matematicamente com a intenção de que seja probabilisticamente representativa. Sendo seu propósito da amostragem minimizar a margem de erro possível, enquanto maximiza a fiabilidade (Gomez, 2006, p. 101-108), aqui se apresentam e são descritos as características delimitadas para a população, amostra e amostragem que foram aplicados.

3.1.5 População

População consiste em um conjunto de indivíduos que compartilham de, pelo menos, uma característica comum. Segundo (LEVIN 1987), raras às vezes em que pode trabalhar com todos os elementos da POPULAÇÃO. Geralmente, o pesquisador estuda um pequeno grupo de indivíduos retirados da população. Este grupo denomina-se AMOSTRA, que é um subconjunto da população.

O presente trabalho focou seu interesse nos docentes das Escolas Estaduais do Ensino Fundamental e Médio no município de Envira-AM. Nesse contexto, decidiu escolher uma amostra representativa com a população de 100 participantes conforme tabela abaixo:

QUADRO 03

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE ESCOLAS		POPULAÇÃO	AMOSTRA		AMOSTRAGEM
		Nº	Nº	%	CONFIABILIDADE
ESCOLAS ESTADUAIS	A. BENEDITA BARBOSA	04	04	-	Probabilístico aleatório com nível de confiança 90% e margem de erro 5%.
	B. ARMANDO MENDES				
	C. PRESIDENTE CASTELO BRANCO				
	D. PROFESSOR CHAGAS MATTOS				
DOCUMENTOS	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO REGIMENTO INTERNO PLANO DE AÇÃO ATA DE REUNIÕES DE PAIS, APMC E OUTROS.	04			
PARTICIPANTES DA PESQUISA	GESTORES 01 DE CADA ESCOLA	04	04	100	
	PEDAGOGOS 01 DE CADA ESCOLA	04	04	100	
	DOCENTES ESCOLA (01)	22	21	99	
	DOCENTES ESCOLA (02)	17	17	100	
	DOCENTES ESCOLA (03)	31	28	95	
	DOCENTES ESCOLA (04)	22	21	99	
TOTAL		100	95		

Fonte: Autora da pesquisa.

O objeto de análise corresponde à população de 100% dos diretores, e 100% dos pedagogos os quais responderam as questões dicotômicas.

3.1.6 Critérios de amostragem

Amostragem é o processo de escolha dos indivíduos que pertencerão a uma AMOSTRA, que foram selecionados seguindo os seguintes critérios: Gestores (diretores) foram todos os 4 das 4 escolas investigadas, pedagogos todos os 4 das escolas A,B,C e D. Já os docentes foram escolhidos

aleatoriamente no momento do HTP (Horário de Tempo Pedagógico), com aplicação de fórmula estatística com nível de confiabilidade e margem de erro conforme cálculos de amostragem de Solvis, no qual podemos observar quantas pessoas precisaram responder à pesquisa para representar o comportamento de uma determinada população, de acordo com a precisão desejada. Portanto, a amostra constituiu-se de 95 pessoas, 90% (parte representativa) dos sujeitos participantes que correspondem a 100% da população humana das escolas estaduais do município de Envira no Amazonas-Brasil.

Segundo ALVARENGA (2012), “As técnicas desse tipo de amostragem podem ser utilizadas somente quando o universo for pequeno, e se conhece o tamanho da população, o que significa que o universo **é finito**”. Pois quando, a amostra tem um tamanho (x) maior ou igual a 5% do tamanho da população (X), considera-se que a população seja FINITA.

4.1.7 Técnicas e instrumento de coleta de dados

Na perspectiva de se lograr êxito quanto ao alcance dos objetivos propostos e assim, por conseguinte, responder a questão problema lançada para esta investigação, organizou-se a técnica de coleta de dados por objetivo de pesquisa.

Conforme Oliveira (2004), a fase prática da pesquisa tem início com a aplicação dos instrumentos elaborados e as respectivas técnicas selecionadas, de modo que a obediência às suas várias características alcança-se a finalidade de coleta dos dados previstos. Inobstante, precedendo a análise e interpretação, impescinde nessa pesquisa, enquanto técnica de coleta de dados, o cumprimento das etapas de seleção, codificação e tabulação dos dados.

Na perspectiva de se lograr êxito quanto ao alcance dos objetivos e perguntas propostas e assim, por conseguinte, responder a questão problema lançada para esta investigação, organizou-se a técnica de coleta.

A técnica foi baseada em instrumentos de coleta de dados através de questionários e observação dos documentos. Os questionários foram uma das

técnicas utilizada na execução da investigação com o intuito de levantar dados complementares para a análise quantitativa e descritiva do problema de pesquisa.

O autor enfatiza que:

[...] o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta e à experiência passada e atual dos homens, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado a sua vida". (CHIZZOTTI, 2010).

De acordo com Botelho e Zouain (2006) o questionário é um dos instrumentos mais importantes de coleta de dados em pesquisas quantitativas nas áreas de ciências sociais. Formado por perguntas destinadas a gerar dados necessários para atingir os objetivos da investigação, deve ser bem elaborado, proporcionando padronização e uniformização no processo de coleta de dados, facilitando posteriormente a análise dos dados. As perguntas estruturadas foram dicotômicas, de múltipla-escolha, com questionários para 95 participantes no total. A pesquisa foi realizada em 04 escolas estaduais, com 100% dos diretores e 100% dos pedagogos, 87 professores, e análises de documentos das quatro escolas.

3.1.9 Validação dos instrumentos

Para que toda esta operacionalização de coleta de dados, análise e instrumento de pesquisa ocorresse, seguiu-se a etapa de validação dos instrumentos.

Visando a validação do instrumento proposto (Guia de Questões) optou-se por submetê-lo a análise do Professor Dr. Orientador Estanislao Barrientos da Universidad Tecnológica Intecontinental-PY. As observações e sugestões do Tutor, permitiu o redesenho do instrumento, considerando os objetivos da investigação.

Contudo, forão escolhidos 02 Doutores, que analisaram os instrumentos de pesquisa e coleta de dados, com a finalidade de diagnosticar o grau de concordância destes com os objetivos de pesquisa, bem como, de analisar a

coesão e a coerência das questões previamente elaboradas, à luz da variável a que proferiram as respostas:

A validade de conteúdo refere-se ao julgamento sobre o instrumento, ou seja, se ele realmente cobre os diferentes aspectos do seu objeto e não contém elementos que podem ser atribuídos a outros objetos. Ela não é determinada estatisticamente, ou seja, não é expressa por um coeficiente de correlação, mas resulta do julgamento de diferentes examinadores especialistas, que analisam a representatividade dos itens em relação às áreas de conteúdo e à relevância dos objetivos a medir.

Este é um processo de examinar a precisão de uma determinada predição ou inferência realizada a partir dos escores de um teste, pressupõe continuidade e deve ser repetido inúmeras vezes para o mesmo instrumento. Valida-se não propriamente o teste, mas a interpretação dos dados decorrentes de um procedimento específico. A cada aplicação de um instrumento, pode corresponder, portanto, uma interpretação dos resultados. (PINHEIRO, 2009)

3.3.2 Procedimento de coleta de dados

Para Hernández Sampieri y outros, (2010) a coleta de dados implica em três atividades profundamente vinculadas entre si: selecionar um instrumento ou método de coleta de dados entre os disponíveis na área do estudo; aplicar esse instrumento ou método para coletar dados e preparar observações, registros e medições para que sejam analisadas corretamente.

A pesquisadora visitou a Coordenadoria Regional do Município de Envira, apresentou ao coordenador, o qual informou aos gestores deferindo a carta de apresentação da pesquisadora. Com isso, informamos a direção os procedimentos da pesquisa a seguir:

- Adentrou-se e entregou-se o instrumento para o seu preenchimento pessoal e individual a cada professor, no momento do horário de tempo pedagógico (HTP);
- Conversou-se com os participantes a respeito da pesquisa em alguns minutos para que não haja dúvidas acerca de termos utilizados no

questionário,

- Recolheram-se tão logo os mesmos forem finalizados.

Para participar da presente pesquisa adotaremos os seguintes Critérios:

- Estar em efetiva docência e ou desenvolver atividades técnicas em educação no ensino fundamental;
- Aceitabilidade e disponibilidade em participar da pesquisa aqui proposta;

4.1.8 Procedimento e técnica de análise dos dados

No primeiro momento se conferia questionário por questionário para verificar para confirmar se os preenchimentos foram feitos de modo correto e na totalidade das questões. Posteriormente à contagem dos dados foi feita questão por questão e análise pergunta por pergunta, com o respectivo esvaziamento na matriz de dados. Foi possível inserir os dados utilizando um programa SOFTWARE SPSS ESTATÍSTICA, VERSÃO 2.0, como também foi realizado Teste estatístico qui-quadrado para independência, sendo este o instrumento adequado para analisar a relação entre dois quesitos categóricos, que facilitou a análise de correlação e tabulação de frequência e gráficos. Por fim, se passou a representar os resultados com suas respectivas interpretações através de técnicas estatísticas que foram analisados e discutidos para chegar às conclusões, através dos registros das observações e resultados das análises.

Todo trabalho de coleta de informação, deve estar atento a partir do que enfatiza MINAYO (2008) que a fala dos sujeitos de pesquisa é reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e por isso mesmo é tão rica e significativa.

Neste sentido como técnica de análise dados para uma investigação que adota enfoque qualitativo de pesquisa partiremos da Análise de Conteúdo proposta por Bardin.

Para BARDIN (2011), a análise de conteúdo deve ter como ponto de partida uma sistematização e organização, as quais ela coloca como diferentes fases:

1. A pré-análise;
2. A exploração do material; e, por fim,
3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

Sendo assim, a análise de conteúdo é conceituada como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1979).

A autora supracitada (2011) corrobora ainda dizendo que a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Procedimentos para a apresentação, interpretação e discussão de dados serão tabulados os dados e desenhados os gráficos relacionados com os dados, se fará a interpretação pedagógica.

Para se fazer a interpretação pedagógica é necessária revisar dado por dado segundo cada objetivo em questão, procurando assim, possíveis conexões e relações que direcionem as interpretações acerca do fenômeno investigado.

Buscou-se referencial teórico as bases conceituais para a explicação pedagógica dos resultados colhidos na pesquisa, e para, desse modo, poder confrontar a experiência com os conhecimentos já acumulados sobre o objeto de investigação.

Feito a análise, interpretação e explicação dos resultados da pesquisa, foram selecionadas as tabelas e gráficos mais representativos para montar a conclusão da pesquisa e a defesa da tese de investigação.

3.1.10 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Procurou-se autorização da Coordenadoria de Ensino do Município de Envira, como também, foi necessário a permissão dos gestores das escolas participantes através de uma carta de apresentação (Ver Anexo), que contém o

pedido de autorização e do local, no qual obedecemos sigilo das informações e também não foram identificadas e nem revelado os nomes das pessoas que participaram da investigação.

4 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS RESULTADOS

Este capítulo está dedicado a analisar quantitativamente os resultados provenientes do instrumento de coleta aplicado durante o processo de pesquisa, de modo a confirmar, em termos estatísticos, as observações qualitativas realizadas no estudo. Para isso, considerando as dimensões do Projeto Político Pedagógico, dividiu-se o capítulo em 4 partes. A primeira trabalha especificamente a vertente **Projeto**, enquanto a segunda aborda a dimensão **Política**. Após, na terceira parte, são discutidos os resultados da dimensão **Pedagógica** e, por fim, na quarta e última parte, discorre-se sobre possíveis **associações entre as três dimensões** citadas.

4.1 Dimensão Projeto

Para esta dimensão formulou-se o seguinte objetivo específico: Apresentar as ações concretas e os conteúdos dos projetos desenvolvidos para a formação contínua dos professores da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am.

Foram 14 itens que versaram sobre a dimensão Projeto no instrumento de coleta, sendo que do total de entrevistados, a maioria respondeu “sim” às perguntas, revelando que não há unanimidade acerca da efetividade dessa dimensão nas escolas pesquisadas, fornecendo indícios de fragilidades em sua elaboração e execução. A Tabela 1 apresenta as frequências absolutas simples e relativas dos 14 itens.

Tabela 01 – Frequências dos itens da dimensão Projeto

Item	Frequência absoluta simples: Respostas “Sim”	Frequência relativa simples: Respostas “Sim”	Frequência absoluta simples: Respostas “Não”	Frequência relativa simples: Respostas “Não”
PJT01	72	7,57%	23	6,07%
PJT02	70	7,36%	25	6,60%
PJT03	73	7,68%	22	5,80%
PJT04	46	4,84%	49	12,93%
PJT05	80	8,41%	15	3,96%
PJT06	51	5,36%	44	11,61%
PJT07	49	5,15%	46	12,14%
PJT08	64	6,73%	31	8,18%
PJT09	73	7,68%	22	5,80%
PJT10	74	7,78%	21	5,54%
PJT11	71	7,47%	24	6,33%
PJT12	75	7,89%	20	5,28%
PJT13	78	8,20%	17	4,49%
PJT14	75	7,89%	20	5,28%
Total	951	100,00%	379	100,00%

Fonte: Autora da pesquisa.

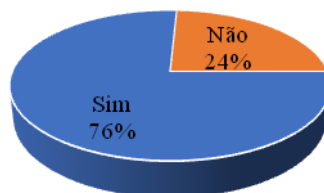
Percebe-se da Tabela 1 que, com exceção do item PJT04, todas as questões apresentaram quantidades de respostas “sim” maiores que o total de respostas “não”, porém, a média de informações positivas foi de apenas 72% entre os respondentes, evidenciando uma deficiência de determinados tópicos dentro da estrutura da vertente Projeto, o que, por sua vez, demonstra certo nível de vulnerabilidade dessa perspectiva perante a elaboração/execução do PPP.

É possível observar também que de todas as respostas afirmativas, a maior parte, 8,41%, se concentrou na questão PJT05 que trata da participação da comunidade na elaboração do Projeto Político-Pedagógico. Do lado oposto, de todas as respostas negativas, a que obteve maior concentração de “não” foi o item PJT04 que aborda sobre a participação do próprio entrevistado no processo de elaboração do PPP, o que evidencia uma certa incoerência na medida em que se estabelece que a comunidade participa da construção do PPP, mas o próprio respondente da pesquisa, servidor da escola, alega não participar.

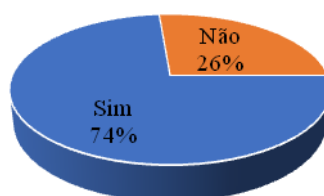
A fim de otimizar a visualização e análise dos dados, o Gráfico 1 demonstra os resultados por item, identificando os percentuais totais.

Gráfico 1 – Respostas aos itens da dimensão Projeto

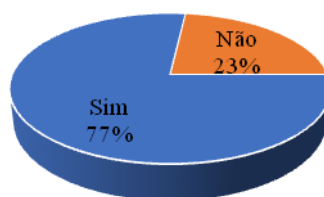
PJT01



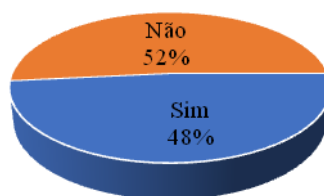
PJT02



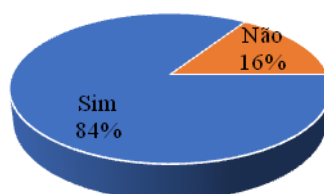
PJT03



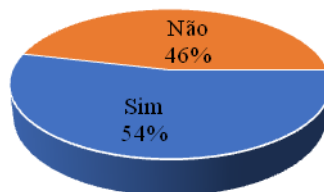
PJT04



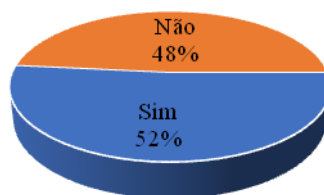
PJT05



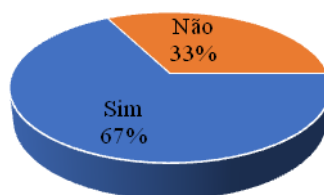
PJT06



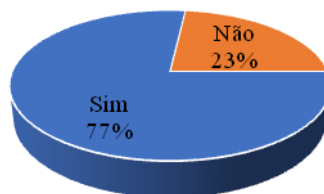
PJT07



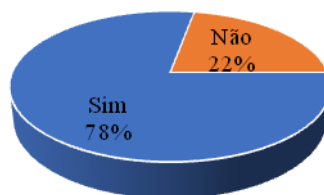
PJT08



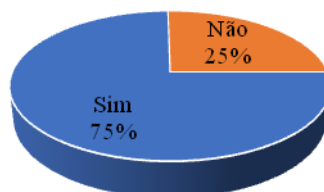
PJT09



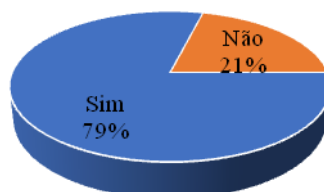
PJT10



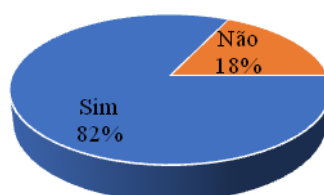
PJT11



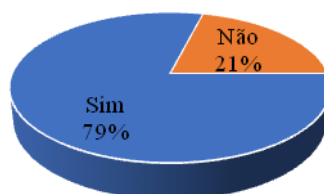
PJT12



PJT13



PJT14

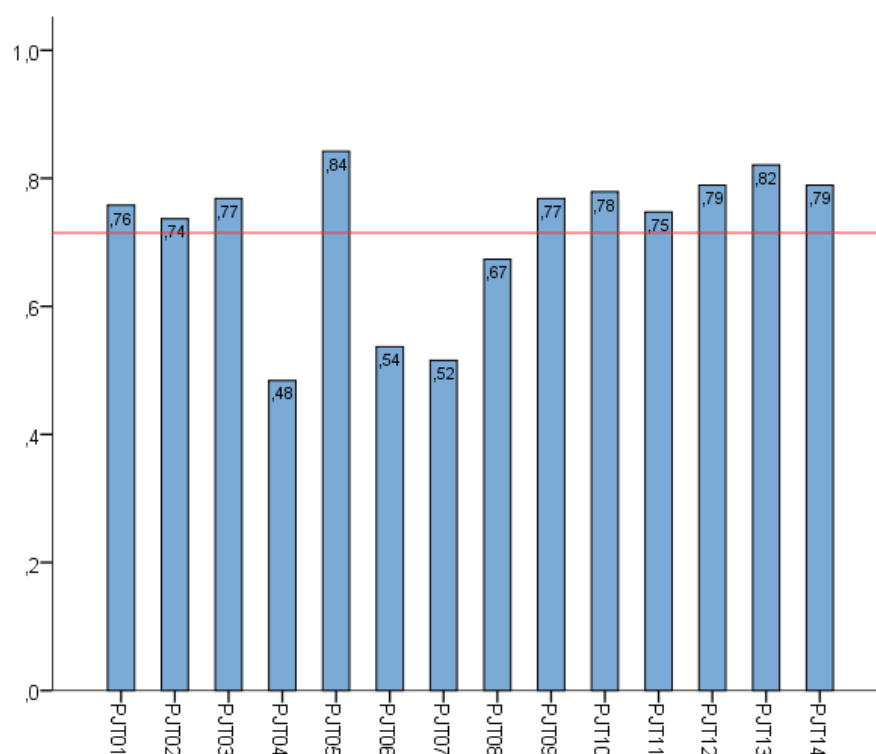


Fonte: Autora da pesquisa.

As informações constantes no Gráfico 1 demonstram nitidamente que a maioria das respostas às questões obtiveram respostas “sim”, porém o percentual não foi alto o suficiente para se afirmar que há harmonia entre os respondentes, indicando que a dimensão Projeto em todos os seus itens não apresenta afinamento de respostas, denotando problemas que impactam a fase de elaboração e execução do PPP, como já mencionado anteriormente.

Apenas a título de exemplo, verifica-se que somente 2 itens dos 14 presentes, apresentaram um índice de respostas “sim” superiores a 80% do total de entrevistados, sendo a maior parte permeando o patamar dos 70%. Para melhor visualizar esses resultados, o Gráfico 2 apresenta os percentuais de respostas afirmativas para cada uma dessas questões de forma conjunta, fornecendo uma visão holística dos dados.

Gráfico 2 – Percentual de respostas “sim” para os itens da dimensão Projeto



Fonte: Autora da pesquisa.

A linha vermelha do Gráfico 2 representa a média total de respostas “sim” cujo valor foi de 72%. Assim, é possível observar que 4 itens tiveram respostas afirmativas abaixo da referida média (PJT04, PJT06, PJT07 e PJT08). Esses itens tratam de questões cruciais para o Projeto Político-Pedagógico na medida em que, o PJT04, por exemplo, versa sobre a participação dos respondentes da pesquisa (o gestor, o pedagogo e os docentes) no momento da construção do PPP, sendo que se essa participação não ocorre, o Projeto após concluído fica sem legitimidade de atuação e as chances de fracasso em sua execução aumenta.

Nesse mesmo sentido, também obtiveram baixa pontuação os itens PJT06 e PJT07 que tratam da participação dos pais na escola, inclusive em relação a

serem convidados para as reuniões de tomada de decisões. Nesse ponto, importante notar um paradoxo situacional, porque há uma concordância entre os entrevistados de que a comunidade escolar participa da elaboração do PPP, conforme depreende-se do item PJT05 que obteve 84% de respostas “sim”, contudo, ao mesmo tempo, os respondentes afirmam em sua maioria que não há participação dos pais na escola. O fato é que se não há uma efetiva atuação dos pais tanto no processo de elaboração quanto no de execução do PPP, o Projeto tende a se tornar apenas peça burocrática para cumprimento das normas legais.

Outro ponto deficitário que foi possível identificar refere-se ao item PJT08 que aborda a convocação dos membros do Conselho para discutir sobre as prioridades dos recursos financeiros administrados. Nesse caso, a baixa pontuação no item revela problemas relacionados à governança e transparência pública, o que impacta negativamente os resultados do PPP na medida em que quanto menos transparente e participativo for o processo de tomada de decisão, menor tenderá a ser as chances de acertos das ações planejadas. Porém, o item PJT08 também apresentou contrassenso com o item PJT12 cujo percentual de respostas “sim” alcançou 79%, sendo que os dois itens tratam do mesmo assunto, diferenciando-os apenas o momento de discussão e decisão em relação ao uso dos recursos financeiros.

Quanto à infraestrutura básica de recursos, PJT14, e de pessoal, PJT13, as médias de respostas “sim” foram altas em relação aos demais itens da pesquisa, obtendo 79% e 82%, respectivamente. Dessa forma, a maioria dos respondentes afirmaram que a escola possui mobiliários suficientes para atender as necessidades, bem como a maioria concordou também que a escola mantém uma equipe multidisciplinar, situações básicas que propiciam condições mínimas para a leitura e implementação de um Projeto Político-Pedagógico, porém, elas, por si só, não garantem que haverá a efetiva elaboração e implementação do citado documento.

Ponderadas essas situações, é necessário aprofundar a análise no sentido de descobrir relações que ajudam a entender o contexto geral dos resultados. Assim, importante apurar as perguntas que geraram maiores controvérsias considerando tanto o cargo do entrevistado quanto a escola em que atua. Nesse sentido, foi realizado teste estatístico qui-quadrado para independência, sendo

este o instrumento adequado para analisar a relação entre dois quesitos categóricos. Os resultados estão descritos na Tabela 2 e são apresentados apenas para os itens que demonstraram significância estatística, ou seja, um p-valor abaixo de 0,05.

Tabela 2 – Teste qui-quadrado para independência dos quesitos cargo e escola para a dimensão Projeto

Quesitos	Item	p-valor
Cargo	PJT05	0,034
Escola	PJT02	0,003
	PJT04	0,000
	PJT06	0,000
	PJT07	0,000
	PJT08	0,000
	PJT09	0,000
	PJT10	0,002
	PJT11	0,012
	PJT13	0,009

Fonte: Autora da pesquisa.

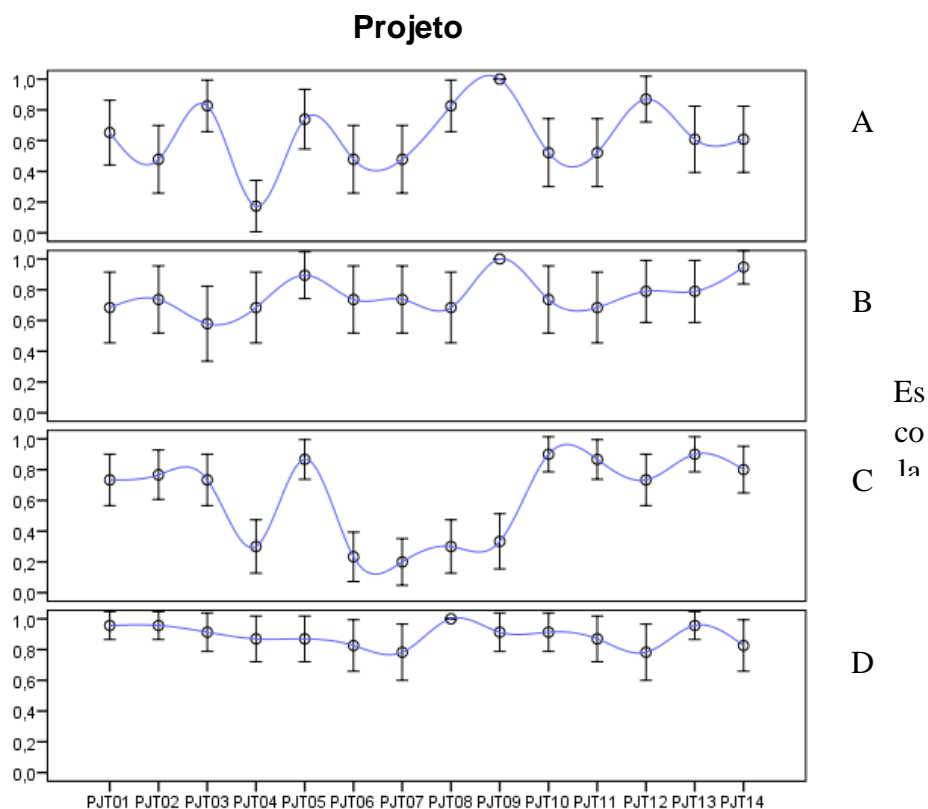
A leitura da Tabela 2 revela que para as respostas ao item PJT05, por exemplo, houve dependência do cargo do entrevistado, isto é, as respostas ao quesito que indaga acerca da participação da comunidade escolar no instante da elaboração do Projeto Político-Pedagógico depende do cargo que o respondente ocupa, o que implica dizer literalmente que o posicionamento funcional do entrevistado influenciou em sua resposta. De fato, observa-se que quando se trata de um docente respondendo a esse item, a tendência é que sua resposta seja “sim”, mas se as respostas são provenientes de um gestor ou pedagogo, a resposta já dependerá de outras circunstâncias. Um fator que podemos destacar poderá ser consequência do tempo em que estão atuando na escola, - o que ficou evidente nas observações dos documentos analisados, que os gestores das escolas A, B e D, estão atuando a menos de 1 ano na gestão da escola. Contudo, demonstra que apenas os professores enxergam com mais veemência a participação da comunidade no momento de elaboração do PPP. Em termos estatísticos, não existiram outros quesitos cujas respostas restaram dependentes do cargo dos entrevistados.

Em relação à escola, as perguntas PJT02, PJT04, PJT06 a PJT11 e PJT13 são influenciadas pelo local de trabalho em que atua o gestor, o pedagogo ou o

docente, demonstrando que cada estabelecimento de ensino tem sua própria realidade, ou seja, a depender da escola em que atua o entrevistado, obteve-se uma determinada resposta. Esse tipo de situação, em tese, é mais comum porque cada escola tem uma dada liberdade para elaborar e executar seu PPP e, assim, diferenças entre as instituições de ensino podem ser naturais, o que foi possível perceber estatisticamente tendo em vista que a quantidade de itens que se mostraram dependente do quesito escola na dimensão Projeto foram no total de 5, contra apenas 1 item dependente do quesito cargo.

As diferenças entre as escolas ficam nítidas quando comparamos os resultados por estabelecimento de ensino, conforme evidenciado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Comparação das respostas por escola em relação à dimensão



Fonte: Autora da pesquisa.

Essa ilustração além de mostrar os percentuais de respostas “sim”, indicado pelo círculo central de cada uma das barras do gráfico, também traz o intervalo de confiança subjacente a cada item, representado pelos limites de cada uma das citadas barras, indicando que quanto maior a barra, maiores são as diferenças de respostas entre os entrevistados. Além disso, e o mais importante

para a análise pretendida, é traçada uma ligação entre os percentuais indicados, representada pela linha azul do gráfico, denominada linha de interpolação.

É justamente essas linhas, quando comparadas, que denotam uma dissonância entre os resultados entre as escolas, porque elas apresentam desenhos distintos, sendo que quanto mais diferentes essas linhas, mais destoantes são as respostas do entrevistados por escola ou, de outra forma, quanto mais próximas fossem as formas dessas linhas, mais uníssonas seriam os dados por escola.

Ainda por intermédio do Gráfico 3, é possível anotar também qual a escola onde os entrevistados mais responderam “sim” às questões da pesquisa, bastando observar, para isso, o quadro onde os círculos centrais estão mais acima. Nesse sentido, com 89% de respostas afirmativas, a escola “D” foi a que melhor desempenho obteve na dimensão Projeto, seguido pela escola “B”, com percentual comparativamente baixo, 76%. Em terceiro lugar, aparece a escola “A”, 63% e por último, a escola “C”, com apenas 62% de respostas afirmativas às perguntas.

Cabe notar ainda as questões onde todos os 95 respondentes disseram “sim”, demonstrando uma unanimidade escolar. Tal acontecimento se deu em 3 momentos, sendo dois deles no item PJT09 nas escolas “A” e “B” e no item PJT08 na escola “D”, lembrando que esses itens tratam, respectivamente, sobre a existência de critérios para priorização na utilização dos recursos e sobre a priorização do conselho para discutir sobre as prioridades dos recursos financeiros. Tal fato interessa na análise porque ajuda a entender a importância de ter o conselho presente para discutir sobre as prioridades do gasto do dinheiro, porque, de forma geral, esse item foi avaliado negativamente pelos entrevistados das demais, com justa exceção dos respondentes da escola “D”, cujo “sim” foi unanimidade, sendo essa a escola com melhor desempenho na dimensão Projeto.

4.2 Dimensão Política

Para esta dimensão formulou-se o seguinte objetivo específico: Conhecer as ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos na formação contínua

dos professores de da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am.

Para iniciar a análise dos dados da dimensão Política, a Tabela 3 fornece as frequências de respostas “sim” e “não” dos itens relacionados à citada vertente.

Tabela 3 – Frequências dos itens da dimensão Política

Item	Frequência absoluta simples: Respostas “Sim”	Frequência relativa simples: Respostas “Sim”	Frequência absoluta simples: Respostas “Não”	Frequência relativa simples: Respostas “Não”
PLC01	80	15,94%	15	12,66%
PLC02	64	12,75%	31	19,62%
PLC03	57	11,35%	38	24,05%
PLC04	74	14,74%	21	13,29%
PLC05	85	16,93%	10	6,33%
PLC06	74	14,74%	21	13,29%
PLC07	68	13,55%	27	10,76%
Total	502	100,00%	163	100,00%

Fonte: Autora da pesquisa.

A vertente política foi objeto de 7 perguntas, todas com um teor atinente à governança de um PPP. Interessante notar que nenhum dos itens obteve respostas “não” superiores às respostas “sim”, o que já evidencia que a dimensão Política é mais uníssonas que a vertente Projeto, o que resta comprovado quando se mede a média total de “sim” entre os respondentes. Enquanto na dimensão Projeto a média foi de 72%, na Política o percentual alcançou 77% de entrevistados respondendo “sim” às perguntas.

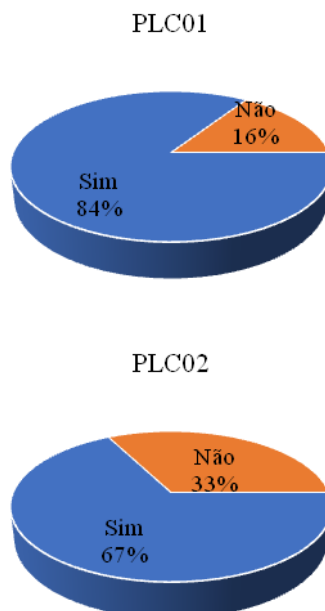
O item que mais se destacou positivamente está relacionado à divulgação das normas da escola no ato da matrícula, matéria versada na questão PLC05 que teve 85 respostas “sim”, concentrando quase 17% de todas as respostas afirmativas da dimensão Política. Outro destaque está afeto à clara definição dos objetivos da escola, conteúdo constante no item PLC01 que concentrou 80 respostas “sim”, isto é, quase 16% do total de respostas positivas da referida dimensão.

Por outro lado, mal avaliados estão os itens que tratam da oferta de cursos de formação continuada aos professores por parte do governo, conforme questão

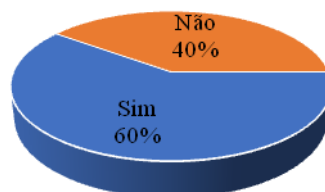
PLC02 com 19,62% de todos os “não” respondidos para a vertente Política e, com uma avaliação pior, o item PLC03 com um percentual de 24,05% de concentração de “não” que está vinculado aos momentos de estudo e discussão sobre as legislações que são necessárias para efetivação do Projeto Político Pedagógico que a escola deve proporcionar.

Percebe-se, assim, que ao mesmo tempo em que fica cristalino que a escola tem objetivos definidos, falta formação continuada para os professores e, além disso, ao mesmo tempo em que há divulgação de suas normas no ato da matrícula, falta instantes para discutir e estudar assuntos normativos relacionados à efetividade do PPP, denotando que as legislações e atos escolares vigentes podem existir mais para cumprimento protocolar e burocrático e menos para efeitos práticos em prol do Projeto Político Pedagógico. Nessa esteira, para melhor anotar os resultados de cada item, o Gráfico 4 apresenta as respostas por questão em referência à dimensão Política.

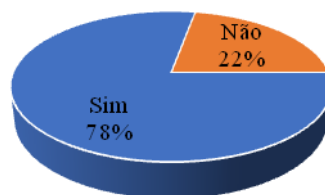
Gráfico 4 – Respostas aos itens da dimensão Política



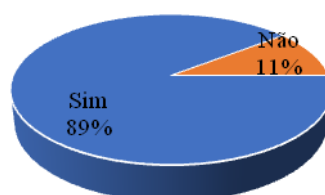
PLC03



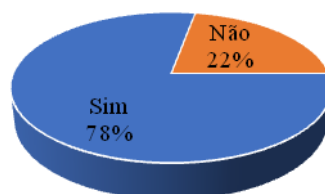
PLC04



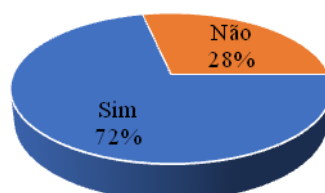
PLC05



PLC06



PLC07

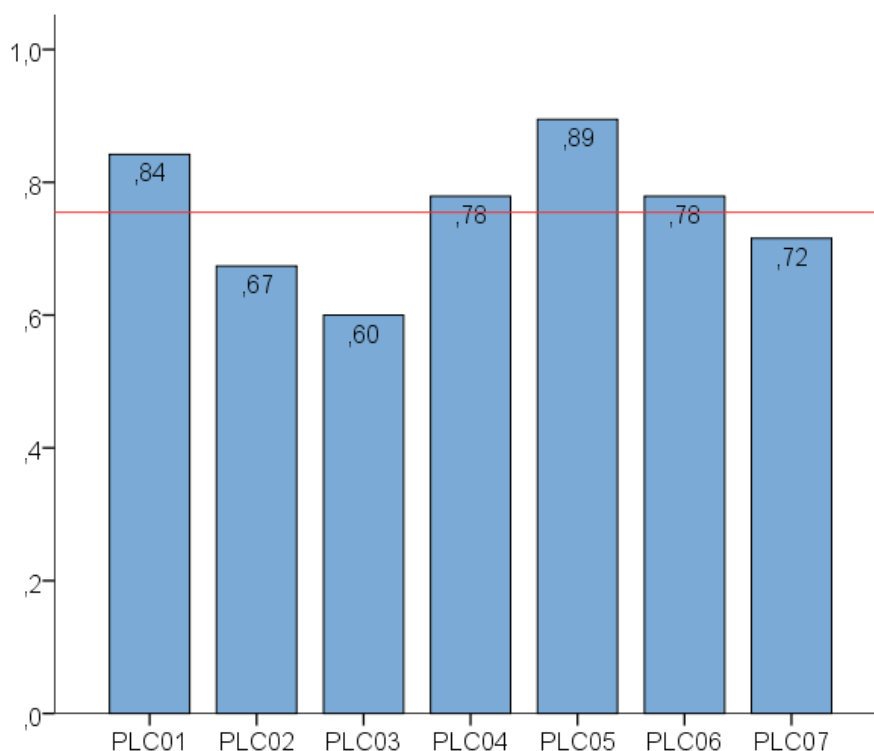


Fonte: Autora da pesquisa.

Do Gráfico 4, observa-se que apenas 2 itens obtiveram respostas “sim” superiores a 80% entre os respondentes. Assim, em que pese obter uma média de respostas “sim” de 77% como já mencionado, repara-se que este percentual ainda reflete um nível de debilidade da dimensão Política na consecução do PPP. Tem-se, por exemplo, que os itens PLC06 e PLC07 alcançaram 22% e 28% de avaliações negativas entre os respondentes, respectivamente, demonstrando que a cada quatro pessoas, aproximadamente uma menciona que a escola não tem regimento interno e que o conselho de classe não está envolvido nas conversas informais sobre ensino e aprendizagem dos alunos.

Para uma visualização abrangente dos dados, o Gráfico 5 traz as informações consolidadas de todos os itens em relação aos percentuais de respostas “sim”.

Gráfico 5 – Percentual de respostas “sim” para os itens da dimensão Política



Fonte: Autora da pesquisa.

Dos 7 itens da dimensão Política, 3 possuem respostas “sim” abaixo da média, são eles o PLC02, PLC03 e PLC07. Tratam-se de questões importantes

porque tratam de capacitação continuada dos docentes, debate sobre legislação sobre efetivação do PPP e o envolvimento do conselho de classe no cotidiano do ensino e aprendizagem dos alunos, expressando, dessa forma, pontos de melhoria em que se pode concentrar a atuação das escolas nessa específica dimensão, de modo a melhorar a efetividade do Projeto Político Pedagógico.

As perguntas PLC04 e PLC06 tiveram resultados “sim” conforme a média da dimensão, sendo que elas versaram sobre a existência de ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos na formação continuada dos docentes e presença de regimento interno escolar. Assim como as questões PLC01 e PLC05, as PLC04 e PLC06 foram as mais bem avaliadas, tratando-se as primeiras acerca da definição dos objetivos escolares e divulgação das normas da escola no ato da matrícula. Todas essas questões, porém, referem-se a matérias mais burocráticas que práticas. Dessa forma, observa-se que as maiores pontuações estão na esfera abstrata (existência de norma e de objetivos, por exemplo) e as menores pontuações estão na esfera concreta (capacitação e atuação do conselho de classe), salientando o caráter tênue da dimensão Política.

A par dessa situação e com fins para aprofundamentos analíticos, a Tabela 4 apresenta os resultados significantes do teste estatístico denominado qui-quadrado para independência de modo a evidenciar os itens da vertente Política cujas respostas foram dependentes ou do cargo do entrevistado ou da escola em que atua. Dessa forma, é possível afirmar, com o devido respaldo estatístico, quais itens da pesquisa variam conforme a condição do respondente.

Tabela 4 – Teste qui-quadrado para independência dos quesitos cargo e escola para a dimensão Política

Quesitos	Item	p-valor
Cargo	PLC04	0,000
	PLC02	0,003
Escola	PLC03	0,065
	PLC06	0,000
	PLC07	0,000

Fonte: Autor.

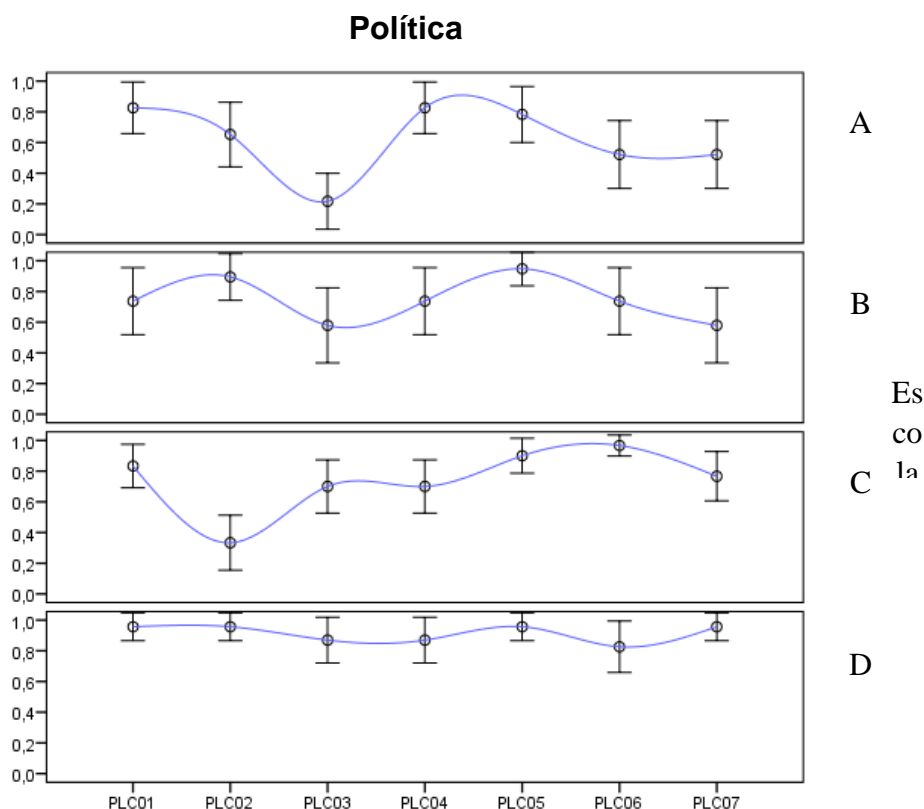
Pelas informações da Tabela 4, registra-se que o item PLC04 que trata sobre a existência de ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos na formação continuada dos professores teve suas respostas dependentes do cargo do entrevistado. De fato, o que se observou foi que o cargo de gestor tende a

avaliar negativamente esse item, demonstrando que sua posição escolar não enxerga a existência dessas ações.

Destaca-se também as questões que dependeram da variável escola, evidenciando que as respostas das pessoas sujeitam-se ao respectivo local de trabalho, realçando a divergência existente entre os estabelecimentos de ensino no momento de elaboração ou execução do Projeto Político-Pedagógico, isso porque foram 4 itens, do total de 7, que assinalaram dependência da escola em que trabalha o entrevistado da pesquisa.

Esses itens versaram sobre: a) oferecimento de educação continuada aos docentes, PLC02, revelando que há professores recebendo esse tipo de capacitação e outros não, o que é fator negativo para o PPP; b) oferta de debates acerca de legislações correlatas à efetividade do PPP, salientando que a depender da escola, essas discussões e estudos podem ocorrer com maior ou menor frequência; c) a existência de regimento interno escolar, mostrando que nem toda escola possui suas regras internas e, mesmo as que possuem, nem todos as conhecem como tal e d) o envolvimento do conselho de classe nos assuntos de ensino e aprendizagem dos alunos, mesmo que informais.

Tais circunstâncias refletem, como apontado, em diferentes situações da dimensão Política do PPP nas escolas. Para ratificar essa informação, o Gráfico 6 apresenta estrutura semelhante à exposta no Gráfico 3, a fim de exibir as diferentes trajetórias das linhas azuis em cada uma das escolas pesquisadas.

Gráfico 6 – Comparação das respostas por escola em relação à dimensão

Fonte: Autora da pesquisa.

O Gráfico 6 consegue caracterizar a Escola “D” como a melhor avaliada pela amostra de respondentes, bastando, nesse sentido, observar que no quadro dessa escola os círculos estão posicionados mais próximos à borda superior, sendo que todos os itens estão próximos em relação a quantidade de respostas “sim”, mensurando-se uma média de 91% de afirmações positivas. Importante lembrar que essa mesma escola foi a melhor avaliada na dimensão Projeto.

Na contramão, a Escola “A” foi a pior avaliada nessa dimensão, relatando uma carência de atuação política no que concerne ao PPP, alcançando um percentual de avaliações positivas de apenas 62%. Empatados com 74% de respostas “sim” aparecem as Escolas “B” e “C”.

Para completar o ciclo de análise das dimensões, a próxima seção aborda a vertente Pedagógica.

4.3 Dimensão Pedagógica

Para esta dimensão formulou-se o seguinte objetivo específico: Descrever os conteúdos pedagógicos desenvolvidos nas atividades de formação continuada

dos professores da Educação Básica das Escolas Estaduais do Município de Envira-Am.

A dimensão Pedagógica foi a melhor avaliada entre todas as dimensões, porém ainda sob um patamar incipiente para garantir a efetividade de um Plano Político Pedagógico. A média geral da dimensão foi de 77% de conformidade, ou seja, ainda $\frac{1}{4}$ das respostas foram negativas. A Tabela 5 informa acerca das principais frequências de respostas “sim” e “não” dessa vertente.

Tabela 5 – Frequências dos itens da dimensão Pedagógica

Item	Frequência absoluta simples: Respostas “Sim”	Frequência relativa simples: Respostas “Sim”	Frequência absoluta simples: Respostas “Não”	Frequência relativa simples: Respostas “Não”
PDG01	82	7,45%	13	4,00%
PDG02	45	4,09%	50	15,38%
PDG03	79	7,18%	16	4,92%
PDG04	79	7,18%	16	4,92%
PDG05	85	7,73%	10	3,08%
PDG06	77	7,00%	18	5,54%
PDG07	67	6,09%	28	8,62%
PDG08	83	7,55%	12	3,69%
PDG09	77	7,00%	18	5,54%
PDG10	71	6,45%	24	7,38%
PDG11	76	6,91%	19	5,85%
PDG12	64	5,82%	31	9,54%
PDG13	75	6,82%	20	6,15%
PDG14	82	7,45%	13	4,00%
PDG15	58	5,27%	37	11,38%
Total	1100	100,00%	325	100,00%

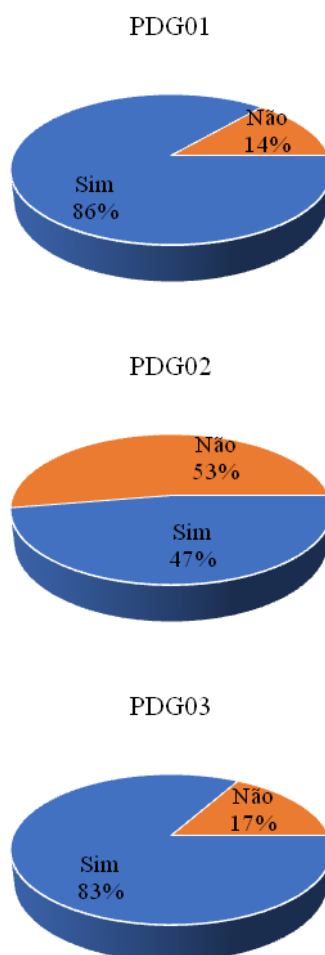
Fonte: Autora da pesquisa.

Observa-se que vários itens ultrapassaram 80 respostas positivas, revelando que a parte pedagógica possui uma aceção melhor em relação à dimensão Projeto e Política. As questões que mais se destacaram dizem respeito a fatores importantes, como o modelo de gestão democrático e participativo, PDG01, disponibilidade de tempo para os docentes planejarem suas atividades pedagógicas, PDG05, o planejamento de formação continuada dos professores por parte da equipe de gestão da escola, PDG08, e a promoção dos alunos por intermédio de avaliação diagnóstica, contínua e formativa, PDG14.

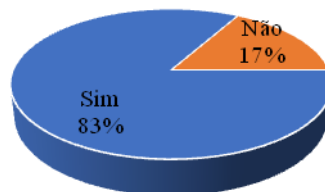
Em que pese tais ocorrências, o pior item avaliado dentre todas as dimensões foi o PDG02, com apenas 45 respostas “sim”, referindo-se a questão sobre a inexistência de PPP e gestão democrática e participativa. Em termos percentuais, o item representou mais de 15% de todas as respostas negativas. Outro item mal avaliado foi o PDG15 relacionado à formalização de conselho de classe escolar para debater assuntos referentes à reprovação dos alunos, demonstrando a fragilidade de atuação do mencionado ente.

As informações do Gráfico 7 ajudam a entender a disposição dos dados de forma pormenorizada.

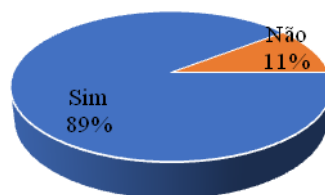
Gráfico 7 – Respostas aos itens da dimensão Pedagógica



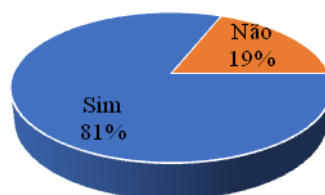
PDG04



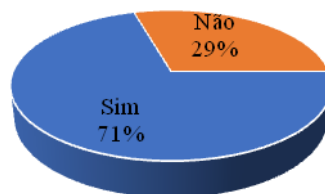
PDG05



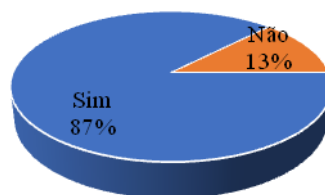
PDG06



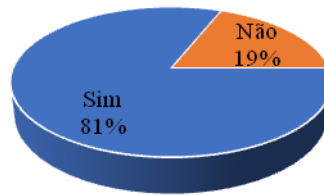
PDG07



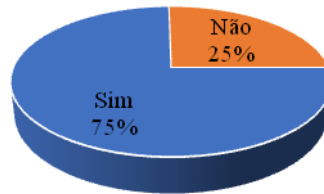
PDG08



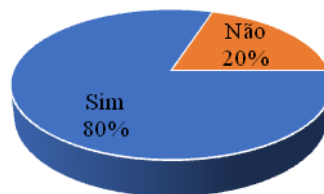
PDG09



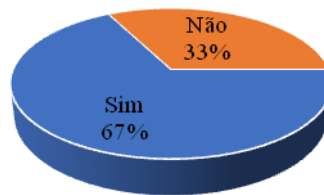
PDG10



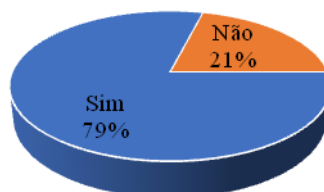
PDG11



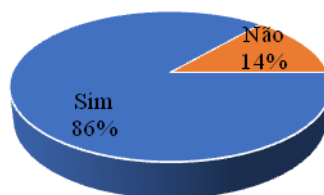
PDG12



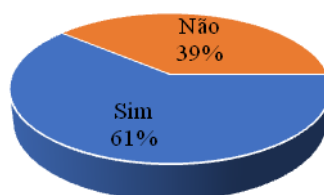
PDG13



PDG14



PDG15



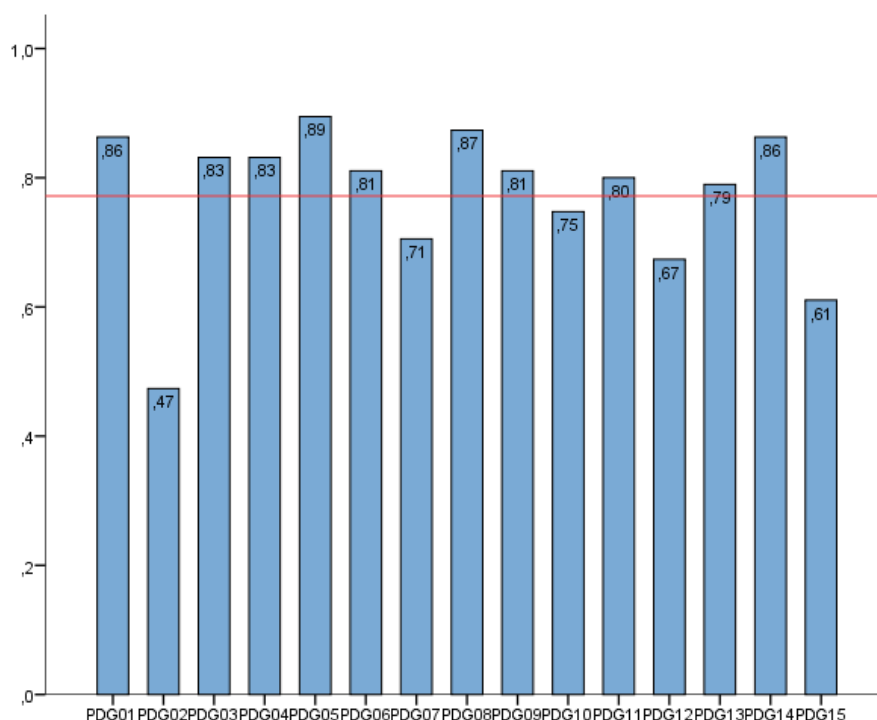
Fonte: Autora da pesquisa.

A partir do Gráfico 7, nota-se que 9 questões, das 15 existentes, obtiveram percentual de “sim” superior a 80% dos respondentes. Trata-se, pois, de uma dimensão realmente melhor avaliada, com média total de respostas positivas de 77%, como já mencionado anteriormente, sendo que esse percentual sobe para 79% caso se retire o item com avaliação mais baixa, o PDG02.

Cabe destaque também para os itens PDG03 e PDG04 com 83% de sentenças afirmativas, tratando de assuntos atinentes à liberdade dos professores escolherem os conteúdos, métodos de ensino e recursos bibliográficos, indicando que não há um movimento repressivo que venha a talhar a autonomia pedagógica dos docentes, fator que pode ser decisivo para o sucesso de um Projeto Político Pedagógico escolar.

Como realizado nas análises das outras dimensões, o Gráfico 8 contribui para uma avaliação global das informações coletadas.

Gráfico 8 – Percentual de respostas “sim” para os itens da dimensão Pedagógica



Fonte: Autora da pesquisa.

O Gráfico 8 ajuda a visualizar os itens que ficaram abaixo da média de respostas “sim” da dimensão Pedagógica. Assim, além do conhecido item PDG02, as questões PDG07, PDG10, PDG12 e PDG15 também ficaram com percentuais de avaliações positivos abaixo dos 77% de média da dimensão, cabendo salientar que os itens PDG07 e PDG10 ficaram com médias acima de 70%, apresentando avaliações módicas quando se considera o contexto geral dos resultados, diferentemente dos itens PDG12 e PDG15 que tiveram médias abaixo dos 70%.

Essas questões englobam matérias que versam sobre a relação entre a existência de horário de tempo pedagógico e estilo de gestão escolar democrático e participativo, debate na escola sobre temas cujo objeto se presta para o ensino e aprendizagem aos docentes, a realização de atividades individualizadas para os alunos com baixo rendimento escolar e, ainda nessa linha de aproveitamento escolar, assunto que trata da participação do conselho de classe nos debates referentes à reprovação dos alunos, o que revela uma vulnerabilidade em relação aos alunos que guardam mal desempenho escolar.

Dessas informações, percebe-se, portanto, que há vários pontos de melhorias a serem implementados para melhor execução da dimensão Pedagógica do PPP, uma vez que mesmo sendo essa a dimensão melhor avaliada, ainda possui, no cômputo geral, uma média de avaliações positivas aquém do necessário para se obter uma real efetividade do Projeto Político Pedagógico escolar.

Pontuadas essas situações, cabe ainda desenvolver a análise considerando a influência do cargo do entrevistado, bem como a escola de sua atuação, verificando situações em que tais variáveis foram decisivas para as respostas fornecidas pelas pessoas amostradas nesta pesquisa. Assim, a Tabela 6 fornece o resultado do teste estatístico qui-quadrado para os itens do instrumento de coleta que apresentaram dependência estatisticamente significativa, isto é, p-valor abaixo de 0,05.

Tabela 6 – Teste qui-quadrado para independência dos quesitos cargo e escola para a dimensão Pedagógica

Quesitos	Item	p-valor
Cargo	PDG06	0,026
	PDG08	0,001
	PDG09	0,002
Escola	PDG02	0,000
	PDG04	0,010
	PDG06	0,041
	PDG07	0,000
	PDG08	0,021
	PDG15	0,000

Fonte: Autor.

Nota-se por intermédio da Tabela 6 que a dimensão Pedagógica é a única que possui mais de 1 item do questionário dependente da variável Cargo, denotando uma diferença de ponto de vista mais acentuada entre gestores, pedagogos e docentes. Essas divergências permearam os itens PDG06, PDG08 e PDG09. O primeiro cuida da existência de plano de ação educacional que colabore com a gestão escolar no que tange ao cumprimento do horário de tempo pedagógico, sendo que os gestores sempre afirmaram que há um plano de ação nesse sentido, enquanto os pedagogos negaram tal fato em 75% das vezes e os professores tendem a confirmar a existência do plano, revelando que apenas os pedagogos não concordam com a existência desse procedimento.

O item PDG08 já trata da realização de planejamento por parte da equipe de gestão escolar acerca da formação continuada dos docentes e, nesse caso, em que pese os próprios gestores afirmarem em sua maioria não existir esse tipo de planejamento, os professores em 91% dos casos disseram que a equipe de gestão realiza esse delineamento. Quanto ao item PDG09, que também envolve formação continuada de professores, o mesmo questiona se existem conteúdos pedagógicos desenvolvidos como atividade desse tipo de formação, sendo que tanto gestores quanto pedagogos tendem a responder “não” para o item, ao tempo em que os docentes costumam dizer “sim”, evidenciando, em ambos os itens, uma situação em que os professores pontuam diversamente dos gestores da escola, o que, por sua vez, demonstra uma dissonância na comunicação escolar interna.

Como aconteceu nas outras dimensões, a variável Escola é a que obtém mais itens dependentes, isso porque é mais comum que as respostas divirjam em virtude do local de trabalho e menos em razão do cargo ocupado. Interessante observar que dois itens, o PDG06 e PDG08, foram dependentes tanto do cargo quanto da escola em que trabalha o entrevistado. Além dessas questões, o PDG02, que associa o caráter democrático e participativo de uma escola com a existência de um PPP, também teve suas respostas dependentes do estabelecimento de ensino que faz parte o entrevistado.

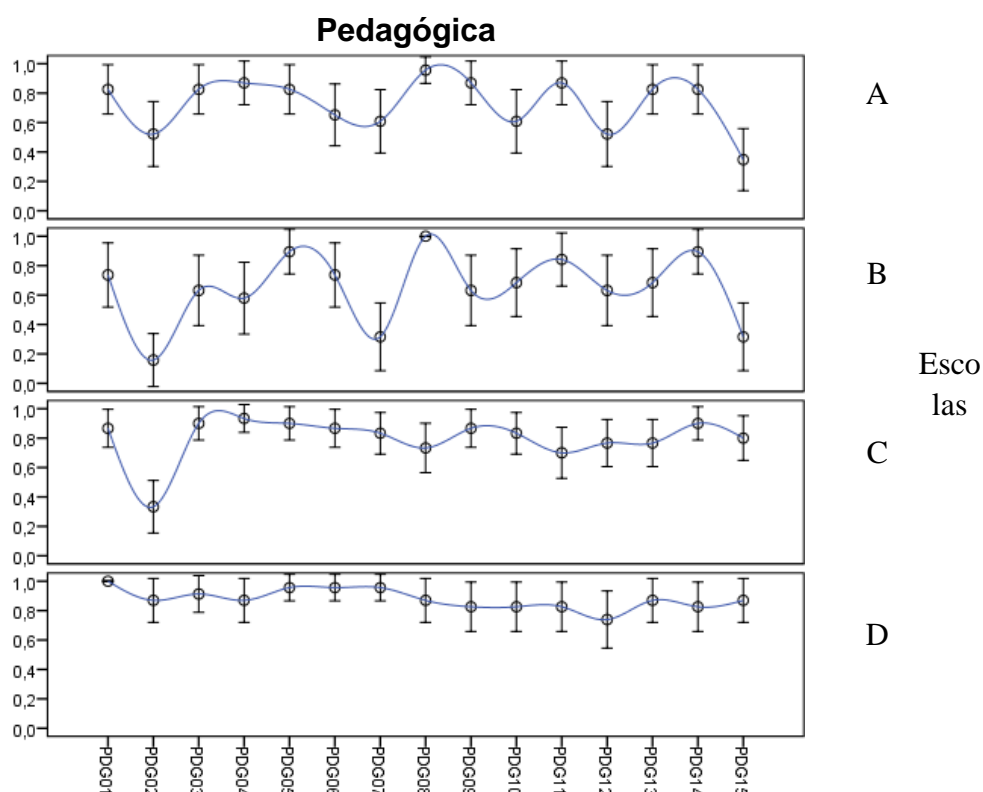
Nesse caso do PDG02, interessa notar que essa questão trata de um assunto genérico o que leva a entender, pelo menos em um primeiro momento, que suas respostas não dependeriam do local de trabalho do respondente, porém, a referida dependência ocorreu sinalizando que o ambiente escolar interferiu mesmo nos itens que apresentaram uma concepção mais conceitual. O mesmo raciocínio acontece para a análise do item PDG07 cujo assunto também está no campo mais generalista e não específico da escola em que labora o entrevistado, ao tratar da relação entre estilo democrático e participativo escolar e a existência de um plano de ação para cumprimento do horário de tempo pedagógico.

Os itens PDG04 e PDG15 já podem ser considerados assuntos que se referem a fatores mais específicos do local de trabalho em que atua cada entrevistado, sendo, portanto, factível serem questões dependentes da variável escola. Tratam-se de itens que abordam, pois, a liberdade dos docentes em

escolherem os recursos bibliográficos, o que realmente pode variar de escola para escola, e sobre a formalização do conselho de classe para debater questões referentes a reprovação de discentes.

Essas diferenças entre as escolas pode ser melhor visualizada com a contribuição dos Gráfico 9 cuja estrutura de análise é similar às dos Gráficos 3 e 6.

Gráfico 9 – Comparação das respostas por escola em relação à dimensão



Fonte: Autora da pesquisa.

Da mesma forma que aconteceu nas dimensões Projeto e Política, os profissionais da escola “D” foram os que mais bem avaliaram a vertente Pedagógica, com os círculos do Gráfico 9 se posicionando na parte mais superior do respectivo quadro em comparação com as demais escolas. O tamanho das barras, ou seja, dos intervalos de confiança construídos para cada um dos itens também são menores nessa escola, mostrando que a dispersão entre os respondentes é menor, o que ajuda a afirmar que a maioria dos entrevistados da escola “D” responderam “sim” às questões da pesquisa. A média computada foi de 88% de avaliações positivas.

De outra forma, as outras escolas apresentaram várias curvas na linha azul, a linha de interpolação, além de movimentos mais acentuados, indicando que houve respostas bem avaliadas para alguns itens e repostas negativas para outros, apresentando, ainda, tamanhos de barras também maiores, o que mostra uma variabilidade maior das respostas entre os entrevistados. As médias registradas de avaliações “sim” foram de 73% para a escola “A”, 65% para a “B” e 80% para a escola “C”.

A par disso, segue para a próxima seção, momento em que serão discutidas as associações entre as vertentes até aqui tratadas.

4.4 Associações entre as Dimensões

A análise global dos itens das 3 dimensões permitiu a realização de inferências sobre o Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas, permitindo aprofundar a análise por meio das associações relevantes em termos estatísticos e importantes do ponto de vista dos conteúdos abordados pelas questões. No quesito estatístico, a Tabela 7 apresenta o resultado da análise correlacional entre os itens do instrumento de coleta cujos resultados foram estatisticamente significantes, ou seja, apresentaram p-valor abaixo de 0,05.

Tabela 7 – Resultados da Correlação de Pearson estatisticamente significantes e acima de 0,4 dos itens do instrumento de coleta

Itens correlacionados	Coeficiente de Correlação	p-valor
PJT04 e PLC02	0,450	0,000
PJT06 e PJT09	0,441	0,000
PJT07 e PLC02	0,404	0,000
PJT09 e PLC02	0,523	0,000
PJT11 e PJT13	0,424	0,000
PJT11 e PDG15	0,430	0,000
PJT13 e PLC03	0,404	0,000
PLC03 e PDG07	0,415	0,000
PLC04 e PDG09	0,584	0,000
PLC05 e PDG10	0,432	0,000
PLC07 e PDG15	0,406	0,000

PDG06 e PDG12	0,408	0,000
---------------	-------	-------

Fonte: Autora da pesquisa.

Tendo em vista que o coeficiente de correlação indica a associação linear entre dois itens e como esse coeficiente varia entre -1 a 1, optou-se por razões de relevância, apenas apresentar as correlações maiores que 0,4 ou menores que -0,4. Os valores positivos indicam que quando se responde “sim” a uma questão, responde-se sim a outra questão que está sendo comparada na análise correlacional, enquanto os valores negativos reportam-se à dizer “sim” a determinado item e dizer “não” ao outro correlacionado.

Dos resultados extraídos, porém, nenhum valor foi negativo. Considerando, ainda, que quanto mais próximo de 1, maior é a associação linear entre duas questões da pesquisa, percebe-se da Tabela 7 que existiram várias correlações significantes com coeficientes maiores que 0,4, porém nenhum deles tão próximo do valor limite 1, evidenciando que as associações encontradas ou são fracas ou apenas moderadas. Mesmo assim, algumas dessas correlações são dignas de análise porque ajudam na compreensão dos resultados.

Existe, por exemplo, uma associação entre os itens PJT06 e PJT09, ambos da dimensão Projeto, revelando que quando um entrevistado responde que os pais não são convidados para as reuniões de tomada de decisão, a mesma pessoa também responde que não existem critérios para priorização na utilização dos recursos financeiros. Isso pode implicar numa relação de causa e efeito no sentido de mostrar que se não há critérios para priorizar o uso do dinheiro, não há motivos para envolver os pais nas reuniões de tomada de decisão.

Outra associação encontrada refere-se aos itens PJT09 e PLC02, envolvendo duas dimensões diferentes, Projeto e Política. Nesse caso, a inferência que pode ser feita é no sentido de afirmar que quando existem critérios para priorizar o uso dos recursos financeiros, os entrevistados enxergam que o governo oferece cursos de formação continuada para os docentes. Essa associação embora seja estatisticamente confiável, não revela, na prática, algo de notória importância. Por isso, necessário destacar dentre as correlações apontadas na Tabela 7, apenas aquelas que fazem sentido ao presente trabalho.

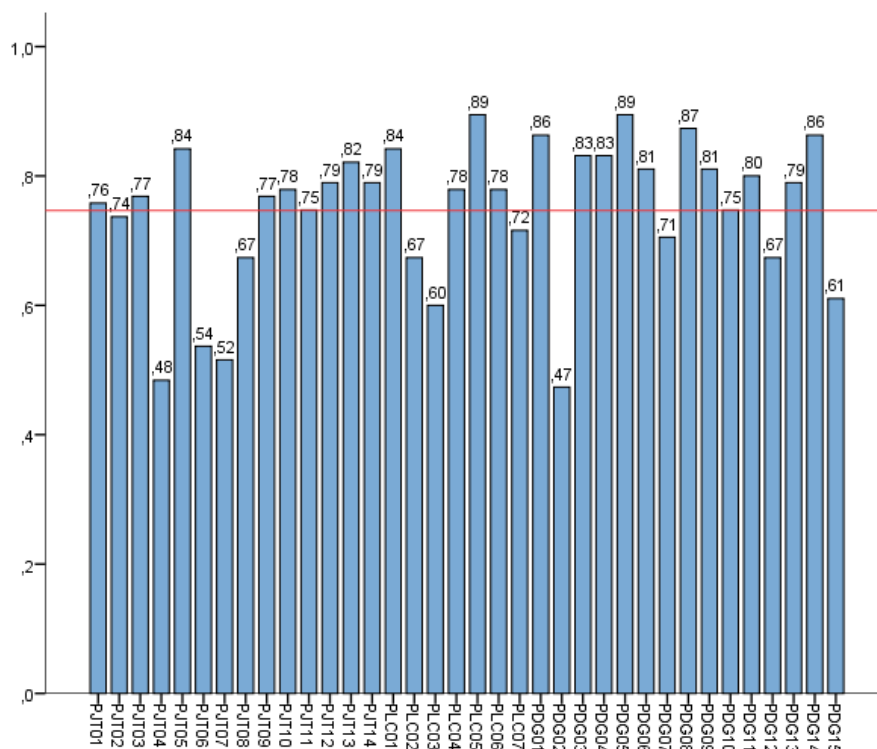
Nesse contexto, cabe realçar a interação entre os itens PJT11 e PJT13, revelando que quando a escola mantém um quadro de funcionários

multidisciplinar, existe um plano de aplicação de recursos, sendo verdadeiro também o inverso. Outra correlação interessante diz respeito aos itens PJT13 e PLC03 cuja análise permite afirmar que quando a escola mantém uma equipe multidisciplinar, ela proporciona momentos para estudo e discussão sobre as legislações que são necessárias para a efetivação do Projeto Político-Pedagógico, sendo que quando não há multidisciplinariedade no corpo funcional, não há debates sobre a citada efetivação.

O maior coeficiente de correlação registrado foi de 0,584, denotando que a associação mais acentuada dentre as questões do questionário ocorreu nos itens PLC04 e PDG09, permeando as dimensões Política e Pedagógica, referindo-se ao assunto formação continuada dos professores no seguinte contexto: quando existe ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos para a formação continuada dos professores, existe também conteúdos pedagógicos elaborados para o mesmo fim, o que confirma a sintonia que deve existir entre as duas dimensões referenciadas no que diz respeito à esse tipo de formação para os docentes.

Cabe também frisar a relação existente entre os itens PLC07 e PDG15 que também envolvem as dimensões Política e Pedagógica, mas nesse momento, a matéria não diz respeito sobre formação continuada dos docentes, mas trata da atuação do conselho de classe da seguinte forma: quando o conselho de classe é participe nas conversas informais sobre ensino e aprendizagem dos alunos, atuando de forma resolutiva, a escola utiliza esse conselho para debater também sobre assuntos referentes à reprovação de discentes.

Outras relações também são passíveis de destaques, quando comparamos as avaliações positivas de cada item em relação à média geral obtida no questionário e não mais por intermédio de análise correlacional. Assim, o Gráfico 10 apresenta as médias de respostas “sim” para cada item representada pelas barras verticais, bem como a média geral de assertivas positivas, cujo valor foi de 75%, representada pela linha vermelha.

Gráfico 10 – Percentual de respostas “sim” para todos os itens

Fonte: Autora da pesquisa..

Pode-se apontar a partir da observação do Gráfico 10 que as escolas realizam um modelo de gestão democrático e participativo, item PDG01, ao apresentar avaliação positiva superior à média geral, mas o conselho de classe não está completamente envolvido nas conversas informais sobre ensino e aprendizagem dos alunos, PLC07, e, além disso, não há participação efetiva dos respondentes na elaboração do Projeto Político Pedagógico, PJT04, dado que essas questões registraram taxas de respostas “sim” inferiores à média global.

Em relação a esse último item, o PJT04, em que pese não haver participação efetiva dos respondentes na elaboração do PPP, os professores têm liberdade e autonomia para escolherem os recursos bibliográficos, os conteúdos e respectivos métodos de ensino, conforme itens PDG03 e PDG04. Ademais, é possível extrair também que a equipe de gestão da escola realiza planejamento de formação continuada de professores, item PDG08, mas a oferta dessa capacitação por parte do Governo é incipiente, item PLC02.

Importante salientar, assim como aconteceu na análise correlacional, a baixa atuação do conselho de classe ao obter notas positivas abaixo da média geral em 3 itens distintos, sendo cada um deles em uma dimensão diferente,

englobando, assim, tanto a vertente Projeto, quanto a Política e a Pedagógica. De fato, a participação dos conselhos demonstrou-se incipiente nos debates referentes a reprovação dos alunos, nas conversas informais sobre ensino e aprendizagem desses discentes e para discutir sobre as prioridades dos gastos financeiros, todos esses assuntos tratados nos itens PJT08, PLC07 e PDG15.

Para finalizar a análise, O Gráfico 11 que se encontra na conclusão deste trabalho apresenta as diferenças dos resultados por escola, contendo a mesma estrutura de análise dos Gráficos 3, 6 e 9.

4.5 ANÁLISES DAS OBSERVAÇÕES DOS DOCUMENTOS E DAS AÇÕES CONCRETAS E CONTEÚDOS POLÍTICO E PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS

Pensar o Projeto Político como articulador das responsabilidades dos entes federados no tocante a educação, Conforme art. 43, parágrafo 2º: “cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal -, o contexto em que as escolas se situam e as necessidades locais e de seus estudantes”. O projeto político pedagógico e regimento escolar, art. 44 acentua-se a importância do projeto político no sentido de ser, “instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social [...]” (BRASIL, 2010).

Por isso, pensamos em apresentar algumas etapas da construção do PPP das escolas, mesmo não havendo uma efetivação das ações dos projetos políticos e pedagógicas, conforme rege as leis.

4.5.1 Missão e visão das escolas

Tabela 8

MISSÃO/VISÃO DA ESCOLA A
Trabalhar para que o aluno adquira aprendizagens significativas e seja autor do seu próprio conhecimento, onde professores, coordenadores e diretores têm a sua parcela de contribuição sendo mediadores deste processo, assegurando um ensino de qualidade, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos na escola, formando cidadãos críticos, capazes

de agir na transformação da sociedade.
VISÃO DA ESCOLA B
VISÃO - Ser conhecida como uma Instituição de Ensino capaz de proporcionar à comunidade a ampliação de sua análise crítica num ambiente que leva em conta o conjunto das dimensões da formação humana, propiciando ao aluno condições para que o mesmo reflita sobre a importância de sua atuação no mundo onde as mudanças sociais, ambientais e tecnológicas se transformam constantemente e que das suas atitudes em relação ao meio ambiente do qual faz parte, dependerá a preservação de sua espécie. Nesse sentido, os conteúdos ministrados desenvolverão habilidades que, conduzidas harmonicamente, torna-se – as competências necessárias para uma vida de qualidade com cidadania.
VISÃO DA ESCOLA C
MISSÃO - Construir através da integração escola-comunidade, uma educação de qualidade, desenvolvendo as habilidades e aptidões de nossos educandos e tornando-os agentes ativos na transformação da sociedade.
MISSÃO DA ESCOLA D
MISSÃO - Construir através da interação escola-comunidade, uma educação de qualidade, desenvolvendo as habilidades e aptidões de nossos alunos e tornando-os agentes ativos na transformação da sociedade.

Fonte: Escolas pesquisadas.

Aqui deve-se explicar quais são os princípios da instituição de ensino: o que acredita-se ser correto para educação e como é o aluno que se pretende formar. Vale citar a história da instituição, pois assim é possível criar uma referência para o trabalho que está sendo realizado. Em linhas gerais, a escola aqui deve mostrar que pretende formar cidadãos conscientes e capacitados para atuar na realidade em que estão inseridos.

Nas análises de documentos percebeu-se que a Escola Estadual de Tempo Integral Benedita Barbosa de Souza, apresentou um documento de projeto político-pedagógico do ano de 2016, no qual percebe-se o interesse em desenvolver um trabalho voltado para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos na escola.

4.5.2 Contexto das escolas

É preciso criar um panorama do público atendido pela escola, pois assim é possível orientar adequadamente os trabalhos que serão desenvolvidos. Para isso, os responsáveis pela elaboração do Projeto Político-Pedagógico devem levantar

informações sobre os alunos através das fichas de matrícula ou através da realização de pesquisas. Também devem ser acrescentadas as estatísticas socioeconômicas sobre a comunidade onde fica a escola. Esse tipo de informação costuma ser disponibilizada por órgãos públicos, secretarias e prefeituras, por exemplo. Nesse trecho cabe também definir a participação que se espera dessas famílias no processo educacional.

Tabela 9

CONTEXTO DA ESCOLA “A”
<p>O contexto da escola discriminado como Perfil da Comunidade “está localizada no bairro Santa Rita, à Rua Estrada Mariano, nº 1.765, próximo à Escola de Educação Infantil Santa Rita, próximo também a algumas lojas e oficinas. A escola atende às necessidades da população local. Por ser uma comunidade na qual a maioria de seus moradores sobrevive apenas do recurso oriundo do Programa Bolsa Família, esta instituição tornou-se ainda mais importante após a mudança para o regime de tempo integral, pois além do conhecimento fundamental para a vida dos alunos, também é fornecido café, almoço e lanche proporcionando uma alimentação nutritiva aos alunos”.</p>
CONTEXTO DA ESCOLA “B”
<p>O centro educacional Armando Mendes está localizado no bairro São Francisco, Rua 27 de Julho nº247, suas dependências é próxima a Unidade Mista de Envira, ao conselho tutelar do município, a câmara municipal, IDAM (Instituto de Desenvolvimento do Amazonas), ginásio poliesportivo, lojas e drogarias. Estes atendem as necessidades da população local e dos bairros: São Francisco, Santa Rita, Nova Esperança, Concórdia, Várzea, Rodoviária e Centro. A escola esta localizada em um bairro com pouca violência, sua população é composta de funcionários públicos estaduais e municipais, pescadores, agricultores, comerciantes, autônomos e desempregados. Os tipos de moradia mais presentes neste bairro são as construídas de madeira. Em sua estrutura urbana é oferecido água encanada, iluminação publica, pavimentação e poucas usufruem de esgotos públicos.</p>
CONTEXTO DA ESCOLA “C”
<p>A clientela da Escola Professor Presidente Castelo Branco são alunos que concluíram as séries iniciais em outras escolas da cidade, Estadual ou Municipal, da Zona Rural, de municípios vizinhos e alguns de outros Estados. A maioria com distorção idade/série, sem interesse, sem incentivo por parte dos pais, com aprendizagem lenta, além de não acompanharem o conteúdo referente a série em que é matriculado, tanto no Ensino Fundamental, como no Médio. Grande parte destes alunos não possui valores constituídos na família, por isso temos alguns casos de indisciplina na escola e a gravidez na adolescência é um caso ainda muito freqüente.</p>
CONTEXTO DA ESCOLA “D”
<p>A Escola Estadual Professor Chagas Mattos, está localizada à rua Enfermeiro Raimundo Joel s/n, no Bairro Nova Esperança. O terreno pertencente à escola mede 5.000m, tendo apenas 1.080m de área construída, sendo todo murado. Criada com a finalidade de atender a demanda de alunos da sede do município, a Escola foi aprovada pelo decreto lei nº 16.161 de 10 de agosto de 1994, passando a funcionar em fevereiro de 1995. É patrimônio público do município de Envira.</p>

Fonte: Escolas pesquisadas

Com relação a escola A de tempo integral, percebeu-se a necessidade da implantação de um projeto real, propostas de descentralização e autonomia no processo de construção do projeto político-pedagógico.

A LDB 9.394/9 prevê no seu Art. 12, inciso I, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996).

Esse preceito legal e está ancorado na idéia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais ações, a tarefa de refletir sobre a sua intencionalidade educativa.

Para Veiga (1998), é preciso que se torne evidente que a discussão do projeto político-pedagógico exige uma reflexão sobre a concepção da educação e sua relação com a sociedade e a escola, bem como uma reflexão acerca do homem a ser formado, da cidadania e da consciência crítica.

Nesse viés, no novo atual Plano Nacional de Educação, com alcance de uma década, conforme Lei nº 13.005/2014 estabelece na sua meta de nº 6, que até o final da vigência do plano (ano 2024), a oferta de Educação Integral em tempo integral seja implantada em 50% das unidades escolas da Educação Básica, e que atendam, no mínimo, 25% da demanda estudantil nelas matriculadas.

Face ao contexto da educação atual da estrutura curricular, dos espaços e tempos existentes nas escolas estaduais, certamente inquietam os gestores educacionais, tendo em vista a necessidade de se implantar propostas pedagógicas de educação integral visando garantir a base curricular comum e, no tempo a mais, contemplar nas partes diversificada, complementar e suplementar do currículo, atividades e situações de ensino e de aprendizagem que viabilizem a formação plena do ser humano, com definição fundamentada e acertada do enfoque curricular. Trata-se de uma situação que exige iniciativa estrutural, as escolas não possuem essa estrutura principalmente a escola “A”, reconhecida pelos documentos com escola de tempo integral.

Assim sendo, sóbrio é pensar que para alcance Efetivo de um Projeto pedagógico nas escolas, há de se pensar num currículo definido, os espaços

escolares e seus tempos de usufruto, e outros de práticas educativas existentes fora da escola, naturalmente passam a integrar os moldes da proposta de educação integral, considerando-se que os espaços pedagógicos e o tempo assume juntos, os papéis de fatores determinantes à implantação do projeto político-pedagógico.

4.5.3 Recursos humanos

Tabela 10
ESCOLA “A”

Tabela 10 ESCOLA “A”
<p>A Escola Estadual de Tempo Integral Benedita Barbosa de Souza atende uma clientela de 350 alunos do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano em regime tempo integral. Possui em seu quadro 24 professores, sendo que 3 professores atuam como Apoio Pedagógico, 01 atua na biblioteca e 20 atuam em sala de aula ministrando as disciplinas do currículo conforme estrutura curricular. Todos os professores são graduados e, a maioria já possui pós graduação na área da educação. A clientela pertence à famílias de pequenos comerciantes, funcionários públicos, trabalhadores rurais, pescadores, autônomos e desempregados, os quais têm como única fonte de renda o recurso do Programa Bolsa família do Governo Federal. Muitos desses alunos vêm de famílias desestruturadas, tendo como responsáveis os avós que, em muitos casos pouco podem fazer para auxiliar as crianças em sua aprendizagem. O Perfil da Equipe Escolar - O quadro funcional de professores e gestão desta instituição é composto por profissionais formados em Normal Superior, Pedagogia, Licenciatura em Matemática, Geografia e Educação Física, sendo que a maioria dos professores já são pós-graduados na área da educação.</p>
ESCOLA “B”
<p>Recursos humanos - a escola atende uma clientela de 315 alunos do ensino fundamental das series iniciais do segundo ao quinto ano e EJA, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. A mesma possui 21 professores, destes 15 atuantes em sala de aula, os outros professores exercem funções diferenciadas em outras dependências escolares como: 01 no cargo de gestora, 02 no apoio pedagógico, 02 no laboratório de informática e TV- Escola e 01 professora readaptada na biblioteca. A administração é composta de 01 secretario 03 serviços gerais, 03 merendeiras e 01 vigiam.</p>
ESCOLA “C”
<p>Recursos humanos - A Escola é administrada por um gestor graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM e em Pós-Graduação em Gestão escolar pela mesma universidade. O mesmo assumiu a direção desta escola em 2006, auxiliado por uma secretária que tem a função de Assistente Administrativo, com nível médio completo. Somente em 2009 a escola passou a contar com apoio pedagógico, licenciada em Letras. Nem todos os professores são efetivos e todo ano precisamos contar com um bom número de docentes selecionados pelo Processo Seletivo Contínuo - PSS, com formação específica. Dentre o corpo docente da escola, temos 04 em Matemática, 02 em Língua Portuguesa e 01 em História, não atendendo as turmas que necessitam destes profissionais, visto que a escola atende Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio. As demais disciplinas são ministradas por professores com graduação em Normal Superior e Pedagogia, alguns com experiência por ministrarem estas disciplinas há vários anos, outros contratados além de não possuírem a formação específica, ministram aulas em disciplinas diferentes de sua formação. Há uma rotatividade muito grande de professores na escola por falta de docentes com formação em área específica. A maioria dos professores possui dois contrato efetivos; ou são efetivos e contratados ou ainda tem um contrato no Estado e outro no</p>

Município, e muitos trabalham em escolas diferentes, o que dificulta muito o trabalho na escola.
ESCOLA “D”
RECURSOS HUMANOS - A Escola é administrada por uma gestora graduada em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM e assumiu a direção da escola em 2006, auxiliada por uma secretária que tem a função de Assistente Administrativo, graduada em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Somente em 2009 a escola passou a contar com professores lotados como apoio pedagógico, licenciadas em Letras. Nem todos os professores são efetivos e todo ano precisamos contar um bom número de docentes selecionados pelo Processo Seletivo Simplificado - PSS, sem formação específica, onde alguns foram selecionados do 1º ao 5ª ano, e são convocados para assumirem turmas do 6º ao 9º ano ou até o Ensino Médio para suprirem a necessidade da escola. Dentre o corpo docente da escola, temos 04 professores graduados em Matemática, 02 em Língua Portuguesa e 01 em História; não atendendo todas as turmas que necessitam destes profissionais, [...] rotatividade muito grande de professores na escola por falta de docentes com formação em área específica. A maioria dos professores possui dois contratos efetivos; ou são efetivos e contratados ou ainda tem um contrato no Estado e outro no Município, e muitos trabalham em escolas diferentes, o que dificulta muito o trabalho na escola. [...]

Fonte: Escolas pesquisadas

Nas análises de documentos percebeu-se que a Escola Estadual Professor Chagas Mattos apresentou um documento de projeto político-pedagógico de um trabalho de conclusão de curso – TCC, dos alunos pós-graduandos 2011, que tinha como requisito à obtenção de nota na disciplina: Projeto Vivencial do curso de Especialização em Gestão Escolar, pela Universidade Federal do Amazonas.

4.5.4 OBJETIVOS

Tabela 11
ESCOLA “A”

Tabela 11 ESCOLA “A”
Objetivo Geral - preparar e elevar o indivíduo ao domínio de instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e políticos, desenvolvendo a arte do diálogo, educando seus alunos dentro dos princípios democráticos, fazendo com que o mesmo possa exercer a sua cidadania de forma participativa e cooperativa com os demais membros da sociedade, promovendo uma educação integral, com condições para o desenvolvimento moral e intelectual do aluno, através do conhecimento científico e tecnológico que lhe possibilite enfrentar os desafios do cotidiano, como agente transformador e autônomo, consciente de seus direitos e deveres como cidadão, para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária.
Objetivos Específicos é Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercícios de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia-a-dia atitudes de solidariedade, [...]adequação; Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo ao sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de intercessão social, para agir com perseverança na busca de conhecimentos e no exercício da cidadania; Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis, como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e a saúde coletiva; Saber utilizar diferentes fontes de informação e tecnologias educacionais para adquirir e construir conhecimentos.

ESCOLA “B”
<p>Objetivo geral é contribuir para formação de jovens inovadores, produtivos e conhecimentos de seus direitos e obrigações que, a partir da apreensão do conhecimento, da instrumentalização e da compreensão crítica desta sociedade sejam capazes de atuar qualitativamente, num processo dinâmico e na transformação da realidade.</p> <p>Objetivos específicos Criar condições para o educando manter uma vivencia plena em sociedade; [...] e respeitar e atender as diferenças individuais do educando;</p>
ESCOLA “C”
<p>Objetivo Geral - Oferecer uma educação de qualidade através de práticas educativas com participação coletiva, capaz de promover a formação integral do aluno como ser humano; intelectual, cognitiva, construindo valores éticos e morais capazes de transformar a sociedade em que vivem.</p> <p>Específicos - Elaborar coletivamente o Projeto Político Pedagógico da escola; Promover ações que possam democratizar a gestão da escola; [...] Desenvolver um trabalho educativo capaz de humanizar e formar cidadãos responsáveis, éticos, capazes de utilizarem os conhecimentos adquiridos na escola para transformação da sociedade em que estão inseridos.</p>
ESCOLA “D”
<p>Geral- oferecer uma educação de qualidade através de práticas educativas com participação coletiva, capaz de promover a formação integral do aluno como ser humano; intelectual, cognitiva, construindo valores éticos e morais capazes de transformar a sociedade em que vivem.</p> <p>Específicos-elaborar coletivamente o Projeto Político Pedagógico da escola; Promover ações que possam democratizar a gestão da escola; Envolver os educadores, pais alunos e sociedade em iniciativas que garantam o sucesso escolar e a permanência do aluno na escola; Desenvolver um trabalho educativo capaz de humanizar e formar cidadãos responsáveis, éticos, capazes de utilizarem os conhecimentos adquiridos na escola para transformação da sociedade em que estão inseridos.</p>

Fonte: Escolas pesquisadas

Nas análises de documentos percebeu-se que todas as escolas apresentaram um documento de projeto político-pedagógico dos anos 2011, 2015, 2016 e 2017, no qual confirma que não Há efetivação do projeto político-pedagógico nas escolas como também a falta de atualização da legislação vigente das matrizes, das diretrizes e das propostas curriculares vigentes, uma vez que tais documentos vêm sofrendo atualizações desde o ano de 2010. Isso é uma inadequação do PPP a esse aspecto legal, o que revela dificuldade de a gestão escolar apreender e trabalhar com a legislação de maneira geral obedecendo os princípios constitucional da legalidade (Art.37 da CF/88). Tal contexto pode ser um indício de que o Projeto Político-Pedagógico não está sendo usado para guiar as atividades pedagógicas e curriculares da escola. Esta situação coloca a SEDUC/AM para auxiliar as escolas em suas dificuldades.

5. MARCO CONCLUSIVO

Neste Capítulo V apresentam-se as conclusões obtidas do resultado da pesquisa de campo. O interesse em se Analisar se há efetivação do Projeto Político-Pedagógico na formação continuada docente na educação básica nas escolas estaduais do Município de Envira-Am. Apresentar, conhecer e descrever quais as ações concretas, conteúdos dos *projetos* e suas ações de conteúdos *políticos e pedagógicos* desenvolvidos na formação contínua dos docentes da educação básica das escolas estaduais. Com base nessa experiência, nos pressupostos teóricos levantados e nos dados coletados é que foi desenvolvida a investigação.

Verifica-se nesta conclusão que a variável estudada e analisada através dos dados e instrumentos de coleta de dados, se confronta com os conceitos e os referenciais dos teóricos mais relevantes sobre efetivação do Projeto Político-Pedagógico na formação continuada docente.

5.1 Conclusões

As conclusões iniciais se situam sobre a variável fundamentalmente que é a Efetivação do Projeto Político-Pedagógico na formação continuada docente na educação básica. Em torno a esses aspectos enunciou-se a pergunta principal: Há efetivação do Projeto Político Pedagógico na formação continuada docente na educação básica nas escolas estaduais do Município de Envira-Am? Com isso deu o objetivo geral que a analisar a efetivação do Projeto Político Pedagógico na formação continuada docente, o qual, por sua vez, desmembrou-se em três objetivos específicos: apresentar as ações concretas e os conteúdos dos projetos desenvolvido para a formação contínua dos professores, conhecer as ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos na formação contínua dos professores e descrever os conteúdos pedagógicos desenvolvidos nas atividades de formação continuada dos professores.

Ressalta-se que os dados analisados quantitativamente resultam das somatórias de pontuações obtidas por cada uma das três dimensões e seus

respectivos indicadores. Como também algumas análises qualitativa resultam das observações das ações desenvolvidas obtidas por cada uma das três dimensões e seus respectivos indicadores.

5.1.1 Conclusão específica

A partir dos dados analisados e interpretados se tem chegado as seguintes conclusões específicas que são respostas as questões abordadas e formuladas no problema e nos objetivos do projeto de pesquisa.

5.1.1.1 Primeira conclusão específica

Com relação ao primeiro objetivo específico: apresentar as ações concretas e os conteúdos dos projetos desenvolvido para a formação contínua dos professores da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am. Conclui-se *que* o resultado final mostrou que a dimensão **Projeto** no instrumento de coleta, sendo que do total de entrevistados, 72% responderam “sim” a essas perguntas, revelando que não há unanimidade acerca da efetividade da vertente *Projeto* nas escolas pesquisadas.

5.1.1.2 Segunda conclusão específica

O segundo objetivo específico: Conhecer as ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos na formação contínua dos professores de da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am. Conclui-se que Na dimensão **Político** evidenciou-se que as respostas das pessoas sujeitam-se ao respectivo local de trabalho, realçando a divergência existente entre os estabelecimentos de ensino no que diz respeito à escola que estão trabalhando.

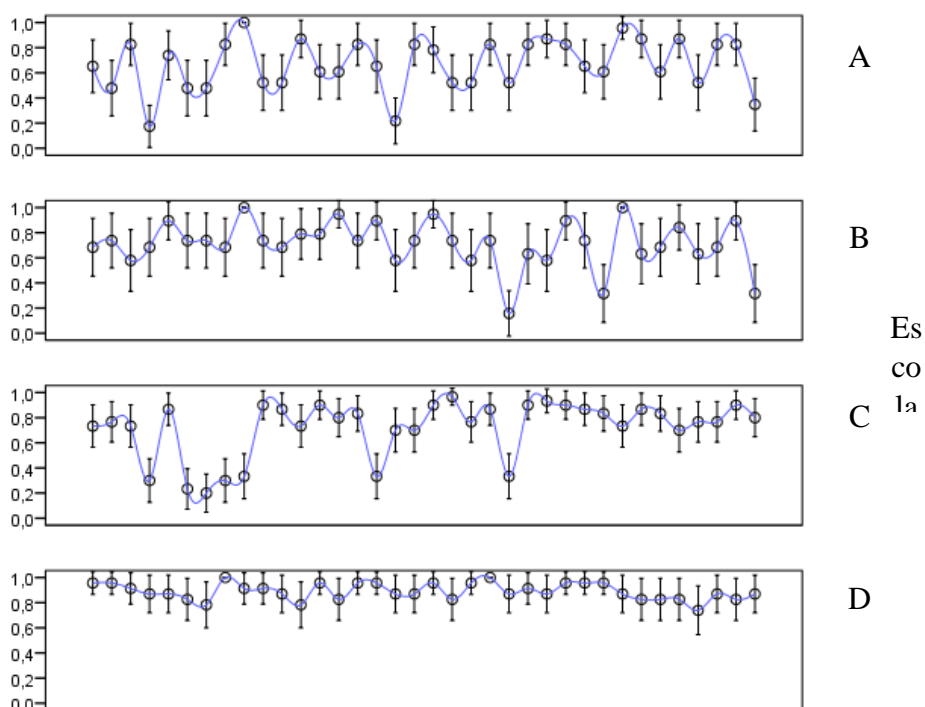
5.1.1.3 Terceira conclusão específica

No que tange ao terceiro objetivo específico: descrever os conteúdos pedagógicos desenvolvidos nas atividades de formação continuada dos professores da Educação Básica das Escolas Estaduais do Município de Envira-Am. Conclui-se que a última dimensão a **Pedagógica** as escolas realizam um modelo de gestão democrático e participativo, item PDG01, ao apresentar avaliação positiva superior à média geral, mas o conselho de classe não está completamente envolvido nas conversas informais sobre ensino e aprendizagem dos alunos, PLC07, e, além disso, não há participação efetiva dos respondentes na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

5.1.2 Conclusão geral

A investigação efetuada objetivou analisar a efetivação do Projeto Político Pedagógico na formação continuada docente. Diante das análises das dimensões sobressaem as seguintes conclusões, no Gráfico 11 apresenta as diferenças dos resultados por escola, contendo a mesma estrutura de análise dos Gráficos 3, 6 e 9.

Gráfico 11 – Comparação das respostas por escola em relação a todas dimensões



Fonte: Autora da pesquisa.

O que é possível visualizar a partir do Gráfico 11 é que as escolas apresentaram diferentes realidades em relação à efetividade de seus Projetos Políticos Pedagógicos, destacando-se em todas as dimensões e, por consequência, sobressaindo-se também no contexto geral, a escola “D”, apresentando uma média de avaliações positivas 27% superior às médias das escolas “A”, “B” e “C”. Os valores calculados foram de 89% de respostas “sim” para a escola “D”, enquanto a escola “A” registrou apenas 67%, a pior avaliação de todas, já a escola “B” ficou com uma média de 71% e a escola “C” de 72%.

Dessa forma, a análise dos dados permite sugerir que a escola “D” possa servir como modelo de trabalho em relação às atividades e ações concernentes à efetivação de um Projeto Político Pedagógico, de modo a disseminar suas boas práticas para as demais escolas do município. Para tanto, a Secretaria de Educação deve atuar para promover uma ação de *benchmarking* entre os estabelecimentos de ensino.

5.2 Recomendações

Levando em consideração os resultados gerais da investigação e com base nos objetivos propostos se propõe a seguinte recomendação de uma proposta de orientações para construção e/ou reformulação do projeto político-pedagógico como contribuição para que seja efetivo, como medida interventiva para a formação docente continuada da educação básica a das escolas estaduais do município de Envira-Amazonas-Brasil.

5.2.1 No que se refere ao primeiro objetivo apresentar as ações concretas e os conteúdos dos *projetos* desenvolvidos para a formação contínua dos professores recomenda-se:

- Que os gestores e pedagogos sejam capazes de promover encontros pedagógicos para os docentes a fim de projetar as ações a serem desenvolvidas nos planos de ação, envolvimento com a comunidade escolar, pais

e alunos membros do conselho para discutir sobre as prioridades do gasto do dinheiro que chega na escola, com objetivo de administrar os recursos materiais, humanos e financeiros.

- Manter o incentivo que já existe por parte da escola com projetos concretos fazendo com que os docentes tenham formação continuada para melhor desenvolver sua prática pedagógica;
- Que os gestores deixem claro quais suas reais funções dentro da escola, a partir de suas ações concretas.

5.2.2 No que diz respeito, conhecer as ações concretas e conteúdos *políticos* desenvolvidos na formação contínua dos professores recomenda-se:

- Realizem estudos para discutir sobre os conteúdos políticos, as leis os decretos que tratam das mudanças na educação, principalmente, as resoluções que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica; Lei de diretrizes e Bases da Educação.
- Estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola que atua;

5.2.3 Em relação descrever os conteúdos *pedagógicos* desenvolvidos nas atividades de formação continuada dos professores recomenda-se:

Que os gestores e pedagogos se preparem para o desempenho de suas atribuições, considerando necessário:

- Promover momentos de debate com conteúdos que facilite no conjunto de habilidades cognitivas, saber pesquisar, orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento coletivamente;
- Priorizar os trabalhos cooperativamente em equipe;
- Acompanhar a utilização dos materiais e instrumentos existentes na escola, afim de acompanhar a evolução tecnológica, econômica e organizativa;
- Desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias.

- Que os recursos didáticos passem a ser mais utilizados para ajudar no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem tanto de sua formação continuada como dos discentes;

Com isso, Por tanto, a importância de estarmos desenvolvendo este trabalho é devido à necessidade de fazer um trabalho de grande êxito para o Município, contribuindo na melhoria da nossa Educação.

REFERENCIAS

AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Conselho Estadual de Educação. Roteiro para Elaboração do Projeto Político Pedagógico, 1998.

_____. Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Gestão Escolar Manual de Procedimentos, 2001.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Lei Delegada nº 78 de 18 de maio de 2007. Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, definindo suas finalidades, competências e estrutura organizacional, fixando o seu quadro de cargos comissionados e estabelecendo outras providências. Disponível em: <http://rhnet.sead.am.gov.br/>

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Portaria GS 1. 459 de 25 de novembro de 2008. Manaus: SEDUC, 2008.

_____. Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Estado. Documento Norteador para Elaboração do Projeto Político Pedagógico das Escolas Estaduais do Amazonas, 2010.

ANÁLISE MULTIVARIADA DE DADOS/ Joseph F Hair Jr... [ET AL.] ; tradução Adonai Schulup Sant'Anna. – 6 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.IL.; 28 cm.

ESTATÍSTICA – teoria e aplicações usando o Microsoft^aExcel em português/David M.Levine, David F. Stephan, Kathryn A.Szabattradução e revisão técnica Teresa, Cristina Padilha de Souza. – 7.ed.- [Reimpr.].–Rio de Janeiro: LTC, 2017. IL.; 28 cm.

ALVARENGA. Estelbina Miranda de. Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa. 2 da Edición – 1º Reimpressión. Assunção, Paraguai.2012

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6.023: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BARDIN, L Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 Ltda. 1977.

_____, L Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 Ltda. 2011.

BOTELHO, Delane; Zouain, Deborah (organizadores). Pesquisa Quantitativa em Administração. São Paulo : Atlas, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

_____. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2014.

_____. VICISSITUDES DOS DOIS ÚLTIMOS SÉCULOS Dermeval Saviani UNICAMP Eixo temático: 1. Políticas educacionais e movimentos sociais.

_____. Decreto n. 8.752, DE 9 DE MAIO DE 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

_____, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília. 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, A. *Gestão do conhecimento: uma visão transdisciplinar no contexto empresarial*. CEETEPS. Rio Janeiro, 2007.

CERVO, A. L. Metodologia Científica. 6ª Ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CHALITA, Gabriel. Educação: A solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2001.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais. 6ed.- Petropolis, RJ: Vozes. 2014

_____, A. Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DALBEN, A. I. L. F. Conselho de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP, Papirus, 2004.

EYNG, Ana Maria. Projeto Pedagógico Institucional: a relação dialógica entre planejamento e avaliação institucional. Ijuí: Ed. Unijuí. 2007.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Explicitação das Normas da ABNT e VANCOUVER. – 18 ED.-Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2016.

GADOTTI, Moacir. O projeto político-pedagógico na escola: na perspectiva de uma educação para a cidadania. Brasília, 1994.

GADOTTI, Moacir; Romão, José Eustáquio; (Orgs) Guia da Escola Cidadã - Instituto Paulo Freire. Cortez: 1997.

GIL, Antônio Carlos, 1946 – Como elaborar projetos de pesquisa. 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

HERNANDEZ SAMPIERI, R. FERNÁNDEZ COLLADO, C.y BAPTISTA LUCIO, M. del P. (2010). Metodologia de la investigación. 5º ed. Ciudad de México.

HOFMANN, J. M. L. Avaliação: Mito e Desafio uma perspectiva construtivista. 31 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LEVIN, Jack. Estatística Aplicada a Ciências Humanas. 2a. Ed. São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1987.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBÂNIO, José C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 6ª. ed.-São Paulo, Cortez, 2002.

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. Introdução à supervisão escolar. 5 ed. São Paulo, Atlas, 1986.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e prática. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PARO, Vitor Henrique. Reprovação escolar: renúncia à educação. 2001

PERRENOUD, Philippe. A prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógica. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido (2005). O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática. 3. ed. São Paulo: Cortez.

PIMENTA, Selma G.(coord.) Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectiva. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2006

Sampieri, Roberto Hernández; Metodología de pesquisa;3ª. ed., São Paulo: Mc. Graw-Hill, 2006.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª Ed.- 21. Reimpr.- São Paulo: Atlas, 2012.

<http://www.revistaeducacao.com.br/o-que-educadores-pensam-sobre-reprovacao-e-progressao-continuada/>

<https://www.google.com.br/search?q=significado+de+efetiva%C3%A7%C3%A3o&oq=significado+de+efetiva%C3%A7%C3%A3o+&aqs=chrome..69i57.17594j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8> acesso em 28 de 11 de 2018

<http://www.educacao.am.gov.br/institucional/a-secretaria/> em 28 do 11 2018

www.dicio.com.br/efetivacao/ em 28 de 11 de 2018

www.solvis.com.br em 10 de 10 de 2018

<http://www.solvis.com.br/calculos-de-amostragem/em> acesso em dia 22 de novembro de 2018.

http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-4-2010_113399.html

https://drive.google.com/file/d/1PUhhCm4aP900HXgm_xuRPVY71nZt_Aow/view acesso em 21 de dezembro de 2018 edital PARFOR.

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf> acesso em 18 de dezembro de 2018 Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009(SAVIANI, 2009)

<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf> acesso em 18 de dezembro de 2018 - Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro/99

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo01/Coordenada%20por%20Dermeval%20Saviani/Dermeval%20Saviani%20-%20Texto.pdf> acesso dia 18 de dezembro 2018

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/envira/panorama> acesso em 29 de novembro de 2018

<https://books.google.com.br/book=Perrenoud+2002> acesso em 26 de dezembro de 2018

<http://www.revistaespacios.com/a17v38n22/a17v38n21p13.pdf> acesso em 21 de dezembro de 2018

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/projeto-politico-pedagogico-da-escola/54296> acesso em 26 de dezembro de 2018

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/%EE%80%80fale%EE%80%81/article/viewFile/5768/4188> acesso em 30 de dezembro de 2018 (validação questionários) Valéria Pinheiro Raymundo Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 86-93, jul./set. 2009

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf acesso em 2 de janeiro de 2019.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L.M.G. (Org.) Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico. 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 1998 (adaptado).

_____, Ilma Passos Alencastro (org.) Escola Espaço do projeto político pedagógico. 7ª Ed. Papirus, 2003.

_____, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

_____, Ilma P. A.; RESENDE, Lúcia M. G. (Orgs). Escola: Espaço do Projeto Político- Pedagógico. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

_____, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 2ª. ed. Campinas: Papirus, 1996.

_____, Ima Passos Alencastro. (Org) – Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. – Campinas, SP – Papirus – 1995 – 29º Edição 2011.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

Obras consultadas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.520**: informação e documentação: citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR 6.028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NBR 6.034**: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **NBR 14.724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. **NBR 6.027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: Mec/Semtec, 2002a. BRASIL/SEMTEC. PCN+ ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Volume Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002b.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELOS, Celso dos S. Relação escola x família: da acusação à interação educativa. AEC, Revista de Educação, ano 23, n. 93, out/dez.1994.

VASCONCELLOS, Celso S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo, SP: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento de Ensino–Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 7ª Ed. São Paulo. Libertad, 2000. (Caderno Pedagógico do Libertad, v. 1)

APÊNDICES



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL - UTIC
DIREÇÃO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Este questionário irá fazer parte de pesquisa de Doutorado em Ciências da Educação pelo programa de pós-graduação Internacional da Universidade Tecnológica Intercontinental - UTIC, com o objeto de Analisar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico na formação docente da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am. A partir das discussões e a fim de contribuir com um novo debate mediante o contexto científico questiona-se: **Há Efetivação do Projeto Político Pedagógico como medida interventiva para a formação docente continuada na educação básica?**

Sendo assim, a questão problema acima permite desenhar questões menores que perpassam e nos inquietam a fim de possibilitar responder esta questão ao final da pesquisa científica as quais chamamos de problemas específicos e assim citamos, mas primeiramente achamos necessário analisar os dados dos participantes como forma de informação ao seu tempo na educação e sua formação, a fim de conhecer o público alvo:

QUESTIONÁRIO

PRIMEIRA PARTE – INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS:

1. Com relação à *Dimensão Projeto*:

a) Você tem conhecimento se a escola tem **Projeto Político Pedagógico**?

() Sim

() Não

b) Você tem um a Plano de ação?

() Sim () Não

c) Existem ações concretas que estejam inseridos os conteúdos dos **projetos** desenvolvidos para a formação continuada dos professores?

() Sim () Não

d) Você participou da construção do **Projeto Político Pedagógico** da sua escola?

() Sim () Não

- A comunidade escolar principalmente os pais participaram da elaboração do projeto político-pedagógico?

() Sim () Não

- Os pais são convidados para as reuniões de tomadas de decisões?

() Sim () Não

- Os pais são participativos na escola?

() Sim () Não

- Com relação aos **recursos financeiros** administrados pela escola, Você convoca os membros do conselho para discutir sobre as prioridades do gasto do dinheiro que chega na escola?

() Sim () Não

- Existem critérios para priorização na utilização dos recursos financeiros?

() Sim () Não

- A comunidade escolar participa na definição da utilização dos recursos?

() Sim () Não

- Existe um plano de aplicação dos recursos?

() Sim () Não

- O conselho escolar é chamado para decidir junto à direção sobre as prioridades de gastos dos recursos financeiros?

() Sim () Não

e) Com relação aos **recursos humanos**:

- A escola se mantém com o quadro de funcionários, como pedagogos, professores e outros, tornando uma equipe multidisciplinar?

() Sim () Não

f) Com relação aos **recursos materiais**:

g) A escola tem mobiliários para atender as necessidades?

() Sim () Não

2. Com relação a *Dimensão Política*:

a) Os objetivos da escola estão bem definidos?

() Sim () Não

b) O governo oferece cursos de **formação continuada** dos professores?

() Sim () Não

c) A escola proporciona momentos para estudo e discussão sobre as legislações que são necessárias para a **Efetivação do Projeto Político Pedagógico**?

() Sim () Não

d) Existem ações concretas e conteúdos **políticos** desenvolvidos na formação continuada dos professores?XXXXXXXXXX

() Sim () Não

e) As normas da escola são divulgadas no ato da matrícula?

() Sim () Não

f) A escola tem Regimento Interno?

() Sim () Não

g) Com relação ao item **Cidadãos críticos**:

- ✓ Nas conversas informais sobre ensino e aprendizagem dos alunos

são resolvidos no conselho de classe?

() Sim () Não

3) Com relação a **Dimensão Pedagógica:**

a) O modelo de gestão desenvolvido na escola é democrático e participativo?

() Sim () Não

b) A escola que não é desenvolvido **projeto político-pedagógico** é considerada democrática e participativa?

() Sim () Não

c) Com relação ao ítem **Gestão de Currículo:**

➤ Os professores têm autonomia na escolha dos conteúdos e métodos de ensino?

() Sim () Não

d) Com relação ao ítem **Recursos didáticos**

➤ Os professores têm liberdade na escolha dos recursos bibliográficos?

() Sim () Não

e) Com relação ao ítem **Tempo Pedagógico:**

➤ Os professores têm disponibilidade de tempo pedagógico (HTP) para planejar suas atividades?

() Sim () Não

➤ Existe algum plano de ação educacional que colabore com a gestão escolar quanto ao cumprimento do HTP?

() Sim () Não

➤ A escola que tem um plano de ação para o cumprimento do HTP é considerada democrática e participativa?

() Sim () Não

f) Com relação ao ítem **Equipe docente:**

- A equipe de gestão da escola realiza planejamento de formação continuada de professores?

() Sim () Não

- g) Existem **conteúdos pedagógicos** desenvolvidos como atividades de formação continuada dos professores?

() Sim () Não

- h) Existe algum plano de ação com o objetivo de contribuir com a formação continuada do professor?

() Sim () Não

- i) Com relação ao item **Ensino Aprendizagem**:

- Existem algumas temáticas debatidas nas escolas como objeto de ensino aprendizagem aos docentes?

() Sim () Não

- Existem algumas temáticas debatidas nas escolas como objeto de ensino aprendizagem aos discentes?

() Sim () Não

- A escola realiza atividades individualizadas para alunos com baixo rendimento escolar?

() Sim () Não

- j) Com relação ao item **Formas de Avaliação**:

- As técnicas de avaliação variam de acordo com os objetivos específicos de cada ano e dos diferentes **conteúdos programáticos**?

() Sim () Não

- k) Com relação ao item **Promoção de alunos**:

- Os professores utilizam as formas de avaliação diagnóstica, contínua e formativa?

() Sim () Não

l) Com relação ao item **Reprovação de alunos**.

- A escola tem conselho de classe formalizado para debater questões referente a reprovação dos alunos?

() Sim () Não

Eu, Raimunda Rosilene de França Pinheiro, enquanto pesquisadora deste estudo quero agradecer grandemente por suas contribuições a esta pesquisa e por sua disponibilidade.

Muito obrigada!



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL - UTIC
DIREÇÃO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO DE PESQUISA CIENTÍFICA DESENVOLVIDO PARA EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DE ENVIRA-AM

Prezado (a) Avaliador (a)

Este questionário destina-se à validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **Efetivação do Projeto Político-Pedagógico como medida interventiva para a formação docente continuada na educação básica.**

Assim, a questão problema acima permite desenhar questões menores que perpassam e nos inquietam a fim de possibilitar responder esta questão ao final da pesquisa científica as quais chamamos de problemas específicos.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação.

As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação no Formulário de Validação. Sem mais para o momento, antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento de pesquisa no âmbito deste estudo.

OBJETIVO: Validar instrumento de pesquisa desenvolvido para efetivação do projeto político-pedagógico nas escolas de Envira-Amazonas.

MÉTODOS: Para validação do instrumento de pesquisa, foi elaborado questionário dicotômico com base nas dimensões: Projeto - São as ações concretas e os conteúdos dos *projetos* desenvolvidos; Político - ações concretas e conteúdos *políticos* desenvolvidos; Pedagógico - conteúdos *pedagógicos* desenvolvidos com seus respectivos indicadores. Tabulação (tabla com frequências absolutas e relativas com gráficos) e interpretação levando em conta cada objetivo específico.

OBJETIVO GERAL

- Analisar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico na formação docente da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am?

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Apresentar as ações concretas e os conteúdos dos *projetos* desenvolvidos para a formação continuada dos professores da educação básica.
- Conhecer as ações concretas e conteúdos *políticos* desenvolvidos na formação continuada dos professores da educação básica.
- Descrever os conteúdos *pedagógicos* desenvolvidos nas atividades de formação continuada dos professores da educação básica.

<p style="text-align: center;">QUESTÕES</p> <p>1.3 Questionário com perguntas fechadas estruturadas direcionadas às Escolas Estaduais, referente às ações concretas e os conteúdos dos projetos:</p> <p>1.4 Contextualização</p> <p>1.5 Histórico</p> <p>1.6 Contexto Sócio-econômico e cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização <p style="margin-left: 40px;">1.6.1 Clientela: nº de alunos considerando todos os dados.</p> <p style="margin-left: 40px;">1.6.2 Comunidade/família</p> <p style="margin-left: 40px;">1.6.3 Recursos financeiros, humanos e materiais.</p>	1º OBJETIVO ESPECÍFICO					
	Coerência			Clareza		
	Sim	Não	?	Sim	Não	?
1) Quais as ações concretas e os conteúdos dos <i>projetos</i> desenvolvidos para a formação continuada dos professores da educação básica das escolas estaduais do município de Envira-Am?						
<ul style="list-style-type: none"> • Você tem conhecimento se a escola tem Projeto Político-Pedagógico? 						
<ul style="list-style-type: none"> • Você tem Plano de ação? 						
<ul style="list-style-type: none"> • Existem ações concretas que estejam inseridos os conteúdos dos projetos desenvolvidos para a formação continuada dos professores? 						
<ul style="list-style-type: none"> • Você participou da construção Projeto Político-Pedagógico da escola? 						
<ul style="list-style-type: none"> • A comunidade escolar principalmente os pais participaram da elaboração do projeto político-pedagógico? 						

<ul style="list-style-type: none"> Os pais são convidados para as reuniões de tomadas de decisões? 																			
<ul style="list-style-type: none"> Os pais são participativos na escola? 																			
<ul style="list-style-type: none"> Com relação aos recursos financeiros administrados pela escola, você convoca os membros do conselho para discutir sobre as prioridades do gasto do dinheiro? 																			
<ul style="list-style-type: none"> Existem critérios para priorização na utilização dos recursos financeiros? 																			
<ul style="list-style-type: none"> A comunidade escolar participa na definição da utilização dos recursos? 																			
<ul style="list-style-type: none"> Existe um plano de aplicação dos recursos? 																			
<ul style="list-style-type: none"> O conselho escolar é chamado para decidir junto à direção sobre as prioridades de gastos dos recursos financeiros? 																			
<ul style="list-style-type: none"> A escola se mantém com o quadro de funcionários, como pedagogos, professores e outros, tornando uma equipe multidisciplinar? 																			
<ul style="list-style-type: none"> A escola tem mobiliários suficientes para atender as necessidades? 																			
<p style="text-align: center;">QUESTÕES</p> <p>2. Questionário com perguntas fechadas estruturadas direcionadas às Escolas Estaduais para conhecer ações concretas e conteúdos <i>políticos</i> desenvolvidos na espaço de formação continuada:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projetos Leis, decretos e resoluções... Espaço de formação continuada Responsabilidades Cidadãos críticos - Ética 	<p style="text-align: center;">2º OBJETIVO ESPECÍFICO</p> <p>Conhecer as ações concretas e conteúdos <i>políticos</i> desenvolvidos na formação contínua dos professores da educação básica.</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <thead> <tr> <th colspan="3">Coerência</th> <th colspan="3">Clareza</th> </tr> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>?</th> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>?</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Coerência			Clareza			Sim	Não	?	Sim	Não	?						
Coerência			Clareza																
Sim	Não	?	Sim	Não	?														
<ul style="list-style-type: none"> Os objetivos da escola estão bem definidos? 																			
<ul style="list-style-type: none"> O governo oferece cursos de formação continuada dos professores? 																			
<ul style="list-style-type: none"> A escola proporciona momentos para estudo e discussão sobre as legislações que são necessárias para a Efetivação 																			

do Projeto Político Pedagógico																			
<ul style="list-style-type: none"> Existem ações concretas e conteúdos políticos desenvolvidos na formação continuada dos professores? 																			
<ul style="list-style-type: none"> A escola proporciona momentos para estudo e discussão sobre as legislações que são necessárias para a Efetivação do Projeto Político-Pedagógico? 																			
<ul style="list-style-type: none"> As normas da escola são divulgadas no ato da matrícula? 																			
<ul style="list-style-type: none"> A escola tem Regimento Interno? 																			
<ul style="list-style-type: none"> Gestão democrática Gestão de currículo Formação continuada de professores Tempo Pedagógico Relações interpessoais Ensino Aprendizagens Recursos didáticos Formas de Avaliação Promoção de alunos Reprovação de alunos. 	3º OBJETIVO ESPECÍFICO Descrever os conteúdos <i>pedagógicos</i> desenvolvidos nas atividades de formação continuada dos professores da educação básica.																		
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="3">Coerência</th> <th colspan="3">Clareza</th> </tr> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>?</th> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>?</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="height: 20px;"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Coerência			Clareza			Sim	Não	?	Sim	Não	?						
	Coerência			Clareza															
Sim	Não	?	Sim	Não	?														
<ul style="list-style-type: none"> O modelo de gestão desenvolvido na escola é democrático e participativo? 																			
<ul style="list-style-type: none"> A escola que é desenvolvido projeto político pedagógico é considerada democrática e participativa? 																			
<ul style="list-style-type: none"> Os professores têm autonomia na escolha dos conteúdos e métodos de ensino? 																			
<ul style="list-style-type: none"> Os professores têm liberdade na escolha dos recursos bibliográficos? 																			
<ul style="list-style-type: none"> Os professores têm disponibilidade de tempo pedagógico (HTP) para planejar suas atividades? 																			
<ul style="list-style-type: none"> Existe algum plano de ação educacional que colabore com a gestão escolar quanto ao cumprimento do HTP 																			
<ul style="list-style-type: none"> A escola que tem um plano de ação para o cumprimento do HTP é considerada 																			

democrática e participativa?	
A equipe de gestão da escola realiza planejamento de formação continuada de professores	
Existem conteúdos pedagógicos desenvolvidos como atividades de formação continuada dos professores	
Existem algumas temáticas debatidas nas escolas como objeto de ensino aprendizagem aos docentes	
Existem algumas temáticas debatidas nas escolas como objeto de ensino aprendizagem aos discentes	
A escola realiza atividades individualizadas para alunos com baixo rendimento escolar	
As técnicas de avaliação variam de acordo com os objetivos específicos de cada ano e dos diferentes conteúdos programáticos	
Os professores utilizam as formas de avaliação diagnóstica, contínua e formativa	
A escola tem conselho de classe formalizado para debater questões referente a reprovação dos alunos	

DADOS DO (A) AVALIADOR (A)
NOME:
FORMAÇÃO: Doutor (a)
INSTITUIÇÃO QUE ATUA PROFISSIONALMENTE:
ÁREA DE ATUAÇÃO:
OBSERVAÇÕES:
.....
.....
.....
.....
.....

Eu, Raimunda Rosilene de França Pinheiro, enquanto pesquisadora deste estudo quero agradecer grandemente por suas contribuições a esta pesquisa e por sua disponibilidade.

Muito obrigada!

Mestre em Ciências da Educação da Universidade Tecnológica
Intercontinental- 2015
Reconhecido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2017
Servidora da SEDUC

Doutorandarosilene2019@gmail.com

Município de Envira Amazonas

• Existe algum plano de ação educacional que colabore com a gestão escolar quanto ao cumprimento do HTP	X	X
• A escola que tem um plano de ação para o cumprimento do HTP é considerada democrática e participativa?	X	X
A equipe de gestão da escola realiza planejamento de formação continuada de professores	X	X
Existem conteúdos pedagógicos desenvolvidos como atividades de formação continuada dos professores	X	X
Existem algumas temáticas debatidas nas escolas como objeto de ensino aprendizagem aos docentes	X	X
Existem algumas temáticas debatidas nas escolas como objeto de ensino aprendizagem aos discentes	X	X
A escola realiza atividades individualizadas para alunos com baixo rendimento escolar	X	X
As técnicas de avaliação variam de acordo com os objetivos específicos de cada ano e dos diferentes conteúdos programáticos	X	X
Os professores utilizam as formas de avaliação diagnóstica, contínua e formativa	X	X
A escola tem conselho de classe formalizado para debater questões referente a reprovação dos alunos	X	X

DADOS DO (A) AVALIADOR (A)

NOME: *Maria José Rodrigues Neves*

FORMAÇÃO: *Doutor (a) Ciências da Educação*

INSTITUIÇÃO QUE ATUA PROFISSIONALMENTE:

ÁREA DE ATUAÇÃO: *Ensino Fundamental*

OBSERVAÇÕES:

O questionário está coerente com as variáveis da investigação e consequentemente com os objetivos.

• Existe algum plano de ação educacional que colabore com a gestão escolar quanto ao cumprimento do HTP	X	X
• A escola que tem um plano de ação para o cumprimento do HTP é considerada democrática e participativa?	X	X
A equipe de gestão da escola realiza planejamento de formação continuada de professores	X	X
Existem conteúdos pedagógicos desenvolvidos como atividades de formação continuada dos professores	X	X
Existem algumas temáticas debatidas nas escolas como objeto de ensino aprendizagem aos docentes	X	X
Existem algumas temáticas debatidas nas escolas como objeto de ensino aprendizagem aos discentes	X	X
A escola realiza atividades individualizadas para alunos com baixo rendimento escolar	X	X
As técnicas de avaliação variam de acordo com os objetivos específicos de cada ano e dos diferentes conteúdos programáticos	X	X
Os professores utilizam as formas de avaliação diagnóstica, contínua e formativa	X	X
A escola tem conselho de classe formalizado para debater questões referente a reprovação dos alunos	X	X

DADOS DO (A) AVALIADOR (A)

NOME: *Rosana Socorro Araújo dos Santos*
 FORMAÇÃO: *Doutor (a) Ciências da Educação*

INSTITUIÇÃO QUE ATUA PROFISSIONALMENTE:

ÁREA DE ATUAÇÃO: *Gestão Escolar*

OBSERVAÇÕES: *O Gestor Escolar é quem preza pela qualidade do ensino. Ele conduz o planejamento do trabalho pedagógico e se dedica a melhorar a qualidade do trabalho escolar.*

**APRESENTANDO AS AÇÕES CONCRETAS E OS CONTEÚDOS DOS PROJETOS
DESENVOLVIDO PARA A FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFESSORES**

AÇÕES POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS DA ESCOLA “A”

FIGURA 02



FIGURA 03



FIGURA 04



FIGURA 05
PRESENÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR



FIGURA 06
DOCENTES APLICANDO CONHECIMENTO ADQUIRIDOS NO PNAIC



FIGURA 07



FIGURA 08

ESCOLA B



Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora.

FIGURA 09

ESCOLA C

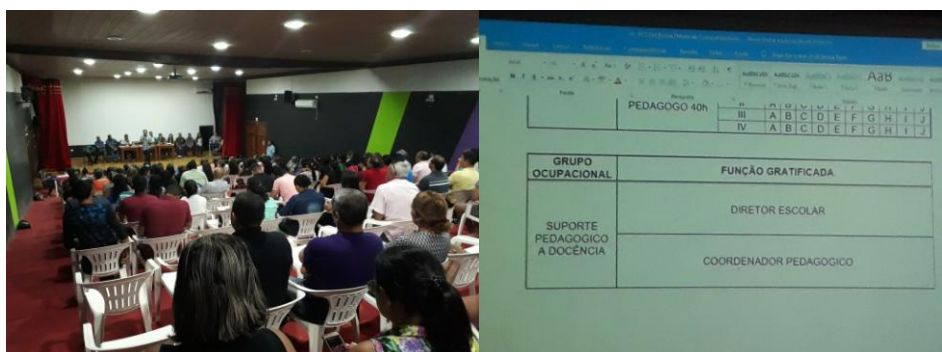


ESCOLA “D”



Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora.

AMOSTRA DE AÇÕES PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS PELO PNAIC ESCOLA A,B,C e D



Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora.

AMOSTRA DE AÇÕES PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS PELO PNAIC (FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES) ESCOLA A e B



Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora.

Nesta ação foram apresentados os trabalhos desenvolvidos para recomendações compartilhadas nas formações de professores das escolas estaduais e municipais, sendo que não foi possível observar a presença de professoras das escolas A e B que tem as modalidades que o PNAIC, atende, segundo a coordenadora do PNAIC das escolas estaduais. Segundo a coordenadora do PNAIC, em seu pronunciamento “ouve uma desmotivação por parte dos professores estaduais, de expor suas atividades, mais a formação aconteceu nas escolas A e B. Isso confirma que a governo oferece formação continuada pelo para do docente.

As ações do PNAIC é um compromisso formal assumido pelos governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao fim do terceiro ano do ensino fundamental. Isso implica uma articulação entre todos os secretários estaduais e municipais de educação, com o objetivo de ofertar cursos de formação continuada a professores alfabetizadores, com tutoria permanente e auxílio de orientadores de estudo.

MODELO DE ORIENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Este trabalho tem o objetivo de contribuir com as Escolas Estaduais do Município de Envira. Apresenta através desse documento algumas orientações e sugestões para a realização de uma proposta de orientações para construção e/ou reformulação do projeto político pedagógico como contribuição, para que seja efetivo, como medida interventiva para a formação docente continuada da Educação Básica a das Escolas Estaduais do Município de Envira-Brasil.

A construção e reformulação do PPP e do RE deverá ser elaborada com base nas Diretrizes CNE - Resolução Nº 04 DE 13 de julho de 2010. Fixa as normas e diretrizes para elaboração do Projeto Político Pedagógico.

O processo de construção e/ou de reformulação do PPP e do RE deverá seguir os princípios da gestão democrática, ou seja, participação/construção coletiva. Além da realização de reuniões nas escolas, também prestará assessoria técnico-pedagógica às equipes gestoras com a disponibilização de Técnicas do Programa de Gestão Democrática.

ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA PARA INICIAR O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E/OU REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

As escolas através de seu **Apoio Pedagógico** deverão organizar o processo de construção e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico, com atenção as seguintes orientações:

- ✓ Organizar dentro da Unidade Escolar uma equipe para Coordenação do Processo de construção e/ou reformulação do Projeto Político-Pedagógico;
- ✓ Viabilizar no calendário escolar os dias e horários das reuniões e proporcionar as condições de infra-estrutura e materiais para a realização das ações necessárias para construção e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico;
- ✓ Acompanhar os trabalhos de construção e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico;

- ✓ Apoiar a equipe de Coordenação do Processo de construção e/ou reformulação Projeto Político Pedagógico;
- ✓ Integrar-se a equipe de Coordenação do Processo de construção e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico;
- ✓ Encaminhamento do Projeto Político Pedagógico, à Coordenadoria Regional de Educação do Município de Envira, para leitura e sugestões;
- ✓ Organização dos documentos, conforme Resolução Nº 04 DE 13 de julho de 2010, junto ao Conselho Municipal de Educação para o processo de Autorização de Funcionamento e Reconhecimento da Unidades Escolares.

OBSERVAÇÃO: A composição da equipe de Coordenação do Processo de construção e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico, **poderá** ser feita pela Direção, Apoio Pedagógico, dois representantes dos Professores, um representante da Secretaria Escolar, ou outra estrutura que a escola julgar pertinente.

1. ORIENTAÇÕES PARA A COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E/OU REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

- ✓ Elaborar e apresentar proposta de sensibilização, implementação e sistematização para a construção e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico;
- ✓ Promover reuniões para a sensibilização da comunidade escolar sobre a necessidade da construção e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico;
- ✓ Organizar sessões de estudos com base na legislação vigente e literatura referente ao assunto tratado, com intuito de subsidiar a construção e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico;
- ✓ Sistematizar as informações e organizar os resultados em documento final;
- ✓ Organizar e executar reuniões para socialização dos resultados expressos nos documentos finais.

2. ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO PPP

- **Sensibilização;**
- **Implementação;**
- **Sistematização.**

SENSIBILIZAÇÃO – para a realização desta etapa a equipe de Coordenação do Processo de construção e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico, deverá elaborar uma proposta de trabalho, na qual possa contemplar as ações que serão realizadas durante o período de sensibilização. Essa proposta

tem o objetivo de sensibilizar toda a comunidade escolar (interna e externa), onde será abordado sobre:

- ✓ O que é o Projeto Político Pedagógico de sua escola e seus objetivos;
- ✓ Quem participa da sua construção;
- ✓ Outros temas correlatos;
- ✓ Registro das ações realizadas em ata.

IMPLEMENTAÇÃO – para a realização desta etapa a equipe de Coordenação do Processo de construção e/ou reformulação do PPP irá organizar ações para realização de reuniões, sessões de estudos e discussões pertinentes ao processo de levantamento de dados (elaboração e aplicação de questionários para os seguimentos da comunidade escolar), para organização e definição do diagnóstico da escola. Nessa etapa a equipe de Coordenação do Processo de construção e/ou reformulação do PPP deverá estar atenta aos tópicos necessários para a elaboração do PPP:

- ✓ Missão: concepção filosófica;
- ✓ Concepção política;
- ✓ Concepção sócio-antropológica e metodológica;
- ✓ Diagnóstico: do educando, dos profissionais, dos docentes e da comunidade externa (pais ou responsáveis pelos alunos);
- ✓ Registro das ações realizadas em ata.

SISTEMATIZAÇÃO – a realização dessa etapa é de muita importância, pois a equipe de Coordenação do Processo de construção e/ou reformulação do PPP irá realizar a elaboração do documento do PPP, para a qual deverá ter em mãos todos os dados levantados e tabulados (questionários, atas, resultados de discussões e das sessões de estudos). Para a elaboração do documento deverá ser observado o esquema proposto em anexo para a operacionalização do Projeto Político Pedagógico.

DETALHAMENTO DO ESQUEMA PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O esquema para construção do PPP expressa elementos essenciais que devem ser contemplados em sua totalidade. Este estudo, apresenta esse esquema como sugestão para que as escolas possam tê-lo como base para estruturação e construção de seu Projeto Político Pedagógico.

1. DIAGNÓSTICO

1.1 Contextualização

1.1.1 Histórico – é o momento onde a escola conta a sua história, da sua criação até a atualidade, contextualizando os acontecimentos determinantes de seu percurso.

1.1.2 Contexto sócio-econômico e cultural – a escola identificará o contexto geográfico, social, econômico e cultural em que se encontra inserida e que repercutem no funcionamento da mesma.

1.2 Caracterização – a escola deve realizar levantamento descritivo dos seus diversos aspectos. Os quais são:

- a) **Clientela:** nº de alunos considerando idade, ano, sexo, local de residência, condições sócio - econômicas, naturalidade, religião, etc.
- b) **Professores N°** de professores, idade, sexo, local de residência, formação/habilitação, área de atuação na escola, atualização profissional, se possui mais de um emprego, tempo que trabalha na escola, entre outros.
- c) **Direção, Corpo Técnico e Pessoal de Apoio Administrativo N°** de profissionais por função, idade, sexo local de residência, formação/habilitação, área de atuação, atualização profissional, tempo de trabalho na escola, etc.
- d) **Dimensão Administrativa** Levantamento do patrimônio material da escola e suas condições, avaliação de desempenho, atribuições definidas por função, existência e condições de funcionamento de colegiados (Conselhos Escolares, de alunos, etc), normas gerais da vida coletiva (Regimento Escolar), tipo de gestão adotada, existência de plano ação/de trabalho, avaliação institucional, etc.
- e) **Dimensão Financeira:** Recursos Financeiros administrados pela escola (Centralizados/Descentralizados), existência de critérios para priorização na utilização dos recursos financeiros, participação da comunidade escolar na definição da utilização dos recursos, plano de aplicação dos recursos descentralizados, etc.
- f) **Dimensão Jurídica:** Legislações que a escola dispõe considerando as dimensões:

Pedagógica: Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Constituição do Estado do Amazonas/ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Pareceres, Resoluções, Portarias e Instruções Normativas, etc.

Financeira: Lei Nº 8.666 de 1993, Legislação do FNDE, Decretos, Normas de utilização e prestação de contas de cada recurso, etc:

Administrativa: Regimento Escolar, Plano de Carreira Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação e Normas de Funcionamento da escola e gestão de recursos humanos, Conhecimento das Legislações/Normas que regem a escola, pela comunidade escolar.

- g) Dimensão Pedagógica: Níveis e modalidades de ensino, formas de organização, sistema de avaliação e recuperação, serviços pedagógicos de apoio, proposta curricular, atividades coletivas, projetos desenvolvidos, sistema de promoção e reclassificação de alunos, desempenho acadêmico, etc.

1.3 Análise dos dados: Neste momento será realizada uma avaliação do funcionamento geral da escola com base nos dados levantados, identificando pontos positivos e/ou a serem melhorados e o levantamento das necessidades.

2. DEFINIÇÃO DAS CONCEPÇÕES:

2.1 Escola que queremos: É o momento em que, coletivamente, a escola definirá concepções relativas a aspectos diversos, tais como: educação, sociedade, currículo, gestão, relação escola-comunidade, aprendizagem, ensino, relações interpessoais, etc.

2.2 Missão: A missão define o que é a escola hoje, seu propósito e como pretende atuar no seu dia-a-dia. Sintetiza a identidade da escola.

3. PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES: Com base nas necessidades levantadas e de acordo com “**A Escola que Queremos**”, o coletivo definirá aquelas que serão atendidas.

4. PLANO ESTRATÉGICO DA ESCOLA:

4.1 Objetivos: São as situações que a escola pretende atingir indicando áreas, dimensões nas quais a escola concentrará suas ações refletindo suas prioridades decorrentes da escola que se quer e que será construída.


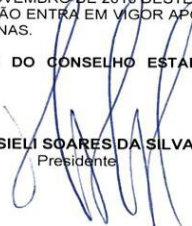
4.2 Metas: Explicitam os resultados que a escola espera obter num período de tempo determinado.

4.3 Estratégias: São as ações a serem desenvolvidas para que se atendam aos objetivos.

5. AVALIAÇÃO: A escola definirá coletivamente, quando e como avaliar o PPP, considerando os objetivos traçados.

ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES PARA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO ESCOLAR

O documento final “**Projeto Político Pedagógico**” será elaborado por meio das análises descritivas dos resultados das ações realizadas. Será um documento retratando as considerações gerais do coletivo. Como instrumento teórico-metodológico, sua essência conterà as concepções de todos os segmentos da escola (teórico) e como prática (metodológico) se consolidará com base em seus anexos.

 <p style="text-align: center;">ESTADO DO AMAZONAS C. E. E. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">RESOLUÇÃO Nº. 48/2015 – CEE/AM AD REFERENDUM</p> <p style="text-align: center;">O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o teor do Processo nº 31/2015 – CEE/AM e o Relatório da Assessoria Pedagógica da Câmara de Educação Básica;</p> <p style="text-align: center;">RESOLVE:</p> <p style="text-align: center;">ART. 1º - APROVAR A EMENDA Nº 03 AO REGIMENTO GERAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO AMAZONAS – CAPITAL E INTERIOR, NO QUE SE REFERE AO TÍTULO VI, CAPÍTULOS I E III QUE TRATA DO PROCESSO DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM E DA RECUPERAÇÃO FINAL, APROVADA PELA RESOLUÇÃO Nº 122 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010 DESTA CEE/AM; ART. 2º - ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR APÓS PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS.</p> <p style="text-align: center;">SALA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, em Manaus, 27 de março de 2015.</p> <p style="text-align: center;">ROSSIELI SOARES DA SILVA Presidente</p> 	
---	---